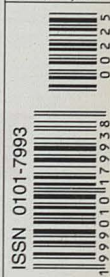


CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

www.etm.com.br

R\$ 6,00



225



Pastelão americano

Terras

Desperdício e crime
no Brasil

MERCOSUL

Atrás de afirmação
cultural

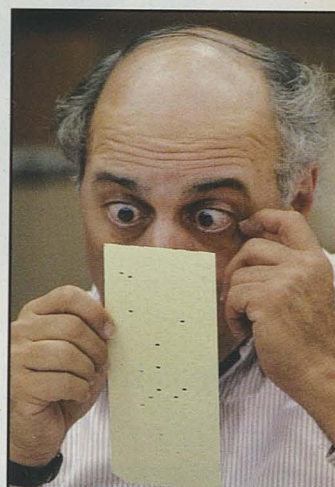
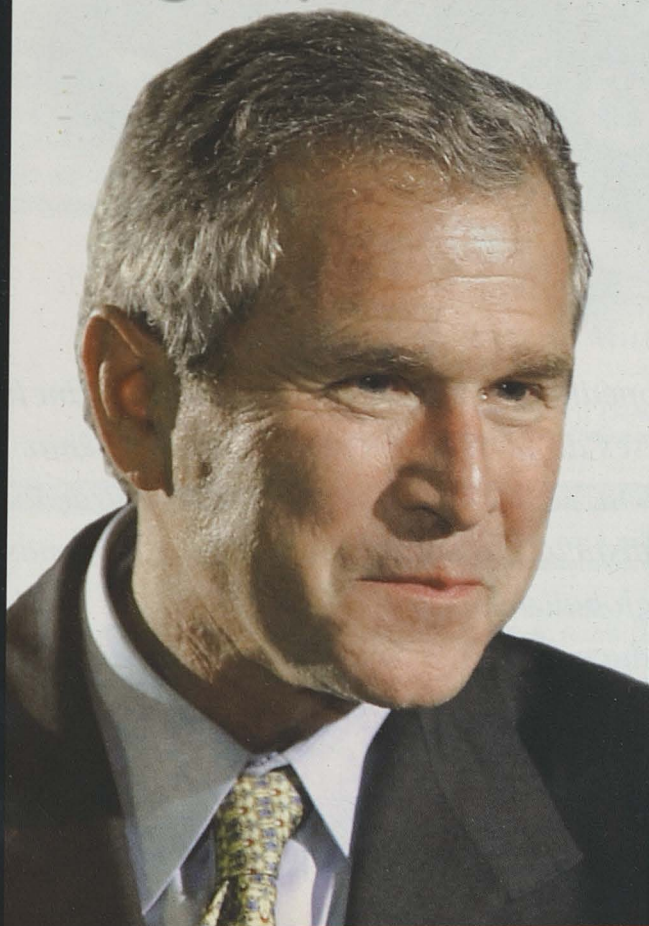
Política

Lições da urna
eletrônica

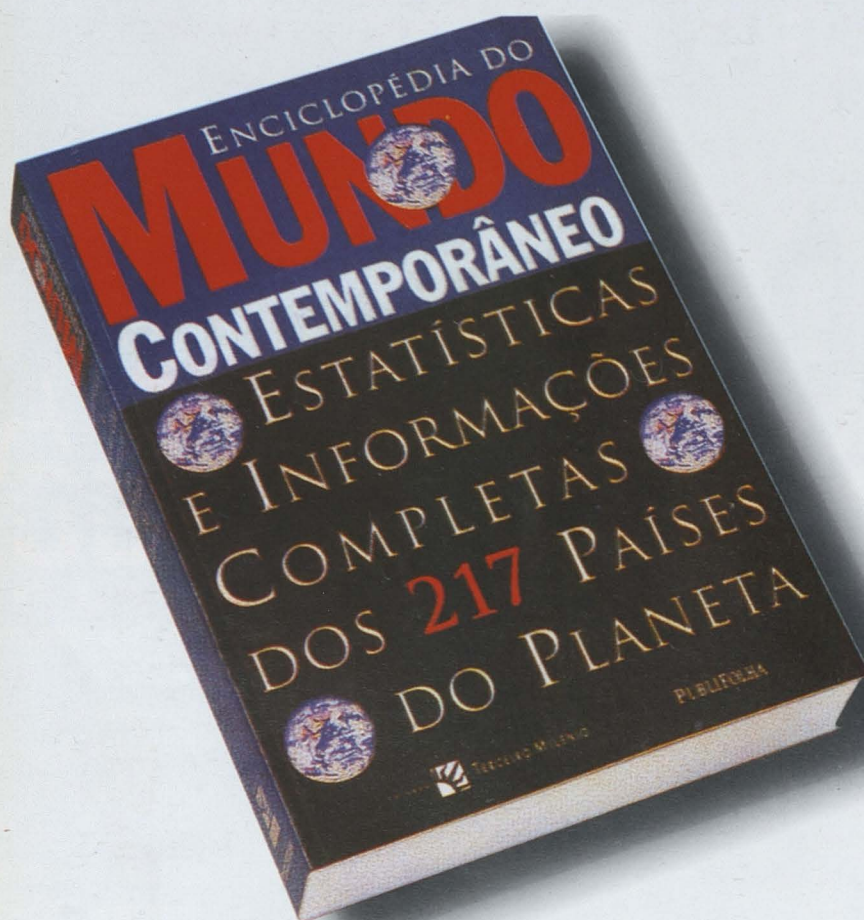
PERU

Fujimori: eu não
sabia de nada

Dias de República de Bananas elegem presidente contestado



A ENCICLOPÉDIA DO NOVO MILÊNIO



Preço: R\$ 54,00

Pagamento somente com cartão de crédito
Preço sujeito à alteração. Frete não incluído

Tel.: (0xx21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

www.etm.com.br

Chegou a Enciclopédia do Mundo Contemporâneo. Um livro completo e atualizado sobre os 217 países do planeta em pleno fim de milênio. São 628 páginas com um panorama da história, sociedade, economia e organização política de cada país. Mais de 220 mapas, estatísticas e análise dos grandes problemas contemporâneos mundiais como: ecologia, globalização, trabalho, tecnologia, saúde, infância, comunicações, demografia e educação. Uma fonte de consulta indispensável para estudantes e profissionais de todas as áreas.

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA

Do pastelão às massas aflitas

Saiu fumacinha branca na Flórida e deu George W. Bush, neto, filho e irmão de político - rebento de uma família que, sem o mesmo brilho, mas com maior sucesso, repete uma saga semelhante à dos Kennedy: avô senador, pai presidente, filhos governadores de estados diferentes e um deles, agora, também presidente. E, quem sabe, talvez um segundo irmão presidente no futuro. Tudo sem o brilho kennediano, mas, em compensação, sem as tragédias da célebre família.

Há quem esteja preferindo que houvesse também as tragédias, porque prevêem uma presidência dotada de especial falta de brilho com GWB.

Mas, disse-me-disse à parte, a matéria de capa desta edição reflete sobre o sentido da comédia-pastelão em que se transformaram as eleições norte-americanas deste ano. O texto irrepreensível de Argemiro Ferreira, que há longos anos segue, in loco, os meandros da política dos Estados Unidos, traça um perfil seco e preocupante do que aconteceu e do que pode acontecer. Afinal, até o império tem seus dias de banana republic.

Outros assuntos de grande interesse internacional são as mudanças no Peru, uma reflexão sobre o racismo e as relações culturais Brasil-África, conceituadas pelo historiador Joel Rufino, além de profunda análise da crise argentina, cuidadosamente dissecada por Álvaro Queiroz no Panorama Econômico.

Também nesta edição, as relações culturais como cimento do Mercosul, uma preocupação crescente dos setores pensantes dos países do bloco. Atribuem à trama cultural a força para gerar um projeto capaz de atribuir personalidade ao conjunto, numa cena internacional onde se vai instalando uma massa de nações sem caráter.

A questão da terra volta ao debate, com instigante entrevista da deputada Luci Choinacki, que sugere estabelecer um limite máximo para as propriedades rurais, como forma de impedir a convulsão do campo e amenizar a aflição das massas.

Boa leitura e, lembre-se, sua carta ajuda a estreitar nossos laços.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 225 - Out / Nov 2000

EDITORA



TERCEIRO MILENIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR: Neiva Moreira

DIRETORA: Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini

EDITOR: Procópio Mineiro

CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

Publicidade:

São Paulo: J.R. Comunicação e Publicidade
Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -
05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.
Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -
Cep 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.
R. Guilherme Rocha, 218/503 - Cep 60.030-140
Fortaleza - CE - Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 **Fax:** (0 XX 21) 252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem adquiri-los diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:

BRASIL: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e a rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Vietnamização

Tenho observado que os meios de comunicação vêm utilizando de forma equivocada o termo "vietnamização". Este termo foi cunhado na época da Guerra do Vietnã, para designar a redução do envolvimento norte-americano no conflito, transferindo-o, paulatinamente, ao exército sul-vietnamita. O dicionário *The American Heritage Dictionary* (1991:1348) é bem claro: "Vietnamize (tr.v.): to turn over responsibility for (military operations, for example) to the Vietnamese."

O que pode acontecer na Colômbia é que os EUA assumam, progressivamente, a ação armada, o que provocaria a "americanização" do conflito com as Farc, ELN, etc. Assim, se o objetivo do artigo "A vietnamização é questão de meses" (CTM, ago./set. 2000, nº 223, p.54) é alertar quanto ao perigo de a ação americana provocar uma guerra na América Latina, nos moldes da do Vietnã, o termo "vietnamização" não estaria bem empregado.

Tácito Thadeu Leite Rolim
Fortaleza - CE

Resposta:

O termo vietnamização tem sido empregado, como no caso da reportagem de *cadernos*, sob o entendimento amplo de transformar num Vietnã a situação colombiana: de uma guerra civil nacional (entendendo-se a divisão dos dois Vietnãs como artificial) numa guerra internacional, manipulada pelos interesses estratégicos dos Estados Unidos. O leitor, contudo, tem razão quanto à acepção técnica do termo, ainda não dicionarizado em português, mas já registrado nos Estados Unidos, no sentido de renacionalizar uma guerra internacionalizada. Vietnamizar teria seus correspondentes nos termos *abrasileirar*, *argentinizar*, *italianizar*, *afrancesar*, *americanizar*, etc. Nesse sentido, a guerra civil que se processa há 40 anos na Colômbia seria uma guerra até aqui colombianizada (vietnamizada, na estrita acepção técnica) - as guerrilhas de um lado, e, do outro, os exércitos regular e irregular (as Autodefesas Unidas da Colômbia, os esquadrões da morte destinados à guerra suja), apoiados a distância pelos Estados Unidos. Para se transformar em

Vietnã, a guerra colombiana deveria, como se teme venha a acontecer, envolver outros países - os vizinhos e os próprios Estados Unidos, planejadores e financiadores do chamado Plano Colômbia, que atende aos interesses estratégicos norte-americanos. Internacionalizado o conflito, o país poderia então ser descrito como um novo Vietnã, com o envolvimento de tropas de vários países.

O sentido mais geral que a imprensa tem dado ao termo vietnamizar, até mesmo por ser um neologismo em português, é o de comparar um conflito nacional que pega fogo sob sopro estrangeiro (no caso, norte-americano) ao caso do Vietnã nos anos 70. O Plano Colômbia é exatamente a intromissão norte-americana na guerra civil colombiana, ao estilo vietnamita. O conflito linguístico está a exigir o julgamento final dos dicionaristas.

Recontagem, lá e cá

A possibilidade de se recontar e conferir a apuração dos votos é sinal do maior respeito pelos princípios da democracia, qual seja a transparência absoluta do processo eleitoral. E transparência é a verdadeira forma de se obter segurança e confiabilidade. Infelizmente, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) adotou o princípio da segurança por obscurantismo, que dia a dia perde força no mundo acadêmico e só tem defensores entre os mercadores de softwares eleitorais.

Por isso, estão redondamente engados os editorialistas, quando sugerem que estamos na frente dos norte-americanos em tecnologia eleitoral e que estamos aptos a exportar-lhes essa tecnologia. Que ingenuidade!

Nossa urna eletrônica está baseada em princípios pré-revolução francesa. Ela não é moderna; é sim retrógrada por não permitir conferência da apuração.

Em 1996, o BID, ao aprovar o financiamento de 546 milhões de dólares para a informatização das eleições brasileiras, enviou para cá um técnico, o Sr. Roy Saltman, para avaliar o sistema. No relatório apresentado por este senhor, aparecem as críticas ao sistema de votação *direct-recording* (sem comprovante impresso do voto) adotado no Brasil, ressaltando que este sistema necessita da mais absoluta transparência

para ter valor democrático. Pois bem, nenhuma das recomendações do Sr. Saltman, relativas à transparência do sistema, foram seguidas pelo TSE!

O que escrevo a seguir são fatos, baseados em documentos oficiais do TSE: (1) os representantes da Justiça Eleitoral, que dizem que os partidos puderam examinar todos os programas das urnas, estão faltando com a verdade. A portaria 142/00, do TSE, deixa claro que nem todos os programas foram apresentados para análise dos partidos, contrariando descaradamente o Art. 66 da Lei 9.504;

(2) a parte dos programas, que havia sido mostrada aos partidos, foi modificada posteriormente, e os novos programas alterados não foram analisados por ninguém;

(3) a resolução 20.714 do TSE deixa claro que não se permite aos fiscais conferirem o conteúdo dos discos de carga das urnas, para verificarem se os programas das urnas são mesmo os originais;

(4) um dos programas que são escondidos da auditoria é feito pelo Cepesc, um órgão da Abin (Agência Brasileira de Informação, que equivale à NSA americana);

(5) os programas das urnas foram contestados juridicamente e o TSE, desprezando totalmente o princípio de celeridade do processo eleitoral, simplesmente não julgou, até agora, o mandado de segurança 2.914-DF, interposto antes do primeiro turno. Nossas eleições ocorreram *sub judice*.

Nessas condições, é pura ficção pensarem que o Brasil vai exportar nossas urnas. Esta conversa de exportação é sempre plantada pelo TSE antes das eleições. Foi dito em 1996 (33 países vieram aqui conhecer o sistema, nenhum comprou!), foi dito em 1998 (eram 16 países, nenhum comprou) e voltou a se repetir agora.

Nenhum país democrático vai comprar um sistema que não permite conferência e recontagem da votação, como é o nosso caso.

Certamente, os norte-americanos jamais aceitariam votar por um sistema cujo controle contra invasão e fraudes estivesse nas mãos da CIA ou da NSA.

Eng. Amílcar Brunazo Filho
amilcar@brunazo.eng.br
Moderador do Fórum do Voto Eletrônico

A seção Intercâmbio
também é colocada na edição
on-line de **Cadernos**
(www.etm.com.br)

Geraldo do Nascimento
AR 6 - AE 02
Sobradinho - DF - Brasil
CEP 73060-600
Tel.: DDD (61)3871351

Orlando de Oliveira
Rua do Rezende 198/803
Centro - Rio de Janeiro - RJ
CEP 20231-091 - Brasil

Edson Nogueira
Caixa Postal 6949
CEP 41811-970
Salvador - Bahia - Brasil

Paulo César Adriano Ludgero
Rua Redentor SN - QD 05
LT 45 - CEP 26110-090
Jardim Bom Pastor - Belford Roxo
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Sidney Lima
Caixa Postal 118
Caraguatatuba - SP
CEP 11660-000 - Brasil

Raquel Andino Pérez
San Octavio #77 - Manzanillo
Esq. San Javier - Granma
Cuba - Caja Postal 87510

Alina Carrazana Cabrera
Calle Serafin Sánchez #24
Caja Postal 85100
Bayamo - Granma - Cuba

Dr. Santiago López Vela
Apartado Postal #21
Ciego de Avila
Prov. C. de Avila
65100 - Cuba

Petrobras-1

A ANP autou a Petrobras por não possuir autorização para operar navio-tanque em Ilha Bela. Incrível! Por isso, não acredito que essa sequência de acidentes sejam conspirações de forças ocultas para a privatização da empresa, embora estejamos num país democrático, onde devemos sempre respeitar todas as opiniões. Acho que há técnicos e "admiradores" da Petrobras usando o discurso da privatização como biombo, para esconder a verdadeira origem do problema: incompetência e descaso (ou será que não possuir autorização para operar navio-tanque tem outro nome?). Só lamento pelo pessoal sério que há dentro da Petrobras, que sofre de boca fechada diante desse descalabro, mas que não tem poder político para mudar as coisas.

Na minha opinião, são vícios do quadro funcional de uma empresa que se criou e cresceu em ditaduras, onde a opinião pública era o que menos contava. Só que agora conta. E pior (ou melhor, melhor para o meio ambiente), quando a empresa pretende internacionalizar-se e competir em países onde a opinião pública realmente faz a diferença, precisa mudar de atitude. Lembro agora que tenho pedido sempre evidências de que as promessas, compromissos e políticas anunciadas publicamente pelo presidente da empresa, num momento de crise, estejam descendo na cadeia de comando até atingir o funcionário menos graduado, o prestador de serviço e o fornecedor. E estas evidências nunca chegam.

Vilmar Berna
Ambientalista e membro da Comissão de Controle Social da Petrobras
Niterói - RJ

Petrobras-2

Ao invés de me preocupar ambientalmente com a notícia de mais um derramamento de óleo em São Sebastião, me preocupei politicamente. Este ponto já foi levantado algumas vezes em discussões anteriores e agora estou mais do que convencido de que estas repetidas notícias sobre desastres da Petrobras nada mais constituem que a clássica maneira de agir do atual governo: desmoralizar uma empresa pública, para depois vendê-la (1) a preço de banana e abaixo do que vale; (2) favorecendo determinados grupos com não sei que critério; (3) utilizando moeda podre; etc., etc., etc.

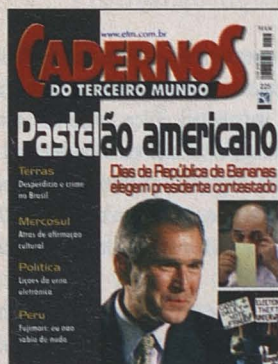
Depois, o comprador tem 500 anos para pagar a juros decrescentes, saneia a empresa facilmente com o que deixou de gastar na compra ou com subsídios do próprio governo, e o público fica convencido de que a privatização foi uma coisa boa. Com isso, perdemos a tecnologia aqui desenvolvida para exploração de plataformas submarinas, uma das maiores e mais lucrativas empresas do mundo, entre outras coisas. O que mais me preocupa, nesta história toda, é ser usado como massa de manobra. Em virtude do fato de os ambientalistas serem uma das categorias de "lutadores sociais" mais ativas e ferrenhas, notícias como esta tendem a ter um impacto grande e nós acabamos sendo o pretexto de divulgação excessiva. Não estou defendendo aqui que as empresas petrolíferas, ou quaisquer que sejam, estejam isentas de controle ou de preocupação ambiental.

Apenas gostaria de levantar os seguintes pontos para discussão: (1) por que as notícias constantemente se referem apenas à Petrobras? Navios de outras bandeiras constantemente vazam petróleo e nada é noticiado; (2) por que não é noticiado que a Petrobras tem reduzido sistematicamente o quadro técnico e operacional, obrigando um número reduzido de pessoas a fazer o trabalho que antes era feito por um número muito maior? Obviamente que isto aumenta o risco de acidentes e problemas, em virtude de nossas próprias limitações (a meu ver esta redução é proposital, com o objetivo de ocasionar problemas, gerar má imagem pública e facilitar o saneamento pelo futuro comprador).

Rogério Grassetto Teixeira da Cunha
Via internet: rbma-l@unicamp.br

Sumário

Out / Nov • 2000 • Nº 225 • Ano XXVI



2 CARTAS

6 PLANALTO

9 FRASES

10 PANORAMA NACIONAL

BRASIL/OPINIÃO

14 Mudança, uma palavra mágica

O aumento considerável da influência da esquerda é resultado de uma nova sensibilidade política de grande parte do eleitorado brasileiro

BRASIL/REFORMA AGRÁRIA

16 Acampamento Natalino: O MST faz vinte anos

A pressão dos agricultores pobres por terra é uma luta que já tem história e se move ao sabor da imprevidência oficial e da insensibilidade das elites em relação à sorte dos trabalhadores

ENTREVISTA

18 Luci Choinacki: Governo dá dinheiro aos latifundiários

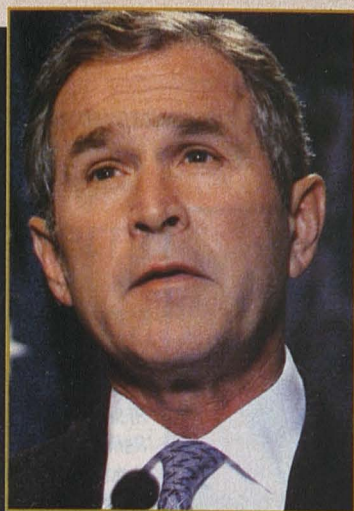
Carente de política agrária e jamais chegando a 100 milhões de toneladas de grãos, produção ridícula para a disponibilidade de terras, o Brasil entra no novo milênio com crescente concentração rural

CULTURA/INTEGRAÇÃO

22 Mercosul pensa Cultura

Intelectuais, artistas, administradores públicos e empresários preocupam-se com a integração cultural no Cone Sul





Casa Branca 2000: você já viu este filme

Sem carisma, sem diferenças nítidas entre suas propostas de governo, Al Gore e George Bush dividiram o país sem empolgar o eleitorado e acabaram provocando o maior vexame político que a superpotência viveu desde o fim da Guerra do Vietnã, ao expor até às entranhas um sistema de votação caótico e um eleitorado sem interesse



O pastelão americano



BRASIL/GEOPOLÍTICA

- 28 **Desafios cercam a Amazônia**
General destaca problemas de ordem social, econômica, científica, ambiental, antropológica e de segurança na imensa região brasileira

30 PANORAMA ECONÔMICO

34 LIVROS

36 PANORAMA INTERNACIONAL

43 GENTE

AMÉRICA LATINA/PERU

- 52 **Democracia restaurada**
O governo de transição enfrenta o desafio de investigar e punir a corrupção e o autoritarismo deixados por Alberto Fujimori

DIPLOMACIA/NORTE-SUL

- 56 **A paz é possível**
Para acabar com as guerras e com a violência estrutural, é necessário redemocratizar as Nações Unidas e tornar a sociedade humana mais justa

PÁGINA ABERTA

- 62 **Joel Rufino: Diálogo.com**
Pensadores africanos e brasileiros têm muito a ajudar no debate sobre o papel da nossa cultura no mundo globalizado

DROGAS/AMÉRICA CENTRAL

- 64 **Narcotráfico como álibi**
Um a um, os países centro-americanos estão assinando com os EUA tratados similares ao da Colômbia

Foto: AFP

Foto: Roosevelt Pinheiro - ABr

Foto: AFP



Ricardo Teixeira, Renata Alves e Vanderlei Luxemburgo são personagens centrais das duas CPIs em andamento no Congresso, onde transparece a disposição de passar o futebol a limpo

Futebol com duas CPIs

O fracasso brasileiro nas Olimpíadas de Sydney obrigou o Congresso a instalar duas comissões parlamentares de inquérito. A do Senado, mais ampla, é a CPI do Futebol, e a da Câmara está apurando o contrato entre a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e a empresa de equipamentos esportivos Nike, patrocinadora da seleção brasileira de futebol. As duas funcionam simultaneamente e a lista de convocados é praticamente a mesma.

A CPI do Futebol, presidida pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) está recebendo o apoio da Receita Federal, que indicou um técnico para acompanhar os trabalhos de investigação. O secretário Everardo Maciel será o último a ser ouvido pelos senadores, porque muitas de suas informações só podem ser fornecidas a partir da quebra dos sigilos bancário e fiscal de empresários, treinadores, técnicos e ex-jogadores da

seleção. Até o momento, os integrantes desta CPI já pediram a quebra de sigilo bancário do ex-técnico Vanderlei Luxemburgo e de suas empresas; da Traffic, empresa que intermediou o contrato da seleção brasileira de futebol com a Nike, e dos empresários Juan e Marcel Figger, Gilmar Rinaldi, Luís Viana e Valdir Assad, os quais, segundo Renata, ex-assessora de Luxemburgo, estariam envolvidos nas transações de compra e venda de jogadores brasileiros para clubes internacionais. Renata informou, inclusive, que Luxemburgo também tem conta nas Ilhas Cayman. A venda de jogadores também está sendo investigada pelo Banco Central, informou Ricardo Liao, chefe do Departamento de Ilícitos Financeiros do BC. O banco abriu 22 processos contra clubes brasileiros, por irregularidades em operações cambiais na compra e venda de jogadores, envolvendo 42,5 milhões de dólares.

Mesmo sem ter ainda apresentado denúncias, a CPI do Futebol recebeu a primeira pressão internacional. O presidente da Fifa, Joseph Blatter - amigo de João Havelange, ex-presidente da associação - ameaçou eliminar o Brasil da próxima Copa do Mundo por causa das investigações. O comentário de Blatter mereceu críticas do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães, que classificou a ameaça como "ousadia" de Blatter. "É muita ousadia ele querer se intrometer em assuntos nossos. Se ele ameaça o Brasil de não ir à Copa, sem o Brasil a Copa é capenga. Vamos investigar o necessário para moralizar o nosso futebol e ainda vamos chegar à Copa de cabeça erguida", disse ACM.

Na Câmara, onde corre a CPI da Nike, os nomes indicados para compor a comissão provocaram críticas e polêmicas, porque os deputados Eurico Miranda (PPB-RJ), presidente do Vasco, e Darcísio Perondi (PMDB-RS) mantêm estreitas ligações com a CBF e vêm tentando obstruir os trabalhos, ora

discordando da convocação de dirigentes esportivos, ora interrompendo as indagações feitas aos convocados, como aconteceu com João Havelange. Durante seu depoimento, quando o deputado Pedro Celso (PT-DF) perguntou sobre o envolvimento do ex-presidente da Fifa com o tráfico de armas para a ditadura Argentina dos anos 70, Miranda protestou e, depois, foi beijar o rosto de Havelange.

A CPI da Nike quer conhecer as cláusulas sigilosas do contrato entre esta empresa - acusada até de escalar jogadores de nossa seleção - e a CBF. O presidente da entidade, Ricardo Teixeira, que, ao lado de Vanderlei Luxemburgo, é o alvo principal das duas CPIs, será um dos últimos a depor. "Corremos o risco de transformar a Câmara em chacota nacional e mundial, se não apurarmos tudo direito, porque, nesta CPI, alguns de seus membros não se envergonham de legislar em causa própria", disse Pedro Celso, advertindo seus colegas sobre as suspeitas contra a investigação da Nike. ■

Governo omite arrecadação, afirma senador

O relator da Comissão de Orçamento, senador Amir Lando (PMDB-RO) já encaminhou pedido de informações ao ministro do Planejamento, Martus Tavares, para saber qual o volume de recursos arrecadados pelo governo, até setembro passado, com a Contribuição Provisória de Movimentação Financeira (CPMF), Contribuição Financeira para Seguridade Social (Cofins) e o imposto de renda cobrado nas aplicações dos fundos de pensão. Lando acredita que os 15,84 bilhões de reais previstos na arrecadação da CPMF, a partir dos cálculos da equipe econômica, "estão subestimados". Ele tem certeza de que o governo arrecadou muito mais do que tem sido anunciado.

Desde o começo de outubro, a comissão vem pedindo o novo estudo das arrecadações, mas, até a primeira semana de novembro, nenhuma informação foi encaminhada ao Congresso. O relator diz que a reestimativa das receitas "é fundamental, para que o Congresso indique de onde sairão os 3,8 bilhões de reais necessários para financiar o aumento das despesas com a



Senador Amir Lando: pedido de informações sobre o volume das arrecadações do governo

Previdência Social, caso o valor do salário mínimo seja estipulado em 180 reais, como vem exigindo a oposição."

O líder do PT, Aloísio Mercadante, já avisou que seu partido pode obstruir os trabalhos da Comissão de Orçamento, caso a bancada governista se recuse a fixar o salário mínimo em 180 reais. O líder do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), anunciou que seu partido concorda com este valor. ■

Adiada lei de responsabilidade fiscal

A entrada em vigor da Lei de Responsabilidade Fiscal pode ser adiada. Mesmo acreditando nos benefícios da lei - que vai obrigar as prefeituras a enxugar a máquina administrativa - o deputado Edinho Araújo (PMDB-SC) apresentou projeto, alterando os prazos para sua vigência. "Embora seja boa, a lei foi uma injustiça contra os

novos prefeitos, porque terão apenas três meses para se adaptar às novas regras, enquanto os demais, que estiverem acima dos limites previstos na lei, terão dois anos para se adaptar", disse Edinho Araújo.

Seu protesto é apoiado pelo deputado Avenzoar Arruda (PT-PB), que prevê outra onda de desemprego com a implantação das novas re-

gras. "A situação é dramática em muitos municípios brasileiros, em razão do desemprego e da quebra de produção por causa das condições climáticas. Lamento que esta lei venha para piorar a situação dessas populações, com previsão de mais desemprego", afirmou o deputado petista, prevendo demissão aleatória de servidores municipais, sob proteção legal. ■

Erro médico e mortalidade

O corporativismo da classe médica, apontada pelo promotor do Distrito Federal, Diaulas Ribeiro, e a inexperiência e má formação acadêmica dos recém-formados, citadas pelo representante do Conselho Federal de Medicina (CFM), Pedro Magalhães Chacel, são os principais motivos da mortalidade materna. Estas são as primeiras conclusões da comissão de inquérito da Câmara dos Deputados, que vem mapeando as causas deste crescente problema no Brasil.

No depoimento prestado à comissão, Pedro Magalhães disse que a contratação de médicos residentes pelas redes pública e particular é um dos fatores do erro médico. Ele afirmou que estes residentes "não têm condições de trabalhar sem uma supervisão". Magalhães é contrário à proliferação de faculdades de Medicina no Brasil, revelando ainda que tais escolas "não ensinam a prática aos alunos. Os formandos terminam o curso totalmente inexperientes".

O representante do CFM, entretanto, rechaçou a proposta do promotor Diaulas Ribeiro. Este sugeriu ao Conselho Federal de Medicina que se limite a julgar a ética, nos processos abertos contra médicos que cometem erros (muitas vezes fatais), deixando os demais aspectos para a Justiça.

A relatora da comissão de inquérito, deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), pretende criar uma campanha nacional para informar a sociedade sobre os riscos do erro médico e os direitos das vítimas. ■

Mais ação no combate à violência

A escalada da violência - com rebeliões nos presídios e assassinatos de policiais no Rio de Janeiro, seqüestros e assaltos - levou deputados de diferentes partidos a reivindicar do governo uma ação mais eficaz no combate à criminalidade. Os parlamentares da base governista estão apresentando propostas de reaparelhamento das polícias, dotando-as de mais poderes, enquanto os deputados de oposição acreditam que os índices de violência só serão reduzidos com uma firme política social.

O deputado Feu Rosa (PSDB-RN) se juntou a oposição e, em discurso da tribuna da Câmara, afirmou que o aumento da criminalidade



Foto: AFP

O reaparelhamento da polícia é uma das necessidades identificadas

"deve-se à ausência do Estado e à falta de credibilidade dos políticos e das instituições públicas, entre elas o Judiciário e a polícia junto à população."

O deputado Mauro Benevides (PMDB-CE) convocou seus colegas para um "grande mutirão nacional" de combate à violência. O parlamentar cearense

anunciou sua proposta de emenda constitucional, alterando o artigo 144 da Carta Magna. Sua proposta estende às guardas municipais atribuições que se restringem às polícias civis e militares. "Esta proposta é uma contribuição do Legislativo na busca de saídas para a tragédia que se vive hoje, cotidianamente, nas ruas brasileiras", afirmou.

Outra proposta para o reaparelhamento policial é do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), que defende a aprovação da lei de organização da Polícia Civil. "Estes servidores querem ser respeitados. Querem que a organização policial seja melhor estruturada juridicamente", disse Patriota, informando que este projeto tramita há dez anos na Câmara. ■

Empresa-universidade

O senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto que institui a "contribuição de intervenção de domínio econômico" (imposto) para financiar o Programa de Integração Universidade/Empresa, é favorável à criação de um novo tributo para as empresas detentoras de licença de uso ou adquirentes de conhecimentos tecnológicos. O novo imposto financiará o programa e seria destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico.

A alíquota de contribuição, de acordo com os cálculos do senador Fogaça, deve ser de 10%, dos quais 30% serão distribuídos aos projetos de desenvolvimento tecnológico das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O projeto, que estabelece as normas para o programa de integração Universidade/Empresa, é originário do executivo e já foi aprovado na Câmara, que alterou o artigo propondo o pagamento de uma taxa de 25%, no Imposto de Renda na fonte, sobre os valores remetidos ao exterior. Os deputados reduziram esta taxa para 15% e Fogaça quer manter o valor estipulado pelo Executivo. ■

Nova jornada de trabalho no campo

Com o objetivo de disciplinar o setor, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) apresentou projeto de lei que define a jornada do trabalhador rural, estipulando em oito horas diárias de serviço e 44 horas semanais. O projeto já está sendo discutido na Comissão de Constituição e Justiça e deve ir a plenário ainda este ano, antes do recesso.

De acordo com o projeto, o trabalhador rural terá direito a intervalo para repouso e alimentação. Atualmente, este direito depende do patrão. Além disso, estão previstas apenas duas horas extras por semana. O projeto faz exceções para os casos de colheita inadiável e obriga o empregador rural a pagar o salário ao trabalhador, quando este for impedido de desempenhar suas tarefas por causa das condições climáticas.

Dias reconhece que o cumprimento desta lei será um desafio, porque "as dimensões continentais do país, as diversidades culturais, além da variação do contexto, criam relações trabalhistas e práticas difíceis de serem englobadas". ■

O que eles dizem...

"O novo nacionalismo tem que apresentar uma preocupação sistemática com a distribuição de renda e riqueza no país. (...) O antigo nacional-desenvolvimentismo tinha, também, em alguns momentos, uma cara autoritária. Precisamos de um nacional-desenvolvimento democrático e distributivista."

Paulo Nogueira Batista Jr., economista, professor da Fundação Getúlio Vargas

"O serviço de inteligência é um serviço de Estado. Não se preocupa com a ascensão ao poder nem com sua manutenção."

General Alberto Cardoso, em *O Estado de S. Paulo*, negando que a Abin esteja fazendo espionagem política como denunciou a revista *Veja*

"Existe o bom impasse e o impasse ruim. Este é ruim."

Kevin Muehring, consultor financeiro, opinando sobre os efeitos econômicos danosos da indefinição dos resultados eleitorais dos Estados Unidos, no *Jornal do Brasil*

"Aceitamos a devassa geral, se o governo aceitar a instalação da CPI."

Deputado Aloísio Mercadante, do PT, dispondo-se a encampar a proposta governista para que a contabilidade eleitoral de todos os candidatos presidenciais seja examinada, desde que haja CPI sobre as denúncias de caixa 2 na campanha do presidente Fernando Henrique, em *O Globo*

"Fundamos hoje o PSS, o Partido Sem Sigla."

Governador Anthony Garotinho, ao desfiliar-se do PDT, levando consigo milhares de partidários

"Informarei sobre a necessidade de proteção internacional para o povo palestino."

Mary Robinson, comissária de Direitos Humanos da ONU, após visitar Israel e as áreas palestinas, no *Jornal do Brasil*

"O volume de negócios das máfias alcança 115 bilhões de euros por ano, 15% do PIB italiano. (...) As máfias compram pedaços inteiros da Itália."

Relatório da Confederação do Comércio da Itália, no *Jornal do Commercio*

"Na verdade, não é uma extradição; é um exílio eterno."

João Herbert, 21 anos, há 28 meses detido em presídio de Cleveland, embora a Justiça recomendasse prisão domiciliar pelo delito de natureza leve, pouco antes de ser "devolvido" ao Brasil, onde não tem parentes conhecidos, pois há 14 anos foi adotado por casal norte-americano e estava totalmente integrado à vida do estado de Ohio, a ponto de ter esquecido o idioma português, na *Folha de S. Paulo*

"Ele é uma pessoa indiciada em inquérito, por isso é evidente que tem que ser vigiado."

Delegado da PF, sobre o risco de o ex-senador Luiz Estevão fugir, ante a descoberta de contas secretas no exterior que atestariam o seu vínculo com o juiz foragido Nicolau dos Santos Neto

"Não podemos reduzir nossas tarifas, por exemplo, para o leite da Europa, que tem 60% de subsídios. (...) Os subsídios dos países ricos a sua agricultura chegam a 361 bilhões de dólares por ano. É quase 1 bilhão de dólares por dia."

Pratini de Moraes, ministro da Agricultura, defendendo barreiras alfandegárias para responder às políticas dos países desenvolvidos, na *Tribuna da Imprensa*

"Subsídios, isenções e incentivos de qualquer espécie são página virada, se quisermos competir globalmente."

Alcides Tâpias, ministro do Desenvolvimento, na *Tribuna da Imprensa*

Modelos econômicos

"Apesar dos avanços econômicos, há hoje no país 30 milhões que passam fome: vamos dar pão a quem tem fome e justiça a quem tem pão. (...)"

O equívoco do presidente Fernando Henrique foi ter jogado todo o seu prestígio fora, em nome da reeleição, daí perdeu forças para realizar as reformas política, tributária e administrativa."

Senador Pedro Simon, lançando-se candidato a presidente em 2002 pelo PMDB, em *O Estado de S. Paulo*

"Há quem se preocupe com a conta de luz e há quem perca o sono se perguntando o que fazer com 10 mil dólares."

Flávio Alóe, do Centro do Sono do Hospital das Clínicas de São Paulo, comentando a pesquisa da Datafolha que constatou que 54% da população adulta de oito capitais brasileiras padecem de insônia, devido à falta de dinheiro para pagar as contas do dia-a-dia, na *Folha de S. Paulo*

"Na verdade, as novas medições atingem quase 40% da população."

Artemio López, do instituto Equis, revelando o crescimento da pobreza entre os argentinos, afetados pela política neoliberal instalada no país há dez anos e que, a cada dia, lança mais mil pessoas no estado de necessidade, em *O Globo*

"O governo De la Rúa prefere satisfazer o FMI e se esquecer do povo."

Carlos Ruckauf, governador peronista da província de Buenos Aires, condenando o pacote econômico baixado pelo presidente Fernando de la Rúa, que inclui o fim da previdência social pública, o aumento de idade para 65 anos no caso de aposentadoria feminina e a cobrança de mensalidades nas universidades públicas



A fiscalização falha permitiu que o serviço de táxis carioca passasse a conviver, ao longo do tempo, com irregularidades, como felizardos com várias autonomias, que alugam os carros por diárias pesadas, obrigando os ditos auxiliares, sem autonomia, a jornadas de até 16 horas ao volante

O dia em que o Rio parou

As cidades também têm a sua jugular, aquele ponto do sistema circulatório que, interrompido ou seccionado, faz o triunfo do atacante. No caso, a fera foram as centenas de taxistas auxiliares do Rio de Janeiro que, indignados, levaram seu protesto ao conjunto da sociedade carioca interrompendo o trânsito no Viaduto dos Marinheiros, que fica na cabeceira da Avenida Presidente Vargas, provocaram um engarrafamento monumental, na manhã do dia 24 de novembro. O viaduto é a jugular do Rio: fechado, paralisa o fluxo de veículos oriundo da Tijuca, afetando toda a Zona Norte e parte do subúrbio; interrompe a Avenida Brasil, afetando a Ponte Rio-Niterói, o resto dos subúrbios, a Linha Vermelha, atingindo a Via Dutra e os municípios da Baixada Fluminense.

Naquela manhã de 24 de novembro, mais de dois milhões de pessoas, apinhadas em ônibus ou em seus automóveis, despertaram para um drama social que corria submerso e longe da sensibilidade da maioria.

Por que protestavam os chamados taxistas auxiliares? Eles faziam o que talvez teriam feito os escravos, se a Lei Áurea tivesse sido revogada no dia 15 de maio de 1888, dois dias após sua entrada em vigor. Dois dias após comemorarem a lei que lhes garante direito a uma autonomia e a ter o próprio carro, aprovada por 30 votos a zero na Câmara de Vereadores e imediatamente sancionada pelo prefeito Luís Paulo Conde, os taxistas diaristas não acreditaram quando a Justiça, a pedido do próprio Sindicato dos Taxistas, concedeu liminar suspendendo a execução da nova lei. Levaram sua indignação às

ruas, literalmente, e acusaram o sindicato de defender os interesses das empresas.

Segundo o vereador Pedro Porfírio (PDT), que iniciou o movimento a favor dos motoristas auxiliares e apresentou o primeiro projeto sobre o assunto, "a situação desses profissionais raia o absurdo. Primeiro, porque, para trabalhar e buscar o sustento da família, eles se obrigam a pagar diária aos donos efetivos dos táxis, sejam empresas ou taxistas possuidores da autonomia."

Isto significa compromisso financeiro diário em torno de 160 reais - diária de 100 reais, mais os gastos com combustível. Segundo se queixa, esse trabalhador do volante é levado a ficar na rua até 16 horas por dia, para que possa sobrar alguma coisa para ele próprio. São vários os dias em que não sobra nada. Tudo o que conseguiu fazer vai para o dono do carro e

para o combustível. A situação é considerada desumana e ilegal, pois "a existência de empresas de táxis para aluguel é uma aberração, pois possuir frota para alugar carros a terceiros viola o conceito do serviço", aponta o vereador. Empresa dentro da lei seria aquela que contratasse os motoristas, pagando-lhes salário. Como isto não ocorre, existe uma situação de ilegalidade que torna os auxiliares verdadeiras vítimas de escravidão, segundo Pedro Porfírio.

Assim, a sanção pelo prefeito carioca da lei aprovada pela Câmara de Vereadores foi comemorada como uma espécie de Lei Áurea desses homens do volante. A liminar contra a lei, concedida por um juiz, representou um choque, que levou às manifestações. No sempre tumultuado campo do sistema de transportes das cidades, os serviços de táxis parecem exigir uma atenção especial das autoridades responsáveis. ■

Médicos aplaudem controle sobre planos

A Associação Médica Brasileira (AMB) considera salutar o fato de a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) estabelecer um "Plano de Contas", obrigando as operadoras de planos de saúde a publicar balanços anuais e a informar as projeções do que terão a receber e a pagar ao longo do ano. A obrigatoriedade de tais empresas abrirem suas contas certamente dará um pouco mais de transparência ao setor. Além disso, o estabelecimento de um processo de auditoria permitirá que governo e sociedade conheçam a real situação de cada plano, o que é um grande passo para que sejam coibidos reajustes injustificáveis.

Ainda segundo a nota, "a AMB encara com preocupação algumas declarações recentes, por parte de

representantes das operadoras, que dão conta de que o estabelecimento do "Plano" acarretará aumentos para os usuários. Pelo menos no que se refere aos serviços médicos, dados do Dieese comprovam que as mensalidades dos planos subiram cerca de 94%, entre 1996 e abril de 2000.

Enquanto isso, os honorários médicos não tiveram qualquer reajuste. A Associação Médica Brasileira registra, por fim, que, apesar de a medida da ANS ser elogiável do ponto de vista do controle econômico, o setor ainda carece de uma normatização eficiente para a relação entre planos de saúde, médicos e demais prestadores de serviços. Tal regulamentação é fundamental para o controle da qualidade do atendimento aos usuários". ■

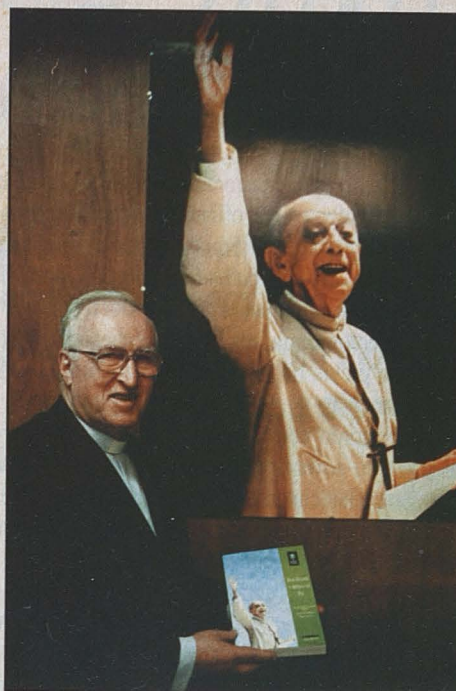


Foto: José Cruz - ABR

"Dom Hélder Câmara - O Arauto da Paz" é o título do livro que o presidente da CNBB, D. Jaime Chemello, lançou em Brasília, no dia 14 de novembro. A obra resgata a presença profética do arcebispo de Olinda e Recife, considerado inimigo pelo regime militar, devido a sua liderança junto "a chamada Igreja Progressista, para a qual a palavra paz só pode rimar com desenvolvimento social".

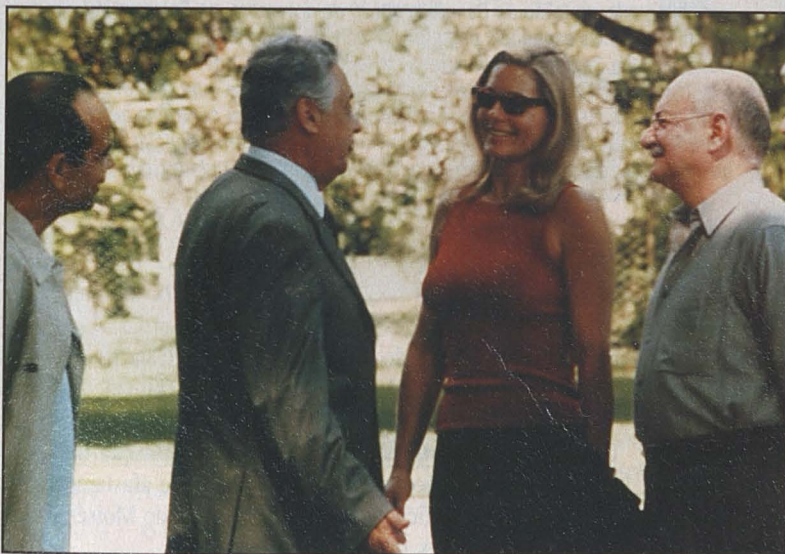


Foto: Victor Soares - ABR

O presidente Fernando Henrique aceitou o convite e encontrou-se com as estrelas da novela 'Laços de Família', da Rede Globo, na casa do representante da organização. O ministro da Justiça, José Gregori, ouviu queixas contra a aplicação da lei de defesa das crianças, impedindo a participação de menores na novela, pois a Justiça a considerou inadequada para a faixa etária, por cenas eróticas e de violência. O encontro foi criticado por setores da Justiça e políticos, que consideraram a presença presidencial como um velado apoio aos interesses da Globo e uma crítica indireta à aplicação de uma lei

Solidariedade internacional

O projeto "Sementes do Amanhã", da Prefeitura de Belém, que retirou crianças e adolescentes da catação de lixo no aterro sanitário do Aurá, encantou a delegação de sindicalistas da Confederação Geral Italiana do Trabalho (CGIL), de Milão, a maior central sindical da Europa.

Em audiência com o prefeito Edmilson Rodrigues, os sindicalistas garantiram que, na volta à Itália, irão propor que a CGIL estenda a Belém a experiência da "Adoção a Distância", possibilitando que as 800 crianças e adolescentes atendidas pelo "Sementes do Amanhã" recebam ajuda financeira de pessoas ou empresas italianas. Desde 1980 essa experiência é realizada com sucesso na Palestina. ■

Jornalistas protestam

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) divulgou nota oficial, criticando reportagem da *Folha de S. Paulo* com denúncias contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O Incra organizou a ida do repórter a três assentamentos rurais no Paraná, indicando um compromisso prévio do jornal com os objetivos do órgão governamental.

De acordo com a nota da Fenaj, "o objetivo da ofensiva do governo federal - esse sim ainda devendo ao povo esclarecimentos sobre várias denúncias de corrupção - é impedir que o drama dos trabalhadores rurais sem terra continue ganhando força e adeptos aqui e no exterior. A questão agrária no Brasil é dramática. Segundo o IBGE, cerca de 4,2 milhões de brasileiros abandonaram o campo, entre 1995 e 1999; 1.030 latifundiários são donos de 15% da área total de imóveis neste país. O governo FHC não cumpriu nenhum dos compromissos assumidos com o Movimento, durante recentes negociações mediadas pela CNBB e OAB."

"Não basta distribuir terra. É preciso uma política clara e eficiente de incentivos que beneficie o pequeno agricultor e a agroindústria familiar, levando educação, saúde e justiça social aos excluídos do campo. O MST já compreendeu isso. Para lutar por uma vida digna no campo, é preciso lutar contra todo um sistema econômico e político. Para lutar pela terra, é preciso lutar pela democracia, a cidadania e por uma sociedade mais justa e solidária", conclui a nota da Federação Nacional dos Jornalistas. ■



Representantes do banco espanhol Santander batem o martelo, em pose especial para fotografia, no leilão do Banespa, dia 20 de novembro, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Os espanhóis pagaram 3,7 bilhões de dólares. Na foto menor, a funcionária Edina Regina chora em frente à sede do banco, em S. Paulo, lamentando a desnacionalização da importante estrutura financeira, na qual se prevê uma onda de demissões. Na foto de baixo, o embaixador Graça Lima coordena as discussões entre Mercosul e União Européia, em torno de uma parceria especial entre os dois blocos, para cuja concretização, porém, falta superar dificuldades comerciais

Juiz nega recontagem de votos

Segundo entidades de defesa dos direitos humanos no sul do Pará, o juiz Raimundo Moisés Alves Flexa, da comarca de Xinguara, acusa os ex-candidatos do PT e PTB, Davi Passos e Osvaldo Assunção, e Frei Henri des Roziers, coordenador da Comissão Pastoral da Terra do sul do Pará (CPT), além de militantes dos partidos de ani-

madores da violência em Xinguara. Artigo do referido juiz, com esse teor, foi publicado num dos maiores jornais de circulação do Pará, *O Liberal*.

Nota oficial assinada pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Sindicato Rural de Xinguara, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assembleia de Deus, Igreja Católica e outras entidades

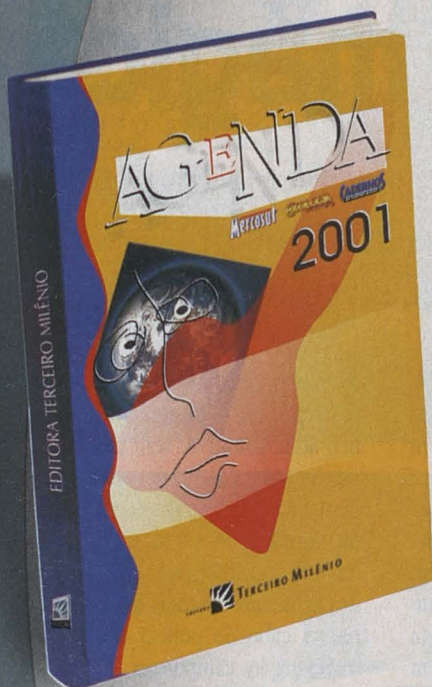
explica que a atitude do juiz de denunciar as entidades ao Tribunal de Justiça do Estado é equivocada. O motivo real foi a realização de um ato público e pacífico, dois dias após as eleições, quando os manifestantes pediram recontagem de votos, uma vez que o juiz, contrariando a lei, se recusou a efetuar a leitura das atas de apuração, algumas delas com irre-

gularidades. Essa atitude teria impedido a impugnação de algumas urnas. As denúncias encontram-se no Tribunal, e as entidades que denunciaram os fatos ao TRE exigem a anulação das eleições além do afastamento do juiz Raimundo Moisés Alves Flexa.

As entidades denunciam ainda que as pessoas que estiveram participando do ato público, permitido por lei, estão sendo intimadas a depor na delegacia de Xinguara. ■

Lançamentos 2001

Produtos de qualidade ETM



Você que é fã da revista Ecologia e Desenvolvimento agora pode levar para casa os novos lançamentos da ETM: Agenda para 2001, camisetas e chaveiros com motivos ecológicos. Todos eles a preços promocionais até o final do ano. Faça já o seu pedido!

Agenda: Cód. 1001-A - R\$17,90

Tamanho 20cm x 13cm - 380 páginas

Além dos dados usuais de uma Agenda, enriquecemos o calendário de 2001 destacando datas de importantes acontecimentos, em sua maioria, do século XX, e registrando citações que ficaram para a eternidade

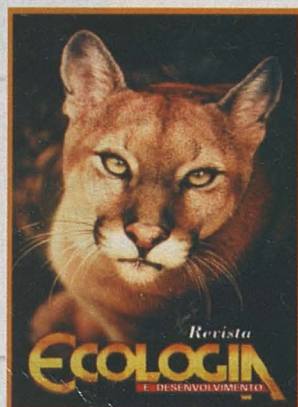


**Chaveiro:
Cód. 1002-C**

R\$8,90
Acabamento em couro



EDITORA
TERCEIRO
MILÊNIO



Camiseta Adulta/Estampa Suçuarana:

Malha de qualidade (Tipo 30.1)

Tamanho Único

- Preto - Cód. 1003-P - R\$21,90
- Branco - Cód. 1004-B - R\$16,90

PREENCHA ESTE CUPOM E ENVIE

CÓDIGOS	V. Unitário X QUANT.	SUB-TOTAL	FRETE*	TOTAL
Cód. 1001 - A	R\$ 17,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1002 - C	R\$ 8,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1003 - P	R\$ 21,90	R\$	R\$	R\$
Cód. 1004 - B	R\$ 16,90	R\$	R\$	R\$

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 a 510 - Lapa
20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (55 XX 21) 221-7511 - Fax: (55 XX 21) 252-8455
e-mail: etm@etm.com.br - Internet: www.etm.com.br

Nome:

Endereço:

Profissão:

Cidade:

Tel.:

Bairro:

Dt. Nascimento:

Estado:

CEP:

Fax:

E-mail:

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

- () Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$

Cartão

Validade até / /

Assinatura do comprador

Assinatura do comprador

O FRETE DE R\$ 2,50 será cobrado a cada duas unidades, e o prazo máximo de entrega é de 28 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas para a exterior e grandes remessas.

Assinatura do comprador

Mudança, uma palavra mágica

Não há dúvida de que o aumento considerável da influência da esquerda, com as últimas eleições, é, no fundo, resultado de uma nova sensibilidade política de grande parte do eleitorado brasileiro

Neiva Moreira

O RECENTE ESCÂNDALO do pleito presidencial norte-americano, exatamente em um país que se gabava de ter as mais sérias e representativas eleições do mundo, chamou muito a atenção para o problema do processo eleitoral. Esse interesse foi tanto maior no Brasil, onde acabávamos de ter uma votação informatizada, em geral considerada um passo à frente na segurança do voto.

Essa avaliação é, a nosso ver, correta. É sensacional, quase traumático, receber, cinco ou dez minutos depois do encerramento da votação, uma tira de computador dando os resultados. No velho sistema, havia resultados de seções, pendentes de recursos, que, às vezes, demoravam até mais de um ano para ter julgamento definitivo na Justiça.

Isso não significa que as eleições informatizadas estejam totalmente imunes de suspeitas de fraudes ou erros e, sobretudo, de impugnação. Se os computadores mais seguros e protegidos do mundo, como os do Pentágono, já foram visitados pelos *hackers*, os modernos espões eletrônicos, por que as nossas modestas urnas estariam fora desses riscos? A atitude olímpica ou por vezes intransigente da Justiça Eleitoral, quase sempre fechada a examinar denúncias

de eventuais fraudes, é um procedimento que não ajuda a lisura do processo eleitoral. A possibilidade de recontagem nas urnas contestadas era, em certo sentido, uma segurança que desaparece com o voto eletrônico e é um problema a ser considerado pela Justiça Eleitoral. O caso norte-americano chamou muito a atenção nesse terreno, sobretudo pela importância da recontagem do voto em vários estados.

A possibilidade de fraudes nas urnas eletrônicas não é descartável e será muito mais real em uma eleição presidencial, quando os imensos interesses em jogo justificam as inversões que aquelas operações requerem.

Nova consciência

De qualquer maneira, a urna eletrônica é uma mudança que pode ajudar a democratização das eleições. Mas não foi esse o único avanço revelado pelas eleições municipais. Um dos mais expressivos foi a derrota de centenas de prefeitos que, pela lei da reeleição, não eram obrigados a deixar o cargo. Muitos deles usaram todo o poder da prefeitura, sobretudo em pequenos municípios, mas não venceram.

Vi isso no meu estado, o Maranhão, que era um modelo acabado de atraso político, em que velhas oligarquias se perpetuavam no poder e foram

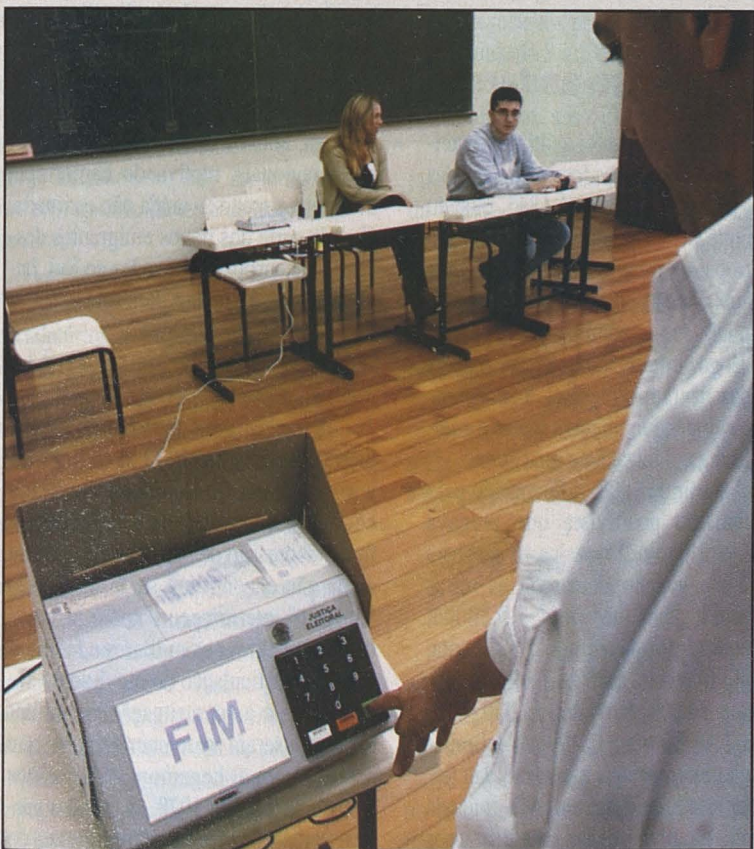
agora varridas por oposições, estaduais ou locais, quase sempre sem força político-administrativa, sem dinheiro e até mesmo com líderes jovens sem maior implantação partidária local. Mais ainda: verificou-se, em alguns municípios, uma certa ruptura social. Recordo-me dos resultados em dois deles: um jovem negro, cabo de polícia e com grande implantação camponesa, e um enfermeiro de modesta posição social, que receberam votação expressiva nos seus municípios.

Estes e tantos outros candidatos, eleitos ou derrotados, já estavam, após o pleito, na luta de organização partidária e de mobilização popular, ao contrário do passado, quando a atividade política quase se resumia ao esforço eleitoral.

Muitos fatores estão contribuindo para essa nova realidade. Um deles é a extensão da rede rodoviária, e também o maior acesso à informação. Com todas as suas distorções e o exagero da futilidade, a televisão e o rádio levam a notícia aos locais mais impenetráveis do país e isso ajuda as pessoas a entender o que se passa. Na recente campanha, visitei vários municípios do interior, participando de debates políticos. Na sua maioria, os problemas sociais são gravíssimos, mas já se nota que o conformismo do passado cede lugar à inconformidade e à luta. A palavra mudança é a que mais se ouve, empol-



Fotos: AFP



As discussões em torno da confiabilidade plena da urna eletrônica continuam, ante o interesse de que se cumpra com fidelidade o mandamento legal de que todo o processo seja devidamente fiscalizado pela sociedade, cujo pronunciamento é sagrado e determinante dos caminhos a seguir. Os meios de comunicação exercem papel decisivo na formação da opinião pública, em cada canto do país continental

gando multidões. É, hoje, um termo emblemático em grande parte do país.

Informação

Reinvesti-me da condição de repórter e, ao longo das rodovias, entrei em várias casas, muitas, simples palhoças extremamente pobres. Mas encontrei em quase todas rádio, mesmo de pilha, se não havia eletricidade, e numerosas com televisão e até antenas parabólicas. Se puxávamos conversa, nos impressionava o nível de informação. Muitos ouviam a Hora do Brasil e nos perguntavam por que votáramos sim ou não em determinados projetos, na Câmara.

Sem querer fazer proselitismo oposicionista, posso informar ao presidente Fernando Henrique e aos partidos da base do governo que não andam nada bem também nessas áreas que o nosso saudoso Tancredo Neves chamava de "grotões". O povão está sofrendo muito e não entende ou não acredita nesse labirinto economicista do dr. Malan, que nada tem a ver com os seus problemas, as suas dificuldades e, sobretudo, com o futuro dos seus filhos.

Venho de longe e acompanhei de dentro o difícil processo político, sobretudo eleitoral, do nosso país. Muitas vezes padeci, com tantos outros companheiros de luta, com o conformismo do povo. Agora, entendo melhor o problema e sei que aquela situação era produto, não apenas do problema cultural, mas também de outras realidades que, hoje com maior ou menor velocidade - como resultado de tantas lutas e de outros fatores -, estão se modificando, propiciando até o avanço eleitoral das correntes progressistas.

Verifico que muitos políticos e até analistas da situação brasileira não entendem assim a nova realidade do país. Mas estão equivocados. O país se transforma e, até nos abandonados grotões, se populariza uma palavra mágica: mudança, que justifica maior ânimo do povo e alimenta suas esperanças. Os partidos e correntes progressistas devem não apenas aperceber-se dessa nova realidade, mas se colocar à altura dos seus desafios e responsabilidades. ■

Acampamento Natalino: o MST Faz VINTE ANOS

A pressão dos agricultores pobres por terra é uma luta que já tem história e se move ao sabor da imprevidência oficial e da insensibilidade das elites em relação à sorte dos brasileiros

Mário Maestri

A RESISTÊNCIA DE POSSEIROS de Encruzilhada do Sul, no Rio Grande do Sul, à expulsão de suas terras levou, em julho de 1960, à formação do primeiro núcleo do Movimento dos Agricultores sem Terra (Master), apoiado pela esquerda petebista. Reconhecido pelo governador Leonel Brizola de interesse público, o Master criava núcleos e acampamentos de agricultores que exigiam a repartição de terras. Em 8 de janeiro de 1962, formou-se o primeiro acampamento do Master, no norte do estado, na imensa fazenda Sarandi, então ocupada por latifúndios, colonos e índios caingangues. Em 13 de janeiro, o governo estadual desapropriou 21.889 ha. da fazenda, onde, dois dias mais tarde, acampavam cinco mil sem-terra.

A ambiciosa iniciativa não prosperou. Em setembro de 1962, Egídio Michaelsen, candidato do PTB ao governo do RS, recebeu 35,5% dos votos, enquanto Fernando Ferrari, dissidente trabalhista de direita, obteve 21,45%, entregando a vitória a Ildo Meneghetti, candidato do conservadorismo, com apenas 37,1% dos sufrágios. O novo governador reprimiu duramente o Master e transformou a desapropriação litigiosa em acordo mui amistoso, pagando

pela terra 20 vezes mais que o decidido anteriormente. A desapropriação foi desviada dos objetivos, ensejando diversas falcaturas.

Esgotam-se as terras

O Alto Uruguai foi a última fronteira gaúcha. Suas matas foram controladas pelos índios coroados até 1845, quando o cacique Nonoai e sua gente permitiram que tropeiros atravessassem o rio Uruguai em direção ao norte e foram viver em aldeia sob a administração provincial. Logo, outras comunidades nativas acudadas fizeram o mesmo. A sedentarização caingangue liberava matas e campos para a colonização e o pastoreio.

A partir de 1908, influenciado pelo indigenismo positivista que pregava respeito à evolução nativa, o governo castilhisto gaúcho demarcou as terras indígenas: Cacique Doble, 5.500ha; Carreteiro, 600; Guarani, 740; Guarita, 23.190; Inhacorá, 5.860; Ligeiro, 4.550; Nonoai, 34.908; Serrinha, 11.950; Ventarria, 730; Votouro, 3.100. A delimitação não interrompeu a invasão das terras por criadores e agricultores, iniciada quando da organização dos primeiros toldos, a partir de 1846.

Em 1940, estavam esgotadas as terras acessíveis à colonização. Em 1960, sem reforma da estrutura fundiária, 270 mil famílias gaúchas necessitavam de

terras. Após 64, os militares impulsionaram operações colonizadoras mirabolantes em sertões perdidos do Brasil, impróprios à agricultura familiar, para aliviar a pressão sobre o latifúndio. Sem outra saída, milhares de gaúchos abandonaram o Rio Grande do Sul à procura de terra, sob os olhos indiferentes das elites regionais, motivando hemorragia de braços e recursos ainda não estimada. Grande parte dos novos emigrantes descendia de europeus chegados ao Sul, havia décadas, à procura de terra.

Crise e rearticulação

A terceira crise mundial do capitalismo encerrou, em 1973, o ciclo brasileiro de expansão econômica iniciado em 1967, lançando o país na mais profunda depressão de sua história, da qual ainda não encontrou a saída. O fim do "milagre" interrompeu o apoio incondicional das elites aos militares e facilitou a difícil rearticulação do movimento social. Devido à nova situação, os militares propuseram redemocratização que assegurasse a hegemonia das elites sobre a nação. Em 1978, as grandes greves paulistas anunciam o reingresso do operariado na arena nacional.

Em 1979, o Rio Grande do Sul foi agitado por duras paralisações: professores, bancários, operários da construção, etc.



Foto: Divulgação

Os acampamentos de trabalhadores em busca de terra comprovam a urgência da integração produtiva de milhões de brasileiros pobres

Logo, as lutas rurais associaram-se às urbanas. Didaticamente, no Sul, o renascimento da luta pela terra deu-se na região onde, quinze anos antes, debutara com sucesso o Master. Porém, num desses paradoxos históricos, o movimento originou-se, não da ocupação, mas da expulsão da terra de trabalhadores rurais.

Levantamento de 1976 assinalou 974 pequenas unidades agrícolas de arrendatários e intrusos na reserva de Nonoai. Os primeiros possuíam licenças de exploração de órgãos públicos; os segundos haviam simplesmente penetrado na reserva, sobretudo desde 1974.

Os ventos democráticos agitaram também os caingangues. Em 4 de maio de 1978, fartos de promessas não cumpridas, iniciaram a expulsão dos quase mil arrendatários e intrusos que receberam de poucas horas a algumas semanas para escafederem-se. Nessa guerra de pobres, os caingangues obtiveram vitória histórica na defesa secular de seus terras e milhares de agricultores terminaram desprovidos dos meios de vida. Com o duro inverno gaúcho às portas, os desterrados partiram à procura de recolocação.

Alguns sem-terra dispersam-se; outros, alojaram-se, provisoriamente, no Parque de Exposição de Esteio ou permaneceram na região, precariamente. Todos

escutaram do governo que não havia terras nem recursos para assentamentos no Rio Grande do Sul. Deviam tentar a sorte nos projetos de colonização promovidos pelos militares, nos cafundós nacionais.

Em 7 de setembro de 1979, desalojados, estabelecidos nas proximidades da reserva, tomaram a sorte nas mãos e ocuparam, com sucesso, a Granja Macali, na fazenda Sarandi, em fase de re-integração judicial ao estado. Animados pela vitória, outros sem-terra de Nonoai ocuparam a Granja Brilhante, e em 8 de outubro, a Fazenda Anoni, de onde foram expulsos, em clara sinalização do poder estatal de que reprimiria, doravante, sem dó, as ocupações de terras.

Albertoldo, Teófilo, peões e retornados

No início de dezembro, sem ter aonde ir, Albertoldo Vargas e sua família juntaram os trastes e levantam tenda em terra pública, à beira da rodovia Passo Fundo-Ronda Alta. Apenas o teto de plástico do barraco diferenciava-o das moradias miseráveis levantadas ao longo dos caminhos pelos negros do 13 de maio, libertados sem eira nem beira, 93 anos antes, em 1888. A denominação do local estaria ligada ao nome Natálio Venardi, com negócio na encruzilhada.

Logo, Teófilo Wrasser levantou barraco na Encruzilhada Natalino, seguido por outros companheiros de infortúnio. A lembrança do Master e o cheiro da luta pela terra atraíram ao acampamento meeiros, peões, agregados e outros miseráveis, da reserva de Nonoai e de diversos municípios. Para a surpresa geral, chegaram à Encruzilhada assentados das colônias do Mato Grosso, expulsos pela péssima terra, enormes distâncias e malária implacável. Em julho de 1981, havia 600 famílias no acampamento.

Um pouco por descuido, pela única vontade de miseráveis que pediam, quase por favor, um naco de terra para viver, na beira de uma estrada perdida do Brasil, dava seu primeiro berro, há vinte anos, esse eterno bastardo social, batizado, oficialmente, em 1984, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). O sociólogo Telmo Marcon relata o primeiro passo dessa odisséia, abismalmente longe de conclusão, em *Acampamento Natalino: história da luta pela reforma agrária* (Passo Fundo: EdiUPF, 1997), trabalho universitário que une elegância textual, rigor acadêmico e opção pelos oprimidos. ■

* Mário Maestri é professor de História do Rio Grande do Sul no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo.
E-mail: maestri@pro.via-rs.com.br

GOVERNO dá dinheiro aos latifundiários



Foto: Divulgação

Carente de política agrária e jamais chegando a 100 milhões de toneladas de grãos, produção já ridícula para a disponibilidade de terras, o Brasil entra no novo milênio com crescente concentração rural. É hora de limitar o tamanho das propriedades para multiplicar os produtores no campo - reclama a deputada Luci Choinacki (PT/SC), para quem, com o chamado Banco da Terra, o governo endivida sem-terras e engorda latifundiários

*Procópio Mineiro
e Osmar Gomes*

Está nas ruas a campanha do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, que visa a limitar o tamanho de propriedade rural no país. Essa iniciativa tem por objetivo estimular o debate sobre os 500 anos de concentração de terra, renda e poder no Brasil. Nesse sentido, a deputada federal Luci Choinacki (PT/SC) encaminhou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) para incluir o inciso V no Artigo 186 da Constituição Federal, estabelecendo que, para cumprir a função social, a propriedade rural não poderá ultrapassar o limite de 35 módulos fiscais - o que equivale a 700 hectares, em média, no Sul do país, e a aproximadamente 3,8 mil hectares no Norte e Nordeste.

Esse sonho começou a se tornar realidade a partir de maio deste ano, quando foi lançada pelo fórum a campanha nacional "Repertir o Chão para Multiplicar o Pão", com a participação do PT e de outros partidos, personalidades e entidades da sociedade civil organizada.

"Num país, onde milhões de brasileiros passam fome, estão sem emprego e renda, sem terra para trabalhar, é inconcebível manter latifúndios de até 7 milhões de hectares. O Brasil é rico, grandioso, produtivo, tem um povo trabalhador, mas por que a miséria permanece? Porque, desde o período colonial, a terra, o poder, a riqueza e renda continuam concentradas nas mãos de poucos", afirma a deputada, vice-líder da bancada na Câmara Federal.

Ao comparar dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma

Agrária (Incra) de 1992 e 1998, destaca Luci, pode-se comprovar o aumento dos índices de ociosidade e concentração de terra durante o governo FHC.

Em 1992, os imóveis acima de 5 mil hectares representavam 105 milhões de hectares. Em 1998, já possuíam 119 milhões de hectares, ou seja, um aumento de 11,5% na concentração de terra. Em 1992, os imóveis com área a partir de 20 mil hectares eram apenas 720 unidades, mas, em 1998, pularam para 1.030 imóveis, significando incremento de 43%. Esses imóveis acumulavam 41,59 milhões de hectares em 1992, alcançando, em 1998, um total de 62,35 milhões de hectares - um aumento de 49%.

O mais agravante é a ociosidade dessas terras. Para se ter uma idéia, em 1998, dos 77,61 milhões de hectares exploráveis na faixa dos imóveis com até 5 mil hectares, 32,66 milhões de hectares não eram utilizados. Em 1992, esse indicativo de ociosidade era bem inferior: 11,2% a menos. No caso dos imóveis a partir de 20 mil hectares, as Estatísticas Cadastrais do Incra informam que, em 1998, de uma área explorável de 39,39 milhões de hectares, não eram utilizados 21,86 milhões de hectares.

Conforme o mesmo instituto, 62,4% da área total dos imóveis rurais no Brasil são improdutivos, sendo que 78,8% estão na Região Norte; 69,5% no Nordeste; 50,4%, no Sudeste; 42,6% no Sul; e 62,7%, no Centro-Oeste.

Em outros lugares do mundo, as coisas são diferentes. Para se ter uma idéia, já no século XIX o presidente Abraham Lincoln estabeleceu, na

Constituição dos Estados Unidos, que nenhuma propriedade rural poderia ser maior do que 100 acres, ou seja, 88 hectares. Na China, de uma população superior a 1 bilhão, vivem na zona rural 650 milhões, com produção de 450 milhões de toneladas de grãos/ano, em menos de 300 milhões de hectares agrícolas.

Com base nesses dados, a deputada diz que limitar o tamanho da propriedade é uma estratégica tarefa para melhorar a vida dos brasileiros e brasileiras, no campo e na cidade, gerando trabalho e desenvolvimento humano, social e econômico, com o devido respeito ao meio ambiente.

Acompanhe a entrevista com a deputada Luci Choinacki.

✓ *A tese que parece hoje dominante nos setores oficiais é a de que a norma no campo deveria ser a grande propriedade mecanizada, empresarial. Seu projeto choca-se com esse modelo. O limite proposto permitiria a agricultura comercial?*

Luci Choinacki - O limite que propomos não extingue a agricultura comercial, mas coloca como prioridade a soberania alimentar, ao definir que a terra seja vista como um bem social destinado a gerar trabalho e produção de alimentos, com a responsabilidade de preservação do meio ambiente. A terra não deveria servir apenas para o produtivismo, que gera cada vez mais desigualdade social no campo e na cidade, porque predomina, com essa visão, a lei do mercado, a lei do "quem

"A terra, no Brasil, nunca foi tratada pelo aspecto social; nunca serviu para uma produção de alimentos com qualidade, preservando o meio ambiente; nunca foi vista pelo aspecto de geração de emprego, da democratização do poder, como usufruto para dar continuidade à espécie humana"

pode mais, chora menos". A proposta de emenda à Constituição, portanto, leva em conta principalmente o direito à terra, ao trabalho, à distribuição dos meios de produção.

A terra, no Brasil, nunca foi tratada pelo aspecto social; nunca serviu para uma produção de alimentos com qualidade, preservando o meio ambiente; nunca foi vista pelo aspecto de geração de emprego, da democratização do poder, como usufruto para dar continuidade à espécie humana.

Nesse contexto, a proposta de emenda à Constituição, que limita o tamanho máximo da propriedade rural em 35 módulos fiscais, é de fundamental importância para viabilizar a reforma agrária neste país.

Portanto, essa é uma proposta extraordinária, na medida em que proporcionará aos filhos e filhas da terra o acesso ao trabalho, ao pão, à cultura. É uma proposta amplamente democrática, porque a maioria (sem-terra, filhos de pequenos agricultores e outros com pouca terra) será beneficiada pela emenda, enquanto um mínimo de pessoas repassará terra para que isso seja viabilizado.

✓ *A questão da indenização por terras desapropriadas é um empecilho tradicional à reforma agrária. É preciso notar também que o governo passou a favorecer a idéia de compra de terras, pelo Banco da Terra, uma forma de evitar desapropriações. A proposta, porém, contempla somente o sistema de desapropriação. Por quê?*

LC - O Banco da Terra segue a lógica da política econômica global do governo Fernando Henrique Cardoso, ou seja, a política de mercado. Os únicos beneficiados são os latifundiários, que, ao invés de serem penalizados por não cumprirem a função social da terra, passam a receber dinheiro à vista. O governo, assim, lava as mãos na hora de agir pela desapropriação de latifúndios. Além disso, faz com que os agricultores cada vez mais aumentem suas dívidas com esse tipo de financiamento. O governo brasileiro tenta desmobilizar a sociedade na luta pelo acesso à terra como um bem social. Portanto, o Banco da Terra é uma forma de querer adaptar todos às leis do mercado neoliberal.

✓ *Em sua opinião, em que se baseia a resistência do governo à reforma agrária?*

LC - No Brasil nunca foi feita, de fato, uma reforma agrária. Somente houve ocupações de terras organizadas por movimentos sociais. O modelo da política agrária neste país é anacrônico. O Brasil é dotado de dimensões continentais, com clima e terra excelentes para o desenvolvimento da agricultura. Se realmente houvesse uma reforma agrária, com investimento na pequena agricultura, com certeza teríamos condições totais de resolver os problemas da fome e miséria e do desemprego. O governo FHC não tem compromisso com a reforma agrária nem com justiça social. Seu único compromisso é com a política de mercado, que cada vez mais

concentra a renda, a riqueza e o poder nas mãos de poucos.

✓ *Já se tornou rotina o governo negociar com o MST somente quando há um ciclo de pressões. Como a sra. analisa esse procedimento do governo?*

LC - Esse governo é autoritário, submisso completamente aos interesses dos neoliberais norte-americanos, do Fundo Monetário Internacional, todos sabemos disso. Existe o desmantelamento de nossa cultura, de nossa identidade e esse governo só resolve sentar com os movimentos sociais, caso do MST, a partir do momento em que sofre pressões. Mas o que percebemos é que cada vez mais o governo radicaliza sua perseguição ao MST. Primeiro, fez isso com os funcionários públicos, depois com os petroleiros, e agora o alvo é o MST.

A farsa é tão grande que até a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a Ordem dos Advogados do Brasil e o Conselho Nacional das Igrejas Cristãs se retiraram das negociações.

✓ *O governo se vangloria dos 85 milhões de toneladas de grãos anuais. É mesmo um dado a festejar?*

LC - É ridículo, vergonhoso, porque o Brasil está há 17 anos anunciando essa "supersafra" que varia de 85 a 91 milhões de toneladas anuais. Não sei por que o governo se vangloria, pois nós temos 35 milhões de pessoas miseráveis neste país passando fome. Portanto, es-

"É ridículo, vergonhoso, porque o Brasil está há 17 anos anunciando essa "supersafra" que varia de 85 e 91 milhões de toneladas anuais. Não sei por que o governo se vangloria, pois nós temos 35 milhões de pessoas miseráveis passando fome"

sa quantia de produção está muito aquém do necessário para que pudéssemos ter garantia da soberania alimentar.

No Brasil, em 1994, o consumo per capita era de 522 quilos anuais e agora, em 2000, baixou para 504 quilos. O Brasil precisa pensar em uma política agrícola que tenha como fundamento que nenhum homem ou mulher passará fome neste país, o que não vem ocorrendo. Só estão festejando a exportação feita pelas poucas agroindústrias, esquecendo-se dos milhões de agricultores que não têm acesso à terra, ao trabalho, ao crédito, à educação. Essa comemoração é cretina.

✓ **O cultivo de terra no país - particularmente o segmento da chamada agricultura comercial - confronta-se com a campanha intensa para adoção das sementes transgênicas. Apesar do protesto dos setores científicos, políticos, ambientalistas e de produtores rurais mais conscientes, o governo é apontado como definido a favor dos transgênicos. O exemplo do milho geneticamente modificado argentino desembarcado em Recife é significativo. Como a sra. analisa tal ponto, no âmbito da questão agrária nacional?**

LC - Para o povo brasileiro, essa produção de transgênicos, se liberada, fechará um ciclo de eliminação da soberania nacional na agricultura. As multinacionais passarão a controlar a qualidade e a quantidade da produção, definindo tudo de acordo com interesses do mercado. A postura do governo brasilei-

ro frente aos transgênicos é de submissão aos interesses das multinacionais, que visam apenas ao lucro. O Brasil não deve adotar os transgênicos e sim pensar em um projeto que resgate a pequena produção e se preocupe com a saúde humana e com o meio ambiente.

Para as multinacionais dos transgênicos, o lucro está acima da vida, acima de tudo - e não é isso que queremos. Para se ter uma idéia da imposição dos defensores de transgênicos, em menos de dez anos mais de 40 milhões de hectares foram destinados, em todo o mundo, à plantação de transgênicos, enquanto, em 70 anos, apenas 10 milhões de hectares servem à produção agroecológica, que respeita a natureza e a saúde humana.

Sem dúvida, caso os interesses econômicos em jogo consigam se impor às resistências da cidadania, a alimentação e a saúde da população mundial estarão cada vez mais na dependência de um reduzido número de grandes conglomerados.

Nesse quadro, países como o Brasil estarão condenados à dependência externa em setores estratégicos para os interesses nacionais, o que, por via de consequência, tende a comprometer o futuro do país e ampliar a sua população miserável. Assim, na hipótese acima, será acentuado o já profundo fosso econômico entre países ricos e pobres. Mais do que nunca, o suposto liberalismo econômico e o processo de globalização se firmarão como instrumentos de consagração da hegemonia política absoluta dos países desenvolvidos. ■

"Caso os interesses econômicos em jogo consigam se impor às resistências da cidadania, a alimentação e a saúde da população mundial estarão cada vez mais na dependência de um reduzido número de grandes conglomerados"

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

Ou pela Internet:

etm@etm.com.br

O preço da assinatura é de R\$ 72,00, mas estamos com uma promoção POR TEMPO LIMITADO (até 30/11/00), de R\$ 60,00 (à vista).

Pode enviar cheque nominal à *Editora Terceiro Milênio* ou solicitar envio de boleto bancário.

Estamos à sua disposição de segunda Segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:
NOVO ENDEREÇO



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio
Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 - Lapa
CEP 20241-080
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>
E-mail: etm@etm.com.br



Fotos: Procedejo Mineiro

Mercosul pensa Cultura

Intelectuais, artistas, administradores públicos e empresários preocupam-se com a integração cultural na região, um aspecto secundário, segundo as autoridades, mas que se acha no âmago do desafio regional, pois diz respeito não só à economia, como também aos conceitos mais profundos requeridos pelo projeto

POR TRÊS DIAS, EM NOVEMBRO, o Espaço Itaú Cultural, em São Paulo, abrigou um amplo fórum de debates sobre a integração cultural no Mercosul, com a participação de representantes dos países que integram o bloco. O fenômeno das trocas artísticas e das manifestações, que caracterizam o modo de ser de cada país da comunidade em gestação, foi destacado pelos participantes como um aspecto que deve ser realçado nos esforços para dar à região um caráter especial.

A professora Mônica Allende Serra, presidente do Instituto Arte Sem Fronteiras, promotor do II Fórum de Integração Cultural do Mercosul, frisou que, embora o Mercosul tenha nascido em torno da idéia de um mercado ampliado, torna-se urgente compreender que "a cultura é que tece a trama do tecido que envolve todo o processo de cooperação e integração. Sabemos que o sucesso econômico, quando alcançado, não reverterá seus resultados para a área social.

Por isso, o Arte Sem Fronteiras oferece todo o esforço para articular a dis-

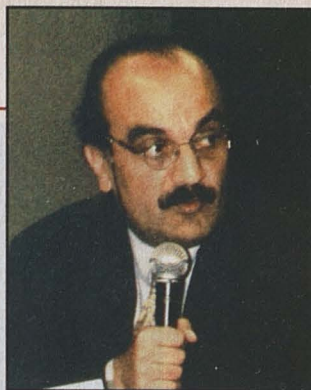
cussão em torno dos conceitos que são manipulados, de forma tal, que induzem a análise da realidade a partir de diversas compreensões de globalização, diversidade cultural e integração intersetorial."

Em suma, num projeto ambicioso como a construção de uma comunidade regional, não se pode imaginar que somente trocas materiais sejam capazes de cimentar a união. As trocas de idéias, de modos de ver e sentir, estilos de viver e criar, capacidades de conhecer e conviver devem formar a estrutura mais profunda do processo que põe frente a fren-

Cultura, democracia, identidade, desenvolvimento

"O cultural aumenta os níveis de participação da comunidade. Assim, eleva o nível das democracias, pois quanto maior o entusiasmo cultural do povo, maior se faz sua participação na vida pública e, portanto, seu envolvimento nas eleições e nos processos participativos, o que torna maior a mobilidade das classes dirigentes, o que contribui, teoricamente, para uma democratização mais efetiva. (...) Os governos não esquecem a cultura por uma atitude de inocência: é que eles sabem que um povo melhor preparado e respeitado em sua essência cultural é um povo perigoso, devido a sua capacidade de distinguir entre o engano e a verdade. Naturalmente que é preciso contar com os políticos, naturalmente que é preciso restituir a importância ao público, sem enfraquecer o privado - não defendendo nem defenderei o enfraquecimento do mercado - mas advogo o fortalecimento do Estado, para que possa haver diálogo de igual para igual. Tal fortalecimento passa, de forma indiscutível, pelo fortalecimento dos processos culturais. Com democracias mais sólidas e participativas, teremos cidadãos mais comprometidos e, portanto, solidários, o que tornará mais fácil falar de processos de igualdade e justiça social.

O objetivo fundamental da cooperação cultural deve ser o de encontrar níveis aceitáveis de articulação nos processos conjuntos de crescimento. Primeiro, no interior dos Estados e, depois, nas relações com os vizinhos. É necessário que a articulação se produza a partir de processos culturais, porque é imprescindível que se realize desde a aceitação da diferença como instrumento de desenvolvimento social. Se aceitarmos nossas próprias diferenças - as que ocorrem no interior de nossos países - ficará mais fácil vendermos nosso eixo diferencial. Logo se nota a falsidade de alguém, quando quer se apresentar ao mundo como algo diferente, por exemplo o tal sabor latino, e não aceita diferenças no diferente que vende. Está-se vendendo o mesmo cão, apenas com



Fernando Vicário: *ser apenas consumidor debilita o bolso e ainda as idéias, as formas de crescimento, a própria imagem (o que é pior) e, portanto, a auto-estima*

coleira diversa. Assim, atrevo-me a dizer que a diferença vende, o diferente vende, é comercial, pois as pessoas querem coisas novas. Devo repetir que o principal objetivo da cooperação cultural deve ser o de encontrar níveis aceitáveis de articulação nos processos conjuntos de crescimento. Mas, cuidado: processos conjuntos não significam homogêneos. Importante esta diferença. Que sejam processos conjuntos de forma sincera, ou seja, que façamos de forma conjunta, não tentemos construir políticas de cooperação que não sejam incluídas. A América Latina acaba por não levantar a cabeça, devido, em grande parte, a suas políticas de exclusão, políticas que não atingem a todos os que fazem o país nem ao país que é feito por todos.

Fortalecer estes processos mediante legislações coerentes, políticas estimuladoras e projetos que fomentem novas imagens - isto nos fará decidir parte de nosso futuro. Pretendemos continuar como consumidores eternos dos produtos culturais dos outros ou preferimos produzir bens culturais que os outros busquem em qualquer parte do mundo? Ser produtor é a peça imprescindível para se tornar consumidor. Ser apenas consumidor debilita, e não apenas os bolsos, mas também as idéias, as formas de crescimento, os modos de cooperação, as estratégias de desenvolvimento e, o que é pior, a própria imagem e, portanto, a auto-estima. Reduzir-nos a meros consumidores de cultura estrangeira vai-nos submetendo a processos de deculturação irreversíveis."

(Fernando Vicário, secretário-geral do instituto cultural Convênio Andrés Bello, da Colômbia)

te diversos povos, que se dispõem a compartilhar um destino.

A questão cultural lança o desafio de o bloco se pensar como uma macrounidade, envolvida pelas aspirações mais profundas de seus integrantes - o que envolve pensar-se como mercado, como

sociedade, como participante de um jogo planetário em que exerce e resguarda seu próprio espaço, define seus interesses maiores e preserva sua fisionomia própria, na multiplicidade das particularidades de cada membro.

Não se deve esquecer, ainda, que o

fator cultural é, hoje, um poderoso elemento econômico, onde as indústrias do disco, do cinema, do livro, entre outras, proporcionam a movimentação de bilhões de dólares anuais e são, em alguns países, fatores marcantes do PIB.

O presidente do Museu de Arte

Contemporânea de São Paulo, professor Teixeira Coelho, lançou ao debate algumas propostas polêmicas, no intuito de realçar o papel da cultura como uma espécie de sistema circulatório das sociedades, sem a qual é inviável uma vida social sadia, seja num só país, seja num bloco de nações, como o Mercosul. A propósito, destacou que a sigla Mercosul realça o aspecto de mercado, que considera limitado para uma empreitada como a pretendida de associar profundamente diversas nações. Como desafio, formulou a proposta de que se busque um novo nome para o bloco, do qual se retire a primazia do conceito de integração de mercados.

Integração pela cultura

O semiólogo espanhol Fernando Vicário, que trabalha na Colômbia, procura frisar a não reconhecida pujança social do setor cultural, que trabalha com o imaginário, elabora sonhos e também se encaixa entre os setores produtivos de um país, gerando empregos e rendas. Segundo Vicário, o setor cultural é visto, em geral, como um pedinte compulsivo, sempre exausto atrás de patrocínios e apoios. No entanto, diz ele, é preciso realçar o peso econômico do setor e seu grande potencial de criar riquezas.

"Acabamos de fazer pesquisa na Colômbia, Equador, Peru e Venezuela e descobrimos que o setor cultural representa 3% do PIB desses países. Mas, na Espanha, a produção cultural é o quarto maior setor do PIB, acima mesmo do turismo", disse Vicário. "Analisando o caso específico da Colômbia, no ano de 1998, o Estado investiu 70 milhões de dólares em cultura, mas o somente as áreas editorial, audiovisual, fonográfica, artesanal, publicidade, artes cênicas e radiodifusão faturaram naquele ano US\$ 1,4 bilhão, ou seja, vinte vezes mais que o que foi investido. Assim, é incorreto dizer que o setor vive de subvenções. É preciso, porém, destacar que o colom-



A cultura diz respeito à própria identidade e não pode ser deixada de lado na integração

biano consumiu somente 10% de produtos culturais colombianos, porque 90% dos direitos autorais fluíram para outros países. Foi um ano em que os cinemas colombianos exibiram 273 filmes, mas somente dois eram nacionais e ficaram pouquíssimo tempo nas telas."

O professor Vicario considera que a situação é um pouco melhor no Mercosul, mas sua importância econômica ainda está muito aquém das potencialidades. No mundo, segundo cifras de 1992, investiram-se em produtos culturais US\$ 250 bilhões - 38,5% nos Estados Unidos, 28,3% na Europa, 15,8% no Japão, mas somente 1% na América Latina.

Dados coletados pelo cineasta e pesquisador argentino Octavio Getino mostram que, em 1998, Brasil, Argentina e Chile apresentaram, em conjunto, um déficit comercial de US\$ 1,057 bilhão em produtos culturais audiovisuais: importaram US\$ 1,114 bilhão (principalmente dos EUA) e exportaram somente US\$ 57 milhões.

Este quadro, segundo Vicario, torna claro que o Mercosul deve mover-se de forma organizada no setor cultural, que repercute profundamente na economia e se torna fator estratégico de presença no mercado globalizado. "A articulação,

que aponto como principal objetivo da cooperação cultural, não deve ser meramente propositiva, mas deve alcançar níveis de estratégia política, porque corremos o risco de ficar no último vagão do trem. Precisamos de articulação a nível de políticas que permitam, com base em realidades culturais comuns e objetivos compartilhados, buscar horizontes compatíveis com o desenvolvimento do mundo atual. O Mercosul precisa deixar de fazer planos para o futuro, que já são velhos no resto do mundo, quando chegam a se realizar. É preciso mais agilidade e imaginação, seja como Estados-nação, seja como bloco de ação. Mercosul, não perca mais tempo."

Sob este aspecto, o Diretor de Cultura de Montevideu, Gonzalo Carámbula, defendeu ação estatal mais organizada no setor cultural, com o cuidado, porém, de "assegurar a diversidade que reivindicamos."

"O Estado costuma intervir e definir políticas na produção, mas deixa a distribuição sem a menor atenção, quando poderia direta ou indiretamente cuidar do processo do início ao fim, aproveitando instrumentos disponíveis na sociedade civil ou criando novos: - investir nas organizações não-governamentais; - prover

A indústria cultural no Cone Sul

redes; - intervir em algumas formas de consumo com políticas públicas", receita Gonzalo Carambula.

Como exemplo de política cultural altamente inteligente - com proveitos econômicos, artísticos e estratégicos - Fernando Vicario citou o caso dos Estados Unidos e seus enormes subsídios a Hollywood. "Créditos baratos, prazos de pagamentos a perder de vista, incentivos fiscais, inserção do material audiovisual nos pacotes de negociações internacionais do governo norte-americano, uma enorme lista de medidas protecionistas ajudaram a fazer esse monstro que é Hollywood. Na aparência, ausência de políticas culturais governamentais, mas, na verdade, políticas encobertas - uma estratégia nada inocente."

Agora, a indústria fonográfica

O mesmo procedimento estende-se agora à indústria do disco, segundo o professor Fernando Vicário, que aponta Miami como a Hollywood da música, para onde estão sendo atraídos, à força de vários mecanismos de incentivos, os principais nomes da canção latino-americana. Fixam-se lá, gravam lá, porque surgem estúdios altamente capacitados e para lá fluirão os dólares dos direitos autorais gerados nos países latino-americanos, entre eles os do Mercosul, mercado destacado.

"É urgente a construção de uma cooperação cultural regional. Estas políticas precisam ser estatais, não simplesmente governamentais. Se pudemos estabelecer políticas de Estado para saúde, alimentação, educação e outras áreas, por que não fazemos o mesmo para a cultura? Por que não criar políticas culturais que fortaleçam identidades, que ajudem o desenvolvimento econômico, que criem postos de trabalho, que ajudem a integração de forma mais ampla, com base no ser humano, e não apenas no aspecto monetário?", desafia o professor Fernando Vicário. ■

A CULTURA GERA UM CRESCENTE complexo de produtos e amplia seu peso econômico e social, representando já cerca de 12% da produção industrial no mundo, além de destacar-se como grande empregadora de mão-de-obra. A constatação é do cineasta argentino e pesquisador de Comunicação Octávio Getino, que destaca o papel integrador que a cultura pode desempenhar no processo de construção do Mercosul.

"A significação estratégica do setor começou a motivar estudos em alguns países do Mercosul, orientados a impulsionar os processos de integração regional. A pesquisa que efetuamos na Argentina, abarcando os anos de 1980 a 1992, permitiu-nos comprovar que a dimensão econômica nacional destas indústrias culturais superava então os 10 bilhões de dólares anuais, aproximadamente 5% do PIB. Isto, ainda sem avaliar valores e porcentagens relacionados com a incidência de tais atividades sobre outros setores da cadeia produtiva a elas relacionadas, como a eletrônica, a metalmeccânica, a química, informática, óptica, etc., e também sem considerar o peso econômico da publicidade e da promoção do consumo em geral", frisa Octávio Getino.

Segundo Getino, ressalta nesse quadro um fenômeno de concentração, que leva, por exemplo, o consumo argentino de filmes a se dar em 70% na Grande Buenos Aires, e a venda de jornais e revistas, no Brasil, a se concentrar em 77,7% em São Paulo e Rio de Janeiro. "Um grupo multimídia como as Organizações Globo tem tanto poder ou mais que todos os outros grupos reunidos. Na Argentina, quatro grandes empresas controlam 85% de tudo o que se produz ou se retransmite na mídia nacional."

Citando um estudo uruguaio, de Martínez del Carril, Getino exemplifica a permanência de dificuldades para a expressão cultural dos países menores, como Uruguai e Paraguai. No Uruguai, segundo o levantamento de 1993, a programação noturna das emissoras era em 50% de produções norte-americanas, 28,4% de argentinas, 10,4% brasileiras e apenas 7,6% uruguaias. Nos setores onde a língua é importante, a produção argentina leva vantagem sobre a brasileira no mercado regional. Quanto às traduções de livros de autores brasileiros que circulam no Mercosul hispânico, sua origem principal são editoras espanholas e não as do próprio bloco regional.

Outro fenômeno é a da fusão de grupos para determinados objetivos, motivados pelo aumento da competição internacional dentro do segmento cultural.

"Com o Mercosul, as multinacionais já não precisam, como em outros tempos, possuir fábricas próprias em cada país. Agora, podem dividir os esforços e reduzir custos. Esta política está atingindo fortemente o setor da comunicação e da cultura, via televisão e telefonia, tal como ocorre em outras indústrias (automobilística, alimentar, têxtil, etc.). O impacto se acumula quando se soma a tais iniciativas a presença do capital financeiro internacional junto com investimentos cuja intenção principal não é o desenvolvimento integral da região, mas apenas a acumulação, a curto prazo, de suas taxas de lucro. Assim, através das novas estratégias implementadas, modernizaram-se a comercialização e o consumo, mas não a produção local de conteúdos culturais. Estes aparecem concentrados cada vez mais nas nações hegemônicas - via fusões empresariais e desenvol-

vimento de novas tecnologias - condicionando fortemente a elaboração dos conteúdos simbólicos das culturas locais, e fazendo com que os mesmos se insiram cada vez mais nas finalidades do projeto de globalização econômica."

"Paradoxalmente, a integração regional se acentua através dessas associações e fusões empresariais, nas quais os capitais extrarregionais assumem crescente protagonismo. Trata-se de uma situação relativamente nova nesse campo e que não vem sendo acompanhada por políticas de regulação, nacionais e regionais, a fim de que a dinâmica aberta represente benefícios sólidos e duradouros para os países do Mercosul e não apenas investimentos de curto prazo que podem desaparecer com a mesma rapidez com que surgiram."

O pesquisador adverte que os agentes culturais e de comunicação dos países do Mercosul estão desatentos à necessidade de criar as teias de integração regional nesses campos. É mínima a troca de informações, insignificante o intercâmbio de bens e produtos culturais, e prevalece ainda o deserto em termos de políticas e legislações orientadas a facilitar o processo. Enquanto os acordos relativos a aspectos puramente econômicos avançam, nada se efetiva no âmbito da produção cultural. A situação é inquietante, porque, para se chegar a acordos concretos, será preciso um profundo conhecimento das realidades culturais de cada parceiro - e até agora nada se fez de concreto quanto às pesquisas e levantamentos da situação.

"As urgências impostas pela globalização a nações subalternas, como as nossas, obrigam a saltar etapas.

Qualquer pretensão puramente nacional resultará insuficiente ou tardia, caso não se baseie em acordos e decisões conjuntas do bloco, ainda mais porque isto melhoraria as condições de negociação de nossas indústrias culturais ante os principais agentes do poder transnacional", recomenda Octávio Getino. ■

ESPELHO PARTIDO

Na cultura estão as imagens inspiradoras dos projetos individuais e coletivos e com ela se combate o pessimismo que marca o nosso tempo

COM MERCOSUL OU SEM MERCOSUL, com globalização ou sem globalização, o latino-americano - e em especial o brasileiro - vive a situação daquela pessoa que se mira em um espelho partido: por mais ajeitado que tenha o semblante, considera-se muito feio, até disforme. Dominado pelo pessimismo, achará sempre o, outro mais bonito e esquecerá de obter um espelho sem rachaduras que lhe diga a verdade.

Transposto o exemplo para a esfera social, encontraremos aí o pessimismo cultural, como definiu a situação o professor José Teixeira Coelho Netto, presidente do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (USP). Em sua conferência, destacou a importância da questão cultural para a construção da identidade de cada país e do que chamou de país grande, o bloco regional. Mas constatou que há um vírus mortal corroendo as estruturas em construção: o pessimismo cultural domina sobretudo os jovens, que se tornaram descrentes e olham para o futuro prostrados de desânimo.

Citou, a propósito, uma pesquisa realizada junto a universitários da USP. À pergunta sobre qual país consideravam mais dotado para se autodesenvolver, responderam que todos, menos o Brasil. Tal sentimento de impotência e autodesprezo reflete, segundo o professor, o fato de sermos treinados a não ter auto-

estima, confiança nem fé, e a nos vermos através do olhar dos outros, um fenômeno típico do neocolonialismo, que infunde o medo da auto-afirmação.

Comparando tal situação, que se repete na América Latina, com a dos Estados Unidos, o professor assinalou o motor cultural que impele o cidadão ianque em direção à promessa de vida americana: trata-se de uma confiança, de uma fé de fundo até religioso, no destino do país, um futuro que vivenciam como grandioso. Entre nós, ao contrário, difunde-se o medo.

Segundo Teixeira Coelho, é preciso sacudir o pessimismo. "É preciso completar o país, é preciso tornar-nos efetivamente grandes, mover-nos com fé no futuro. Para tanto, torna-se essencial a ação sobre o imaginário - o papel fundamental da cultura. A cultura impregna toda a sociedade e toda a sua ação."

O desafio que se coloca aos pensadores, atores culturais, políticos e demais setores da sociedade com respon-



Teixeira Coelho: rebatizar o bloco com um conceito mais amplo e profundo que o de simples espaço comercial



Mônica Allende Serra, através do Arte Sem Fronteiras, reuniu pensadores e agentes culturais latino-americanos preocupados com a afirmação da identidade e interesses de um bloco de nações dotado de amplas potencialidades. Na foto, também o professor George Yúdice, da Universidade de Nova Iorque, tradutor de autores brasileiros e hispânicos e crítico de uma pretensa 'sopa cultural' global

sabilidade de definir caminhos, segundo o professor, é o de como fazer da cultura um elemento para a construção de um país grande.

Mas qual a importância desse fator cultural para nossas nações? É que, segundo o conceito de Teixeira Coelho, a cultura é o que reveste e organiza o conjunto do que chamamos sociedade, portanto, com efeitos determinantes no político, no econômico, no espiritual.

Construir o imaginário

"A cultura é o topos, o domínio, a rede onde as coisas, as pessoas, os países aparecem e, assim, se fazem. Esse lugar não é o da economia, como se acreditou no século XX. Como no século XXI já se sabe, esse lugar é da cultura, que orienta e impulsiona a economia. As coisas, as pessoas, os países são o que aparecem ser. Assim como a essência aparece, a aparência é essencial -

- e a aparência é a cultura. A grande inversão política está por fazer-se e terá de ser feita: saindo das bordas da sociedade, a cultura coloca-se no centro da vida social. De luxo, como foi tratada equivocadamente, mas não desinteressadamente, a cultura passa a pilar fundamental", assinala Teixeira Coelho.

"A construção de um país, e dos países grandes que hoje se esboçam nas integrações regionais, arma-se sobre a construção da cultura, da qual mesmo a educação, dela sendo uma parte importante, não é a principal parte. A educação é o assentamento do conquistado. A cultura é a prospecção do que pode e deve ser encontrado. Na cultura estão as imagens inspiradoras dos projetos individuais e coletivos. Da cultura depende a geração da confiança difusa, indispensável para a capacidade de governo - e de governo conjunto - assim como da cultura renovada deriva a eliminação ou a contenção do pessimismo cultural, um dos grandes corrosivos do imaginário social do final do

século XX e peça dominante do imaginário jovem brasileiro e, talvez, latino-americano. Definidora privilegiada dos entes políticos, a cultura, tocada sobretudo pelo impulso e pela auto-organização da sociedade, é a reserva para o aparecimento e sustentação dos países e dos países grandes nas próximas décadas. Mas ela não dispensa, se não o planejamento, pelo menos o incentivo e o amparo dos próprios entes políticos, entre eles o Estado e os representantes dos diferentes setores da sociedade organizada. O ponto forte da cultura, sob esse aspecto, é que ela é, acima de todas as definições que visam engessá-la, uma longa conversa, portanto uma troca continuada. Reforçar o sistema de trocas é reforçar a cultura. Esse é o ponto a ser firmado quando o projeto é o desenvolvimento associativo, como aquele que se procura na América Latina. Apostar na cultura é um lance de audácia. É, também, um lance obrigatório", propõe o professor Teixeira Coelho Netto. (Procópio Mineiro) ■

Desafios cercam a Amazônia

General destaca problemas de ordem social, econômica, científica, ambiental, antropológica e de segurança na imensa região brasileira

NA OPINIÃO DO GENERAL Luiz Gonzaga Lessa, muitas são as ameaças que pesam sobre a Amazônia brasileira, umas de natureza externa, outras de natureza interna, estas decorrentes de ausência de políticas ou de políticas equivocadas oriundas de informações incorretas. Entre os principais riscos, o general lista a campanha de opinião pública de âmbito mundial, decorrente de uma antiga cobiça externa pelas riquezas da região; o tráfico internacional de drogas; o garimpo; a ausência de política adequada de desenvolvimento econômico e a questão fundiária.

O pensamento do ex-comandante militar da Amazônia e atual comandante militar do Leste, com sede no Rio de Janeiro, foi expressa em conferência no Clube Militar. Pela oportunidade da questão amazônica, aqui reproduzimos trechos.

Alerta

A opinião pública internacional vem sendo trabalhada, segundo o general, no sentido de considerar como fato o conceito de que tudo o que se refere à região amazônica ultrapassa o âmbito do interesse nacional brasileiro e diz respeito ao conjunto da humanidade.

Além disso, "na Amazônia, a questão ambiental é um problema. Eu gostaria de chamar atenção para os sete corredores ecológicos, que, acredito, poucos

Foto: Divulgação



Lessa: a cobiça externa não é uma lenda

conheçam, porque têm sido pouco divulgados. O assunto está hoje em estudo no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), com grande chance de ser aprovado, e com apoio direto de organizações não-governamentais (ONGs). O Brasil foi dividido em sete corredores ecológicos, dos quais dois estão na Mata Atlântica e cinco na Amazônia. São áreas preservadas - Áreas de Proteção Ambiental (APAs) -, onde o Poder Público não pode conduzir atividades econômicas: estão em transformação ou irão transformar-se em verdadeiros santuários. Então, perguntamos: os corredores ecológicos atendem ao interesse nacional? Só o do centro é maior do que a Grã-Bretanha. Os cinco na Amazônia perfazem 30% da área de proteção ambiental. Várias APAs realmente necessitam ser criadas. Mas vejam que os corredores ecológicos am-

pliam todas essas áreas e criam novas, visando aumentá-las como santuários".

O militar identifica ainda uma questão ligada às tribos indígenas. "Em face de algumas perguntas que acreditávamos já estar respondidas, voltou à ordem do dia o dilema: integrar ou segregar o índio? Até há poucos anos, a política era de integração, e foi essa política que vigorou ao longo da história do Brasil. Nós nos orgulhamos de sermos formados de uma mescla de povos de três raças: sempre nos orgulhamos disso, porque houve sempre a integração. Hoje, a tendência de segregar o índio, a pretexto de preservar a sua cultura, mantê-lo numa vitrina, é mais ou menos a linha da Fundação Nacional do Índio (Funai). Ainda está se discutindo: que extensão deve ter uma terra indígena? Por que a área ianomâmi é tão grande? Quais os critérios para demarcar uma reserva indígena? São questões ainda não respondidas. E por quê? Eu lhes asseguro, sem medo de errar: alguns desses órgãos já se reuniram conosco e sentimos, pela vivência na Amazônia, a pressão enorme de organizações não-governamentais, para que não se chegue a uma decisão."

"A Constituição de 88 diz que as áreas muito grandes podem ser exploradas, mas declara que isso precisa ser regulamentado. A regulamentação até agora não existe, embora o assunto esteja sendo discutido no Congresso Nacional. Só para termos uma idéia, do terri-

tório nacional, 11% são terras indígenas (936 mil km² - NR) e 83% de todas as terras indígenas estão na Amazônia (777 mil km² - NR). Aí nós temos 144 mil índios, de um total de 326 mil existentes no país. (...) As áreas indígenas constituem, na Amazônia, um conjunto maior que Portugal, Espanha, Alemanha, Bélgica e Majorca."

"O Poder Público, seja federal, seja estadual, terá sempre muitas limitações para conduzir atividades socioeconômicas, e não há como integrar a Amazônia sem conduzir atividades socioeconômicas. O que deseja o G-7, os sete grandes, e as ONGs é que a Amazônia seja preservada exatamente como está (...) e permaneça como Patrimônio da Humanidade! É nossa grande preocupação, essa expressão chamada "Patrimônio da Humanidade". Ela está consolidando, cada vez mais, em nível internacional, a cobiça e a tendência à intervenção.

"Gostaria de destacar que, no quadro atual, já se formou um corredor de isolamento ao longo da nossa fronteira, e o Estado pouco vai chegar aí, porque quem domina, quem comanda e exerce pressão em cima disso são as ONGs. O pobre índio é um homem essencialmente manobrado, seja por um lado, seja pelo outro. A Constituição determina que tenhamos uma faixa de 150 quilômetros ao longo da fronteira e tudo isso está sendo observado (muito mais do que 150 quilômetros de largura na fronteira já temos nesse corredor que está se formando). Quando nós jogamos as reservas minerais conhecidas em cima das áreas de restrição, verificamos que elas estão sempre em cima das áreas supostamente intocáveis", estranha o militar.

"Qual a razão? Porque se entrarmos com o nosso enorme potencial em minérios, iremos baixar preços, competir (trata-se de um "congelamento" independente de nossa vontade, mas um congelamento de fato, em nível internacional, dos nossos recursos). Na região dos Seis Lagos, temos a maior reserva de nióbio do mundo (90% das reservas

conhecidas), o mineral do próximo século. E não podemos explorá-lo!"

Narcotráfico

"Suriname e Guiana estão sob forte influência do narcotráfico e não temos o mínimo domínio sobre essas áreas. O narcotráfico amplia a sua ação na Amazônia e cada vez mais sentimos preocupação maior com isso nessas principais vias, que estão na Bolívia, em direção à BR-364, e no Peru. Preocupação grande nos traz a Colômbia, a grande produtora. Nosso país é passagem para a Europa ou para os Estados Unidos. No Peru, não são indícios, são fatos comprovados. São áreas potenciais de conflito já existentes na Amazônia", registra.

Na opinião de Lessa, entre as ameaças à Amazônia, não se pode esquecer a atuação dos garimpos, que representam um perigo ambiental, devido ao trabalho de alteração da topografia e contaminação dos rios pelo mercúrio.

Quanto à questão fundiária, a observação do chefe militar é de que, embora problema menos sério, pode se transformar em "um barril de pólvora". "Nós ficamos com um batalhão desdobrado na região de Eldorado dos Carajás; foi retirado há bem pouco tempo e evitou alguns confrontos. O próprio general-comandante da Brigada mediu o conflito entre sem-terras e fazendeiros."

Lessa lembrou a facilidade com que se transita pelas fronteiras amazônicas e chegou a citar a prisão de um avião norte-americano ultra-equipado e que estava "fotografando todo o território nacional, sem permissão para sobrevoar".

Cobiça internacional

"Realidade ou fantasia?", indaga o general. "Muitos acham que é uma fantasia, que estamos vendo a situação muito mais grave do que é na realidade. Infelizmente, não pensamos assim. Fatos concretos têm acontecido neste século. Pesquisas históricas que conduzi-

Opiniões acendem luz vermelha

O general Luiz Gonzaga Schroeder Lessa cita frases de personagens políticos importantes, para demonstrar como vêem a Amazônia.

"Ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós."

Al Gore, vice-presidente norte-americano

"O Brasil deve delegar parte de seus direitos sobre a Amazônia aos organismos internacionais competentes."

Mikhail Gorbachev, ex-presidente soviético e atual dirigente de uma ONG

"Se o Brasil fizer um uso da Amazônia que ponha em risco o meio ambiente dos EUA, temos que estar prontos para interromper esse processo imediatamente"

General norte-americano, da área de espionagem

mos revelaram recomendação do chanceler alemão ao barão do Rio Branco, já no início do século, de que "seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia. A preocupação da cabeça dessa gente está na Amazônia", analisa o militar, que registra a presença de 10 mil estrangeiros na região, dos quais mil são clandestinos. Como destaque, a alta formação intelectual e científica desses estrangeiros: são pesquisadores de várias áreas, cientistas, religiosos, representantes de multinacionais, empresários ligados ao turismo, entre outros. A presença de estrangeiros cresce anualmente, numa proporção de 5%, segundo dados apresentados pelo militar. (Procópio Mineiro) ■

A Argentina geme na arapuca neoliberal

Enfrentando riscos crescentes, os países que optaram pelo capital financeiro internacional como motor do crescimento tornaram-se reféns da chamada confiança dos mercados e contabilizam déficits, endividamento, estagnação, dependência e crise social

Durados quase 10 anos de experiências com a desregulamentação financeira, abertura comercial e econômica imprudente, liberdade total para o capital, reforma patrimonial com ênfase na privatização, desmantelamento planejado do Estado-Nação, livre-cambismo e a chamada flexibilização das relações de trabalho, os países colhidos na armadilha do neoliberalismo insistem numa espécie de viagem em direção a um ponto a partir do qual o retorno tornar-se-á impossível.

Os protagonistas do jogo de poder no cenário econômico mundial forçam a fuga para a frente dos países "emergentes" envolvidos em graves crises, cujos governos optaram pelo capital financeiro internacional como o único fator de crescimento e agora se percebem subordinados à chantagem da confiança dos mercados. A Argentina é um dos maiores exemplos de vítima fisgada na arapuca ideológica, que pilota a "globalização" e que persevera no propósito de impor-se como pensamento único.

Surto e depressão

A Argentina viveu um período de crescimento à expressiva taxa média anual de 7,9% no primeiro quadriênio do Plano de Conversibilidade (1991-1994), lançado e conduzido pelo ministro da Economia, Domingo Cavallo, no governo do presidente Carlos Menem. Foi, porém, uma expansão sustentada no sistemático e crescente endividamento externo, graças aos juros baixos vigentes nos Estados Unidos e à abundante disponibilidade de recursos nas instituições financeiras internacio-



Fotos: AFP



Domingo Cavallo e José Luis Machinea: partidos diferentes, programas opostos, mas, as mesmas práticas neoliberais e o aprofundamento do modelo

nais que transbordaram para os países emergentes, onde eram remunerados a taxas de juros muito superiores às vigentes nos países desenvolvidos.

Os capitais atraídos pela Argentina propiciaram, também, o aumento da oferta interna de crédito para incremento do consumo, que, por sua vez, estimulou os investimentos na fase do plano que sugeria uma era de prosperidade

duradoura, com moeda enganosamente estável e supostamente forte.

No quinquênio subsequente (1995-1999), a taxa média anual de crescimento despencou para apenas 2,3%, aí já deduzidas as taxas negativas de -2,8%, em 1995, e -3,3%, em 1999. Começa, então, a fase de declínio de um ciclo que acabaria por se encerrar com uma crise e um impasse sem precedentes em toda a história econômica da Argentina. Ao longo de nove anos do Plano, a inflação caiu do patamar de 2.314,0%, em 1990, para -1,2% (abaixo de zero) em 1999.

Era a deflação que fazia a alegria já um tanto empalidecida dos adeptos do modelo econômico inspirado nos princípios neoliberais. Começava a recessão, denunciada pela queda de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), com insolvência externa, percentuais inexpressivos de investimentos como proporção do PIB, índices estratosféricos de desemprego, impasse cambial, dívida interna em volume preocupante, déficit fiscal na contramão das previsões oficiais e crise social perto do estado de ebulição. No horizonte, o desenho de grave crise política e iminente moratória da dívida externa.

A verdade é que a Argentina chega ao novo milênio com todo o seu espaço geoeconômico ocupado sobretudo pelo capital internacional, via privatização das estatais, e a economia cada vez mais subordinada às prescrições do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) - o Banco Mundial -, gestores indisfarçáveis dos interesses dos banqueiros internacionais. ■

Na areia movediça

Recessão, queda de arrecadação, redução de investimentos, déficit de 6 bi

Em recessão há quase dois anos e meio, a Argentina investe, este ano, entre 7 e 8% do seu Produto Interno Bruto (PIB), percentual que sequer atende às necessidades de investimentos de reposição, notadamente num setor industrial sucateado. Para melhor avaliação desses índices, é suficiente sublinhar que o Brasil, em 2000, está investindo tão-somente 17% do PIB, uma queda de 12%, tomados por base investimentos de até 29% no auge da era JK.

Os níveis de desemprego na Argentina estão próximos dos 18%, depois de haverem regredido dos quase 20%, em 1997, para 15% em 1998-1999. Ao desemprego em ascensão, acrescentem-se os cortes dos salários do funcionalismo público, os aumentos de impostos que penalizam a classe média, em particular as medidas que reduzem os salários diretos e indiretos da força de trabalho na iniciativa privada, para se ter uma idéia da compressão da massa salarial e da redução da renda disponível para consumo.

Os constantes cortes dos gastos governamentais em nome do ajuste interno, por sua vez, e as taxas de juros (em torno de 18% a 20% reais) também explicam os investimentos em níveis insatisfatórios e a previsão de crescimento de apenas 0,7% para este ano.

A onda de privatizações de empresas estatais também é responsável pela estagnação, uma vez que a ausência total do Estado na economia subtraiu-lhe o papel de indutor dos investimentos privados e do próprio desenvolvimento. Esse quadro é agravado pela nova insti-



Carlos Menem abalou os fundamentos nacionais da economia argentina. Fernando de la Rúa prometeu concerto, mas prossegue o caminho do antecessor

Foto: AFP

tucionalidade econômica, ainda muito longe de dar as respostas adequadas às necessidades de crescimento do país.

O ajuste interno revela-se cada vez mais difícil, pois um dos efeitos da recessão é a queda de arrecadação, e a redução dos gastos governamentais não chega a ser sequer uma solução paliativa para compensá-la, tanto assim que o déficit fiscal previsto para 2001 era de 4,4 bilhões de dólares, revisto para 5,3 bilhões em projeções mais recentes e, finalmente, para 6,4 bilhões no começo de novembro.

Além de tantos obstáculos e desastrosos, o capital estrangeiro retraiu-se, na expectativa de agravamento de uma conjuntura muito adversa. Os empresários nativos reivindicam a redução de impostos para reanimar a economia, além de incentivos aos investimentos voltados para a produção destinada aos mercados externos, mesmo depois de ter o governo De la Rúa arrancado do Congresso (com o suborno de senadores e tudo) a lei de flexibilização das relações de trabalho, que beneficiou as empresas, de imediato, com a redução de 30% nos encargos sociais e trabalhistas. ■

PARA CONFERIR... DEPOIS

Os investimentos estrangeiros diretos, que disponibilizam dólares com os quais o governo tem fechado a conta-corrente do balanço de pagamentos, vem declinando acentuadamente nos últimos quatro meses: de 5,101 bilhões de dólares, em julho, caíram para 2,378 bilhões em agosto, 1,055 bilhão em setembro, e 1,700 bilhão em outubro. O déficit comercial, por outra parte, subiu de 42 milhões de dólares, na primeira semana de novembro, para 106 milhões no começo da última semana do mês. Para completar, o déficit na conta-corrente do balanço de pagamentos acusou déficit de 3,48 bilhões de dólares em outubro, mais que o dobro do saldo negativo de 1,59 bilhão, registrado em setembro.

DÓLARES DO BANESPA INFLACIONAM

✓ O governo vai inflacionar os investimentos externos diretos, incluindo nessa conta os 3,6 bilhões de dólares resultantes da venda do Banespa ao banco Santander. Quando o país transfere seus ativos para o capital estrangeiro, perde, na verdade, poupança real subtraída do estoque de capital nacional. Os dólares resultantes, no caso, vão desaparecer no buraco sem fundo da dívida pública, que já ronda os 600 bilhões de dólares. Como abatimento dessa dívida, pela expressão do seu montante, os 7,05 bilhões de reais do Santander quase nada significam. O que o governo faz é tocar o plano de internacionalização total do sistema financeiro nacional e da própria previdência social, manter o câmbio como instrumento de política monetária, complicar mais ainda as contas externas, jogar a economia na insolvência para depois desembocar na dolarização. Brasil e Argentina, no esquema neoliberal, ganham destinos convergentes por caminhos diferentes.

PERDA DE RECEITA

✓ O Brasil perdeu cerca de 3 bilhões de dólares em receitas de exportação entre janeiro e outubro deste ano, segundo cálculos da Secretaria de Comércio Exterior (Secex). A causa foi a queda dos preços, nos mercados internacionais, de vários dos nossos produtos de exportação, em relação aos preços alcançados em 1997. O declínio de preços de produtos agrícolas, como soja, açúcar, café e carnes *in natura*, por exemplo, chegou a 29,94% no período.

Passivos por todos os lados

Déficit fiscal, dívida externa de 160 bi de dólares e dívida interna de 144 bi de dólares

Além do déficit fiscal que ameaça fugir ao controle, a Argentina está às voltas com outros passivos: na conta-corrente do balanço de pagamentos, 11,4 bilhões de dólares até setembro-outubro, gerados pelos déficits nas contas de mercadorias e de serviços. A dívida externa, de 160 bilhões de dólares, somada à dívida interna, que, nos últimos 10 anos, subiu de 70 bilhões, em 1990, para 144 bilhões de dólares, oferece como resultado um estoque de dívidas acima de 300 bilhões - superior ao PIB de 270 bilhões.

Para cumprir as obrigações decorrentes da dívida externa no próximo ano, a Argentina não consegue gerar excedentes nas transações externas. Preso ao câmbio fixo irreajustável e ao padrão dólar rígido, e na impossibilidade de ganhos de produtividade para a redução dos custos de produção das empresas, principalmente no setor industrial, em regressão, o país acabou por inviabilizar excedentes externos devido à perda de competitividade dos seus produtos no exterior, cuja compensação é impossível pela rigidez do câmbio. Essas deficiências o governo De la Rúa procura compensar com re-

duções de salários e de encargos sociais e com outras medidas que vêm se revelando de eficácia nula, tendo em vista a questão da competitividade.

De maio passado até outubro, o Fundo Monetário Internacional (FMI) impôs ao governo argentino o lançamento de três "pacotes": o primeiro ceifou os salários dos servidores públicos e os proventos dos aposentados. O governo pretendia reduzir os gastos públicos em 950 milhões de dólares, mas o déficit fiscal, enquadrado numa previsão de pouco mais de 4 bilhões, foi revisto para 5,3 bilhões e, mais recentemente, para 6,4 bilhões. A meta de redução dos gastos governamentais em 950 milhões de dólares viu-se comprometida no pacote de outubro, cujo objetivo era estimular a produção através de uma renúncia fiscal de mais de 600 milhões, que, teoricamente, seriam canalizados para investimentos reanimadores da economia. Ambos os "pacotes", no entanto, surtiram efeitos opostos ao objetivo proclamado: agravaram a estagnação.

Ainda no conjunto das medidas adotadas em outubro, está prevista a redução do imposto de renda incidente sobre os juros dos financiamentos, de 15% para 10%, a partir de janeiro de 2001, e para 8%, a partir de julho. A fim de reativar a indústria da construção civil e induzir a demanda de casa própria, o governo instituiu um seguro-desemprego que garante o pagamento de até 12 prestações do financiamento concedido, em caso de demissão do mutuário. O seguro, porém, depende de financiamento externo, bem como o cumprimento das obrigações contraídas junto aos credores nacionais e internacionais.

Pacote

Para atender ao serviço da dívida externa, no próximo ano, o governo argentino precisará de 25 bilhões de dólares - 14,5 bilhões para amortização e 11 bilhões para o pagamento de juros. Com cerca de 7 bilhões de dólares já assegurados por fontes internas, faltam 18 bilhões, a serem financiados por bancos internacionais. A ajuda virá do Banco Mundial, do BID, do Tesouro e de bancos privados americanos, sob a coordenação do FMI.

A aprovação desses recursos depende, no entanto, do compromisso do governo em pôr em prática um "pacote" que incorpore as seguintes medidas:

1 - Desregulamentação do sistema de saúde, que impõe ao trabalhador a escolha de um plano de assistência privada. Atualmente, o assalariado se vale do plano oferecido pelo sindicato da sua categoria. Com a desregulamentação, perde o sindicalismo mais uma fatia de poder; 2 - congelamento dos gastos das províncias e da União e dos repasses federais às províncias pelo período dos próximos cinco anos; 3 - aumento gradual da idade mínima das mulheres, de 60 para 65 anos, para efeito de aposentadoria; 4 - extinção da previdência estatal e sua substituição pela previdência privada para os novos trabalhadores. A participação será obrigatória; 5 - extinção da Prestação Básica Universal (PBU), que é uma complementação da aposentadoria no valor de 200 reais para todos os aposentados; 6 - privatização da fiscalização e do recolhimento de impostos, em nome do combate à evasão fiscal.

Enfim, uma receita completa para a crise social e a radicalização do mercado. ■



Os argentinos saíram às ruas em protesto

Foto: AFP

A canga do câmbio

Faz nove anos que a Argentina mantém a paridade 1:1 entre o peso, sua moeda, e o dólar, em regime de câmbio fixo e irrealizável, como instrumento de política monetária e não de ajuste do balanço de pagamentos, condição básica para o funcionamento do *currency board*, um sistema que exige reservas em dólares para lastrear a base monetária em pesos. Isto quer dizer que o governo argentino só pode ampliar a base monetária (moeda em circulação mais os depósitos à vista nos bancos comerciais), se conseguir incorporar às reservas cambiais o equivalente adicional em dólares, para dar lastro a novas emissões em pesos. Por outra parte,

o Banco Central é obrigado a disponibilizar dólares para a troca por pesos, em qualquer circunstância.

A troca sem restrições de pesos por dólares na Argentina vem incentivando a dolarização total da economia. Tanto assim que, hoje, 65% da moeda em circulação e 95% dos depósitos bancários no país são em dólares. O peso, nessas condições, aproxima-se progressivamente de uma ficção, enquanto o governo, na alucinação radical pela estabilidade da moeda a qualquer custo, renuncia à elaboração e à execução de políticas monetárias próprias.

Prisioneiro do *currency board*, o país continua a fuga para a frente. Vulnerável, cede os anéis e os dedos, até que possa libertar-se da chantagem da confiança dos mercados, um dos dispositivos da arapuca da globalização. ■

Indicadores Brasil 2000

Reservas Cambiais - 2000

MÊS	EM (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	38
FEVEREIRO	37
MARÇO	27
ABRIL	28,031
MAIO	28,570
JUNHO	29,122
JULHO	29,214
AGOSTO	31,78
SETEMBRO	32
OUTUBRO	30,333
NOVEMBRO	--
DEZEMBRO	--

Taxas Básicas de Juros %

Brasil	16,5
EUA	6,5
Inglaterra	6,00
Banco Central Europeu	4,53
França	5,40
Alemanha	4,25
Japão	0,23

Inflação - 2000 (em %)

MÊS	IPCA	IGP-DI
JANEIRO	0,62	1,24
FEVEREIRO	0,13	0,19
MARÇO	0,23	0,18
ABRIL	0,42	0,13
MAIO	0,01	0,67
JUNHO	0,30	0,93
JULHO	1,61	2,26
AGOSTO	1,31	1,82
SETEMBRO	0,23	0,69
OUTUBRO	0,14	0,37
NOVEMBRO	--	--
DEZEMBRO	--	--

Balanço Comercial 2000

MÊS	EM (US\$ MILHÕES)
JANEIRO	-94
FEVEREIRO	78*
MARÇO	42
ABRIL	183
MAIO	392
JUNHO	258
JULHO	298
AGOSTO	97
SETEMBRO	717
OUTUBRO	523
NOVEMBRO	--
DEZEMBRO	--

*Dados do Secex

Investimentos Externos (Diretos) 2000

MÊS	SALDO (US\$ BILHÕES)
JANEIRO	3,012
FEVEREIRO	2,053
MARÇO	1,627
ABRIL	1,627
MAIO	1,664
JUNHO	3,167
JULHO	5,101
AGOSTO	2,378
SETEMBRO	1,050
OUTUBRO	1,700
NOVEMBRO	--
DEZEMBRO	--

* Em US\$ Bilhões

Principais Países Industrializados (1999) - OCDE

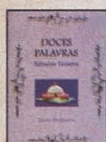
PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
PIB*	1.300	1.904	1.473	8.305	3.990	501,8	980
INFLAÇÃO	+0,2% (JUN)	+0,6% (JUN)	+0,4% (MAI)	+0,1% MAI	-0,5% (JUN)	+0,2% (MAI)	+0,3% (MAI)
DESEMPREGO	-0,7% (MAI)	-1,7% (JUN)	-0,8% (MAI)	+4,5% MAI	-5,8% (MAI)	-2% (JUN)	ND
PROD. INDUST.	-0,2% (ABR)	+1,5% (ABR)	+0,1% (MAI)	+0,4% MAI	+0,2% (MAI)	-15,6% (ABR)	-0,7% (ABR)
SALDO COMERCIAL*	+0,3 (ABR)	+5 (ABR)	-3,3 (FEV)	-28,6 (FEV)	+11,1 (FEV)	-3,4 (MAR)	+0,3% (ABR)

Previsões para 2000

PAÍS	FRANÇA	ALEMANHA	INGLATERRA	EUA	JAPÃO	ESPANHA	ITÁLIA
CRESCIMENTO	+3,5%	+2,7%	+3,0%	+4,6%	+0,6%	+3,6%	+2,8%
INFLAÇÃO	+1,4%	+1,6%	+2,1%	+2,9%	-0,1%	+2,6%	+2,6%
DESEMPREGO	+9,0%	+9,3%	+4,0%	+4,2%	+5,0%	+14%	+11%

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



DOCES PALAVRAS

Ednalva Tavares

Cód. 0001

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64págs. (formato: 15cmx11cm). R\$5,00 - **Janine Prod.**

BIOGRAFIAS



CONFISSÕES

Darcy Ribeiro

Cód. C 0890

Autobiografia, escrita até momentos antes de sua morte, em 1997. Uma vida riquíssima contada com emoção e irreverência. 592 páginas R\$36,00 - **Editora Cia. das Letras**



PRESTES

Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

Dênis de Moraes e Francisco Viana

Cód. 020015

Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - **Ed. Mauad**

DICIONÁRIOS



DICCIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA

Idéias, instituições e personagens

Vários organizadores

Cód. 0100-92

Obra que ratifica a importância dos campos direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260págs. R\$78,00 - **Editora Mauad**



DICCIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL

(1500 - 1808)

Ronaldo Vainfas (direção)

Cód. 85 7302 320-1

Este é o primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. A obra mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599págs. R\$49,90 - **Editora Objetiva**



DICCIONÁRIO MULHERES DO BRASIL

de 1500 até a atualidade

Schuma Schumacher (coordenação)

Cód. 85 7110 573-1

Com cerca de 900 verbetes e mais de 270 ilustrações, este dicionário torna-se referência obrigatória para estudos da história brasileira. O compromisso é com a tentativa de recuperar a trajetória das brasileiras que, com muitas outras afora, ainda estão escondidas atrás dos panos. 567 páginas. R\$49,00 - **Editora Jorge Zahar**

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO

Um manual para o educador

Moema Toscano

Cód.: 85.326.2285-2

Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 14,30 - **Ed. Vozes**

FILOSOFIA



A ÁGUA E A GALINHA

Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff

Cód. 85-326-1845-6

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00 **Editora Vozes**



O DESPERTAR DA ÁGUA

Leonardo Boff

Cód. 5-326-1977-0

O livro continua o anterior *A água e a galinha*, e relaciona a dimensão-água e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00 **Editora Vozes**



SABER CUIDAR

Leonardo Boff

Cód. 85-326-2162-7

O livro detalha o cuidado em suas várias concretizações: com a Terra, a sociedade sustentável, o corpo, o espírito e a grande travessia da morte. 200 páginas. R\$18,00 **Editora Vozes**

HISTÓRIA



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO

Ivan Alves Filho

Cód. 0200-17

Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas. R\$99,00 **Editora Mauad**



BINÔMIO - EDIÇÃO HISTÓRICA

Dir: José Maria Rabêlo

Cód. BA 7013

A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. R\$34,00 - **Editora Barlavento e Armazém de Idéias**



ESCRavidão OU MORTE

Jorge Preta de Souza

Cód. 0100-20

O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$22,00 - **Editora Mauad**



HISTÓRIA DO CONE SUL

Amado Luiz Cervo e Mario Rapoport (org.)

Cód. 0159

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas. R\$34,50 - **Editora Revan**



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL

Nelson Werneck Sodré

Cód. 0100-68

O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - **Ed. Mauad**



MINAS DO OURO E DO BARROCO

As raízes históricas da cultura mineira

Washington Albino

Cód. BA 7014

O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - **Barlavento Grupo Editorial**



NAS FRONTEIRAS DO PODER

Conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX

Márcia Maria M. Motta

Cód. A-025

O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - **Arquivo Público**



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA

Leonid Ieremeev

Cód. 0084

Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$12,00 - **Editora Revan**

LITERATURA



A INVENÇÃO DO MAR

Gerardo Melo Mourão

Cód. 050229

Uma grande epopeia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. 368 páginas. R\$ 28,00 **Editora Record**



A REPÚBLICA DOS BUGRES

Ruy Tapioca

Cód. 85.325.1028-0

O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532págs. R\$ 35,00 - **Editora Rocco**

MEMÓRIAS



EUROPA 1935 - UMA AVENTURA DE JUVENTUDE

Moacir Werneck de Castro

Cód. 85.01.05771-1

A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00 - **Ed. Record**



HERANÇA DE UM SONHO

Marcio Antonio Tavares Coelho

Cód. 85.010.576-2

Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 páginas. R\$45,00 - Editora Record



IUGOSLÁVIA

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Cód. 85.87414-01-1

Análise sobre a guerra nos Bálcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um resumo sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas. R\$14,00 - Novos Ideais



NO TEMPO DE VARGAS

Memórias, reflexões e documentos

Francisco Antonio Doria Cód. 0075

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$16,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro Cód. 517

Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Uerj/USP) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00 Oficina do Autor



UMA RESPOSTA AO NEOLIBERALISMO

Hilary Wainwright Cód. Z 0486

Combina uma discussão sobre ideia política neste fim de século com uma avaliação das trajetórias concretas de movimentos sociais e partidos. 152págs. R\$19,00 - Ed. Jorge Zahar



BRIZOLISMO

João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862

Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$29,00 Editora FGV



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.) Cód. 85.326.2174-0

O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$17,60 - Ed. Vozes



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA

Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas

Renato Guimarães Cód. 0205

O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$14,00 - Ed. Revan



DOMINAÇÃO PELA FOME

Economia política do abastecimento

Miranda Neto Cód. 00124

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades atuais. 136págs. R\$9,90 - Forense Universitária



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS:

Determinantes da descentralização

Marta Arretche Cód. 85.7106.194-7

A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$29,00 - Ed. Revan



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS

Verdades e mentiras do pensamento econômico

Paul Krugman Cód. 20412-1

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. - R\$39,00 - Editora Campus

SOCIOLOGIA

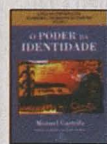


GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global

Roland Robertson Cód. 85326.2247-X

Mostra como a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$32,00 - Editora Vozes



O PODER DA IDENTIDADE

Economia, sociedade e cultura

Manual Castells Cód. 20.495

Como nosso mundo e nossa vida vêm sendo moldados pelas tendências conflitantes da globalização e da identidade. 530 páginas. R\$42,00 - Editora Paz e Terra



QUANDO EU VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA

Joel Rufino Cód. 85.01.05771-1

Cartas escritas pelo autor, quando estava no cárcere pelo pecado de amar o Brasil, para o filho que ainda estava por nascer. R\$48,00 Ed. Rocco

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray Cód. 20310-0

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray Cód. 20311-0

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. R\$ 29,90 Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras

Cód. 2210

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356 páginas. R\$26,00 - Editora Pallas

POLÍTICAS PÚBLICAS



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA)

DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$30,00 - Editora Revan



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emílio Azevedo

Cód. M 0268

Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$ 19,00 - Ed. Multitexto

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

() Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo

() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão _____ Validade até _____ / _____

Nº _____
ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____
Assinatura do comprador _____

CADERNOS 225

Os preços estão sujeitos a alteração

VALIDADE: até durar o estoque

Preencha em letra de forma e envie para a
Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Venezuela

Conspiração de imprensa

O presidente Hugo Chávez, afirmou, em seu programa de rádio semanal *Alô Presidente*, que existe uma campanha jornalística internacional para precipitar uma ruptura das relações entre a Venezuela e os Estados Unidos, devido à proximidade diplomática de Caracas com Havana.

Os jornais norte-americanos *The Washington Post* e *The New York Times* afirmaram em editoriais que Chávez, ao mesmo tempo que governa um país fornecedor de petróleo para os Estados Unidos, tem sérias divergên-

cias com Washington sobre questões fundamentais da política internacional, como o Plano Colômbia e o embargo comercial ao Iraque e a Cuba.

Em plena reta final das eleições norte-americanas, e perto da visita de Fidel Castro à Venezuela, no final de outubro, *The Washington Post* escreveu que "o próximo presidente dos Estados Unidos necessitará de uma estratégia cuidadosa em relação a Hugo Chávez, cujo modelo parece ser Fidel Castro". O diário afirmou ainda que o presidente venezuela-

no "trata de disseminar seu selo de esquerda anti-Estados Unidos", e aconselhou ao próximo presidente norte-americano tecer compromissos mais sólidos com a América Latina, já que "seria uma loucura assumir que Hugo Chávez não criará problemas quando puder fazê-lo".

Contudo, a secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, declarou que Hugo Chávez não é comparável a Fidel Castro, porque foi eleito pelo povo venezuelano.

No entanto, admite que Washington se inquieta com alguns métodos adotados por ele. "Algumas de nossas preocupações referem-se a

sua política sobre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep)". Chávez impulsionou a política de redução da produção de petróleo adotada pela Opep, para conseguir uma recuperação dos preços do produto no mercado internacional.

Chávez garante que "a campanha editorial não arruinará as relações entre os Estados Unidos e a Venezuela, que estão condenadas a serem boas".

O presidente e seu chanceler, José Vicente Rangel, vêm mantendo reuniões frequentes com a embaixadora norte-americana em Caracas, Donna Hrinak.

México

Confronto em Chiapas

Os paramilitares que atuam há cinco anos no estado de Chiapas, no México, voltaram a agir um mês antes da posse do presidente Vicente Fox, em primeiro de dezembro. Uma tentativa de fiscalização policial na comunidade indígena de Los Chorros, em novembro, acabou em conflito, deixando 20 feridos. A comunidade seria esconderijo de armas dos paramilitares dedicados a combater simpatizantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN).

Os policiais tiveram que se retirar diante da resistência popular, mas as autoridades indicaram que voltarão com um contingente maior para deter a violência desatada pelos paramilitares.

Organizações humanitárias e políticos de oposição asseguram que a impunidade impera em Chiapas, onde atuam pelo menos 12 grupos paramilitares. O EZLN garante que esses grupos armados recebem proteção das autoridades para desenvolver uma campanha de "baixa intensidade" contra os guerrilheiros zapatistas. O ex-presidente Ernesto Zedillo, do PRI, nega.

A guerrilha, que pegou em armas em janeiro de 1994, e os paramilitares, que ocupam diversas áreas de Chiapas, mantêm-



Indígenas de Chiapas, como Antonia Entzin (à direita), de apenas 14 anos, sofreram agressões de paramilitares que combatem os zapatistas

se em uma trégua graças a uma lei de pacificação. Mas as negociações estão suspensas desde 1996, depois que Zedillo se negou a aceitar um projeto de lei de direitos e cultura indígena preparado pelo Congresso com base em acordos entre o EZLN e o Poder Executivo. O novo presidente Vicente Fox demonstra boa vontade para negociar e sinaliza com a aprovação do projeto vetado por Zedillo.

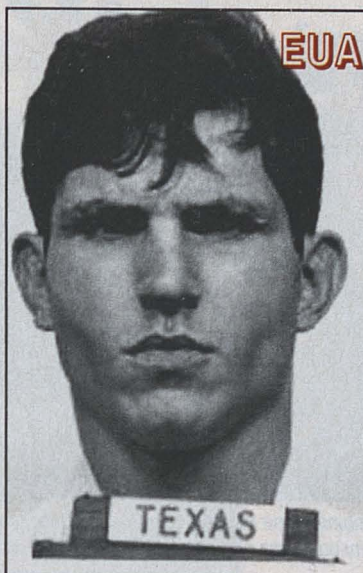
Chile

CIA financiou golpe militar de 1973

Documentos da CIA divulgados em novembro confirmam que a Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos financiou o golpe que derrubou o presidente eleito do Chile, Salvador Allende, em 1973. O atual porta-voz da Casa Branca, Jake Siewert, reconheceu que a agência financiou ações secretas - aprovadas pelo governo norte-americano - antes e depois do golpe de Estado que instituiu 17 anos de ditadura militar. O comentário foi feito junto com a liberação da terceira e última leva de documentos sobre a atuação da CIA no Chile. Os arquivos abertos somam-se aos 7 mil documentos divulgados desde fevereiro de 1999. Segundo analistas do Arquivo de Segurança Nacional, o material divulgado servirá de prova em tribunais contra todos aqueles que cometeram atrocidades durante a ditadura de Augusto Pinochet.

O ex-presidente chileno Patricio Aylwin qualificou como de suma gravidade que a polícia secreta de Pinochet tenha concebido usar armas químicas para assassiná-lo em 1989, plano agora descoberto com a liberação dos documentos. Aylwin, que governou o Chile entre 1990 e 1994, após a queda de Pinochet (1973-1990), já sabia que a Direção de Inteligência Nacional (Dina) e sua sucessora, a Central Nacional de Informações (CNI), tinham experimentado armas químicas para eliminar dirigentes da oposição. "O atentado contra Aylwin poderia ser com armas de fogo ou químicas. A idéia por trás disso tudo era criar um caos que justificasse o retorno ao poder do presidente Pinochet", lê-se num dos documentos da CIA, cujas cópias foram depositadas na Biblioteca Nacional de Santiago do Chile.

O plano apontava para a criação de uma situação de instabilidade que pudesse ser atribuída a grupos de esquerda, para assim desconhecer o resultado das eleições de 1988 e prolongar o regime ditatorial. Esta revelação está avalizada por outros documentos que confirmam os propósitos de Pinochet de dar um autogolpe na noite de 5 de outubro de 1988, quando foi impedido por outros chefes militares. O então comandante da Força Aérea, general Fernando Matthei, dera a conhecer estes fatos em recentes declarações à televisão, que agora são confirmadas pelos relatórios divulgados pelo governo norte-americano.



Apesar do apelo dos defensores dos direitos humanos, John Paul Penry, um deficiente mental de 44 anos, foi executado em 16 de novembro, na prisão de Huntsville, Texas. John Paul, que passou 19 anos no 'corredor da morte', recebeu a pena pelo estupro e assassinato de uma jovem. A União Européia havia enviado uma carta pedindo clemência ao governador do Estado, o ainda candidato republicano à Presidência George W. Bush. Na carta, a UE se mostrou contrária à aplicação da pena capital em pessoas com problemas mentais, alegando que 'as execuções

em tais circunstâncias degradam a dignidade e o valor do ser humano'

Argentina

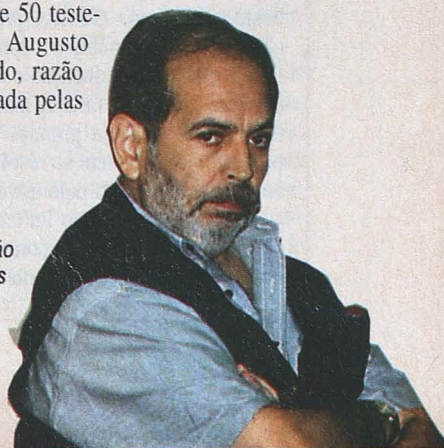
Assassino de Prats condenado

A Justiça argentina condenou à prisão perpétua Enrique Arancibia Clavel, considerado culpado pelo crime de assassinato do general chileno Carlos Prats e sua esposa Sofía Cuthbert, num atentado cometido em Buenos Aires, em 1974. Prats estava exilado na Argentina e era adversário do regime do general Augusto Pinochet.

Arancibia foi processado como um dos agentes da Dina - a polícia secreta chilena - que fizeram explodir a bomba na capital argentina sob o automóvel em que Prats e sua mulher estavam. Enrique Clavel exercia suas atividades ilícitas graças ao posto de "fachada" que obteve como representante do Banco do Chile em Buenos Aires.

A condenação coincidiu com a penalidade requerida pela Justiça argentina, pelo Chile e pelas filhas de Prats. As três filhas do casal - Sofia, María Angélica e Cecilia - deram-se as mãos e escutaram a decisão do tribunal em silêncio. Durante o processo, que teve 20 audiências e cerca de 50 testemunhas, o nome do ex-ditador Augusto Pinochet foi várias vezes mencionado, razão pela qual a sua extradição foi solicitada pelas autoridades argentinas.

Enrique Arancibia Clavel: condenação pelo assassinato do casal Carlos Prats veio 16 anos após o crime





Caminhoneiros colombianos, exibindo uma carreta incendiada, fazem protesto em Medellin, exigindo o fim da insegurança provocada pelos conflitos armados

Colômbia

Agrava-se a crise humanitária

Os conflitos entre paramilitares e guerrilheiros das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), na região de Putumayo, que se intensificaram desde o final de setembro, têm afetado sobretudo a população civil. A situação já é tratada como crise humanitária de grandes dimensões, segundo carta divulgada por representantes da sociedade civil e políticos.

A economia do Departamento de Putumayo está paralisada desde o recrudescimento dos confrontos que, somente nos primeiros 30 dias, provocaram o deslocamento de mais de 4.000 pessoas da região. A população local enfrenta crises no abastecimento de combustíveis, energia elétrica, prestação de serviços públicos domiciliares, transporte, educação e atendimento à saúde. A falta de alimentos também alcança grandes proporções, pois não tem se resolvido com a ajuda enviada pelo governo.

"A comunidade de Putumayo encontra-se angustiada porque o governo central não se interessa

em resolver o problema que mantém sitiados mais de 350 mil habitantes. Pelo contrário, tem desinformado a opinião pública, manifestando que o problema está sendo superado. Isto gera mais desconfiança e reforça o sentimento de abandono e ausência estrutural do governo central", denuncia o "Comunicado ao governo e à comunidade nacional e internacional sobre a crise humanitária no Departamento de Putumayo".

Os signatários da carta exigem uma imediata solução negociada. O Plano Colômbia, com apoio material e financeiro dos Estados Unidos, começará em janeiro, com o intuito oficial de combater o narcotráfico, o que pode agravar a situação.

Assinam a carta, entre outros, o governador do Departamento, Jorge Devia Murcia, prefeitos da região, padres, empresários, professores e pessoas da sociedade civil local.

A popularidade do presidente Andrés Pastrana vem caindo acentuadamente por causa do conflito.

Nicarágua

Vitória sandinista

A vitória da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) em dez das 17 principais cidades da Nicarágua, entre elas a capital, Manágua, deixou a oposição otimista quanto às eleições presidenciais de 2002. O resultado das eleições municipais, em novembro, expressou um "voto de castigo" ao PLC (Partido Liberal Constitucionalista), do presidente conservador Arnoldo Alemán.

Apesar do resultado, analistas políticos nicaraguenses afirmam que a vitória poderia ter sido muito mais ampla, se o líder dos sandinistas, Daniel Ortega, não tivesse fechado um pacto com o presidente Alemán, em janeiro passado. Este pacto repartiu com os sandinistas o poder de várias instituições públicas, entre elas a Corte Suprema de Justiça e a Controladoria Geral da República. Todas as pesquisas de opinião indicavam o repúdio da população a este acordo, considerado favorável aos interesses pessoais de Arnoldo Alemán.

O candidato vencedor de Manágua, Herty Lewites, tomou inclusive uma certa distância de seu partido durante a campanha, ao passo que seu opositor, Wilfredo Navarro, do PLC, mostrou-se muito próximo do presidente, o que o teria levado à derrota. O alto índice de corrupção na administração pública atual é uma das maiores preocupações dos eleitores.

A apuração dos votos foi marcada por acusações mútuas entre a esquerda e a direita. Enquanto os sandinistas denunciavam o desvio de mapas eleitorais com resultados a seu favor, a Justiça ameaçava enquadrar membros da FSLN pelo suposto envolvimento no desaparecimento de atas.

A FSLN, fundada na década de 60, teve papel central na luta armada contra o ex-ditador Anastasio Somoza, que culminou com a vitória popular e a destituição do dirigente em 1979.

A dinastia somozista deixou um saldo de 50 mil mortos no país. Nos anos seguintes, os revolucionários nicaraguenses enfrentaram a resistência dos chamados Contras -, apoiados pelo então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

Atualmente, a Nicarágua tem os EUA como seu principal sócio comercial.

Costa do Marfim

Cultura do ódio atinge estudantes

O novo presidente da Costa do Marfim, o socialista Laurent Gbagbo, prega a reconciliação nacional para superar as animosidades políticas no país e restabelecer a democracia, principalmente depois dos acontecimentos que marcaram a apuração das eleições, em outubro. Mais de 70 pessoas foram mortas em confrontos nas ruas da capital, Abidjan, entre partidários de Gbagbo, do ex-presidente e general Robert Guei, que tentou um autogolpe para manter-se no poder, e do ex-primeiro-ministro Alassane Ouattara, que teve sua candidatura excluída das eleições.

Os estudantes universitários estão entre as camadas da população que mais vêm sofrendo pressão e violência. Os fatos políticos dos últimos meses provocaram confrontos violentos na Federação Estudantil e Escolar da Costa do Marfim (Fesci), fundada durante a volta do pluripartidarismo, em 1990.

Entretanto, segundo a imprensa lo-



O novo presidente, o socialista Laurent Gbagbo, busca a reconciliação nacional

cal, restam apenas farrapos da instituição que encarnava a luta pela democracia na ex-colônia francesa.

"A Fesci, que encarnou a combati-

vidade dos estudantes na luta do povo pela democracia, mergulhou na violência, instaurando o diálogo dos machados", salienta o universitário Théophile Kouï, em entrevista ao jornal local *Caminhos de Outubro*. Este ano, dezenas de estudantes da organização foram espancados por militares sem acusação aparente, e muitos ainda sofreram graves agressões de diretores da Federação que, apesar das acusações, não enfrentam qualquer investigação policial. Segundo professores, a junta militar do general Robert Guei, que governou a Costa do Marfim durante o último ano, teria se utilizado da Fesci para agir contra o partido político adversário.

Esses fatos já estão difundindo uma cultura do ódio e do medo nas universidades do país e provocando o afastamento dos estudantes. Em 28 de setembro, dois alunos do norte foram mortos misteriosamente. O ano letivo, que deveria recomeçar em outubro, foi adiado por tempo indeterminado, entre outras razões, devido a uma greve dos professores, insatisfeitos com os salários.

Moçambique

Protestos causam mortes

Os dois dias de protestos liderados pela Renamo, grupo de direita em Moçambique, foram marcados por confrontos com a polícia e causaram a morte de 31 pessoas e deixaram mais de 150 feridos. O motivo da revolta foram as eleições gerais de dezembro do ano passado que, segundo a oposição, teria sido fraudada pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), o partido que detém o poder. Apesar das acusações, a comissão eleitoral e observadores internacionais julgaram o processo eleitoral justo.

O candidato derrotado da Renamo, Afonso Dhlakama, pediu o fim dos protestos, devido ao número de pessoas mortas. Entretanto, ele advertiu que o seu partido planeja protestos ainda maiores. O presidente reeleito Joaquim Chissano, da Frelimo, culpou Dhlakama pelos choques. As demonstrações lideradas pela direita foram, segundo ele, "atos bárbaros, à margem da lei, totalmente inaceitáveis".

A Renamo e a Frelimo travaram uma violenta guerra civil no país desde a independência de Portugal, em 1975, até o acordo de paz, em outubro de 1992. Contudo, a relação entre as duas forças permanece turbulenta.

Somália

Expectativas do novo governo

Mesmo com dificuldades de afiançar o poder dentro de seu território, o novo governo da Somália tenta melhorar a imagem do país no exterior, principalmente entre as nações vizinhas. Em viagem pela África, o primeiro-ministro Ali Khalif Galer procura mostrar a Somália atual como um país que luta para retomar o caminho de paz e progresso, depois de dez anos de sangrenta guerra civil que flagelou a população.

Entretanto, as facções separatistas que comandam a região norte continuam desafiando o governo, apesar de Khalif Galer afirmar tratar-se de grupos não organizados. Os principais líderes separatistas, Hussein Aideed y Osman Ali Ato, ainda não reconheceram o novo governo.

Em suas viagens, o primeiro-ministro tenta tranquilizar as nações limítrofes, que, de 1970 a 1991, sentiram-se ameaçadas pelas ambições das facções que desejavam formar uma Grande Somália, incluindo parte do Quênia, da Etiópia e do Djibuti. Após 1991, o país passou a conviver com uma grave guerra entre as facções internas, que provocou a morte de 300 mil crianças e o abandono de um quarto da população - 1,5 milhão de pessoas. O novo governo pretende reverter a situação do povo somali, que convive com taxa de analfabetismo de 86% entre as mulheres e 64% entre os homens.

Israel-Palestina

Guerra pela TV

A guerra entre israelenses e palestinos trava-se também pelas telas da televisão de ambos os lados, cada qual mostrando o confronto da forma que mais lhe é apropriado. O principal canal de Israel passa a mensagem de que o soldado está reagindo à ameaça de uma multidão de palestinos enfurecidos. O outro lado procura mostrar imagens que enfatizem o poderio das armas de Israel e a força dos colonos que ocupam as áreas sob controle da Autoridade Palestina. Ambos os canais são estatais.



Crianças palestinas fogem da mira do soldado israelense armado

A cada dia há muitas imagens transmitidas, dado o agravamento da violência que já matou mais de 300 pessoas, quase todas palestinas. A escolha dos trechos veiculados deixa clara a ideologia de cada lado, mas não pode negar a desigual correlação de forças. Israel já fez uso até mesmo de mísseis, como no dia 20 de novembro.

O bombardeio atingiu esconderijos de segurança na Faixa de Gaza, em resposta ao lançamento de um morteiro, horas antes, contra um ônibus escolar do assentamento judeu Kfar Darom, onde vivem 250 famílias fortemente protegidas pelo Exército israelense, dentro de território palestino habitado por um milhão de pessoas. Os dois episódios mata-

ram quatro pessoas e feriram outras 55.

No dia seguinte, o Egito - país até então mediador do conflito - retirou seu embaixador de Israel, em represália à crescente agressão contra o povo palestino.

Os assentamentos de colonos em áreas palestinas constituem-se num dos pontos de maior discórdia. A Palestina exige a retirada dos colonos, mas o governo israelense incentiva as ocupações. Cerca de 200 mil judeus vivem entre 3 milhões de palestinos, na Cisjordânia e Faixa de Gaza. Apesar das tentativas internacionais, não houve avanço nas negociações.

Vietnã

Reconciliação com os EUA

O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, viajou ao Vietnã, buscando criar as condições necessárias para o processo de reconciliação entre os dois países. Clinton e a mulher, Hillary, foram recebidos com muita festa. Ele é considerado um "amigo", que pôs fim ao embargo comercial em 1994, restabeleceu relações diplomáticas um ano depois e firmou um acordo comercial em julho deste ano.

Contudo, o principal objetivo desta viagem histórica - a primeira de um presidente norte-americano ao país desde a Guerra do Vietnã (1964-1975) - é recuperar os restos mortais de cerca de 1.500 soldados desaparecidos durante a agressão ianque ao país, compromisso assumido por Clinton perante a opinião pública norte-americana. O presidente entregou aos vietnamitas mais de 350 mil páginas de documentos, para ajudá-los a encontrar milhares de cidadãos que também sumiram naquele período. Desde 1992, o Vietnã vem colaborando com o esforço norte-americano na busca

por seus desaparecidos de guerra.

O presidente vietnamita, Tran Duc Luong, recebeu Clinton com todas as honras, mas afirmou que o governo norte-americano deveria fazer mais para aliviar o sofrimento causado pela guerra em seu país. "A guerra deixou várias consequências no Vietnã. Todos os vietnamitas acham que o governo dos EUA precisa reconhecer sua responsabilidade pelas enormes perdas sofridas pelo povo", disse Luong. Muitos vietnamitas esperavam um pedido formal de desculpas do governo norte-americano pelo conflito que matou 3 milhões de pessoas no país.

Clinton admitiu os sacrifícios que a guerra impôs ao país, mas acha que um pedido de desculpas poderia ofender os parentes de milhares de norte-americanos mortos ou feridos na guerra. Apesar disso, ele prometeu ajuda para resolver o problema das minas abandonadas, que causam cerca de 2 mil acidentes por ano no país. Além das minas, o governo vietnamita diz que milhares de pessoas sofrem com os efeitos do agente laranja,



Bill Clinton com o presidente Tran Duc Luong, diante do busto do líder comunista do Vietnã, Ho Chi Minh

produto tóxico lançado pelos aviões norte-americanos.

Clinton acredita que se abre novo capítulo na história entre os dois países. Para ele, o aprofundamento das relações entre EUA e Vietnã na busca por desaparecidos da guerra e no comércio bilateral criam a esperança de que "o doloroso passado possa ser redimido".

Filipinas

Impedimento

O Congresso das Filipinas aprovou o processo de impedimento do presidente Joseph Estrada, por corrupção. O dirigente admitiu ter recebido 4 milhões de dólares em suborno, por intermédio de seu advogado. Alega, contudo, ter transferido o dinheiro para a conta de uma instituição de caridade. O impedimento vem em resposta a uma sequência de denúncias, iniciadas há mais de dois meses, quando um governador de província testemunhou que recebia dinheiro da máfia do jogo em nome de Estrada. A partir daí, multidões passaram a exigir a renúncia do presidente, em manifestações diárias pela capital, Manila.

No poder há dois anos, depois de uma arrasadora vitória eleitoral, o ex-ator de cinema Joseph Estrada, antes mesmo de prestar juramento de posse, provocou escândalo, quando propôs que o corpo do falecido ditador Ferdinand Marcos fosse trasladado para o cemitério dos heróis nacionais. Acabou sendo obrigado a voltar atrás. O que não impediu Imelda Marcos, viúva do ex-ditador, de liderar uma passeata de 5 mil pessoas em apoio ao presidente, na véspera do início das audiências preliminares para o afastamento, no Congresso. Um ano após a posse, Estrada teve que defender seu filho, Jude Ejercito, capitão da reserva na Força Aérea filipina, acusado de utilizar um avião da Presidência e de fazer gastos sem pagar.

Agora o dirigente é acusado de ter recebido 8 milhões de dólares (cerca de 15,6 milhões de reais) em subornos dos organizadores de jogos clandestinos e outros 4 milhões de dólares (7,8 milhões de reais) por conta de deduções fiscais no comércio de tabaco.

O pedido de impedimento não poupou a vida privada do presidente: um levantamento mostra que Estrada, "sua esposa, amantes e filhos" têm participações não divulgadas em várias empresas.

Por ser o primeiro processo do gênero no país, parlamentares e a Justiça discutiam em novembro os rumos a serem tomados a partir da decisão do Poder Legislativo.



Indonésia

Manifestação deixa 16 mortos

Dezesseis civis morreram em apenas dois dias na província indonésia de Aceh, quando centenas de milhares de habitantes celebravam, em novembro, o primeiro aniversário da formalização do pedido de emancipação do município. Situado ao norte da ilha de Sumatra, Aceh, município rico em combustíveis, tem sido cenário de confrontos violentos entre o exército e os separatistas muçulmanos do Movimento Aceh livre (GAM), que provocaram 5.000 mortes, nos últimos dez anos.

Segundo testemunhos de residentes locais e de um jornalista, a maioria dos mortos do mês de novembro foi alvejada nos postos de controle das forças de segurança, instalados nas estradas para impedir que centenas de ônibus e caminhões carregados de manifestantes chegassem a Banda Aceh.

Em 8 de novembro de 1999, um milhão de pessoas invadiram Banda Aceh para exigir das autoridades a realização de um referendo de autodeterminação. O governo cedeu às pressões, prometendo um estatuto especial de autonomia que deve começar a vigorar a partir de maio do próximo ano.

A Indonésia é um arquipélago formado por mais de 13 mil ilhas, algumas das quais começaram a ser islamiçadas no século XIII por comerciantes muçulmanos, que levavam especiarias das ilhas para a Europa. No final dos anos 90, a população do país tinha alcançado os 200 milhões de habitantes, dos quais 86% muçulmanos.

Depois de ter estado mais de 30 anos no poder e governado com mão de ferro, o general Suharto foi obrigado a renunciar em maio de 1998, em meio a uma das piores crises econômicas da história do país - entre outubro de 1997 e março de 1998 mais de dois milhões de pessoas perderam seus empregos. O general foi substituído por Becharuddin Habibe, seu fiel escudeiro, mas a instabilidade política se agravou e, em junho de 1999, foram realizadas as primeiras eleições democráticas em 44 anos, vencidas por Abdulrahman Wahid, do partido de oposição Despertar Nacional (PKB), um líder político experiente, porém doente.

Pouco depois, as pressões internacionais levaram o governo a aceitar a realização de um plebiscito em Timor Leste - ex-colônia de Portugal, na Ásia, ocupada ilegalmente por tropas indonésias desde os anos 70 -, no qual a esmagadora maioria dos timorenses se manifestou a favor da independência.

O clima de maior liberdade permitiu, à semelhança do que aconteceu com a antiga União Soviética, que emergissem sentimentos nacionalistas e separatistas abafados. Pouco depois começaram a pipocar demandas de autodeterminação em várias regiões do país. O caso da violência da província de Aceh se inscreve nesse contexto de grandes tensões autonomistas em quase todas as províncias do arquipélago indonésio.

Suíça

Bancos contra lavagem de dinheiro

Grandes bancos mundiais vão adotar um código de conduta comum com o objetivo de prevenirem-se contra o uso de suas instituições para lavagem de dinheiro. Historicamente apontado como conivente com este crime, devido ao sigilo bancário, o setor financeiro ensaia uma mudança de atitude.

Os bancos que vão assinar o novo código são os suíços UBS e o Crédit Suisse; os norte-americanos Citibank, Chase Manhattan e JP Morgan; o britânico Barclays; o francês Société Générale; o alemão Deutsche Bank e o holandês ABN Amro. Eles pretendem estabelecer regras rígidas para verificar a identidade do titular de uma conta e fiscalizar as transações suspeitas, mesmo que o dinheiro seja proveniente de clientes conhecidos ou responsáveis governamentais.

O código de conduta foi desenvolvido com o apoio da organização não-governamental Transparência Internacional, entidade com sede na Alemanha que centra suas ações no combate à corrupção em todo o mundo.

Os onze bancos se comprometem a "aceitar apenas clientes em relação aos quais foi devidamente apurado que seus ativos e fundos provêm de fontes legítimas".

As agências de bancos em paraísos fiscais como Suíça e Ilhas Cayman têm servido de apoio para lavagem de dinheiro proveniente de crimes de corrupção e narcotráfico, como já ficou provado, por exemplo, nos casos do ex-tesoureiro de Fernando Collor de Mello, Paulo César Farias, no Brasil, e do traficante Raul Salinas, irmão do ex-presidente do México Carlos Salinas.

Mais recentemente também foram detectados depósitos suspeitos de Vladimiro Montesinos, o ex-braço direito do presidente do Peru, Alberto Fujimori. Segundo estimativas, os bancos são usados para a lavagem de recursos da ordem de 600 bilhões de dólares a cada ano.

Iugoslávia

Revelações do passado

Onovo governo da Iugoslávia anuncia uma reforma completa na polícia secreta, com a destituição de suas autoridades e a revelação dos documentos sobre as atividades ilícitas praticadas durante o governo do ex-presidente Slobodan Milosevic.

Os dirigentes da Oposição Democrática Sérvia, partido do novo presidente Vojislav Kostunica, anunciaram que abrirão os arquivos, no final de dezembro, logo após as eleições parlamentares. "As pessoas têm o direito de saber. O trabalho da segurança do Estado não deve ser um tabu nunca mais", afirmou Zoran Zivkoic, dirigente do partido.

Os iugoslavos estão ansiosos para conhecer os documentos sobre a atividade clandestina da polícia. Os arquivos conteriam informações sobre políticos de oposição e jornalistas nacionais e estrangeiros. O Serviço de Segurança do Estado (SDB) é acusado,

entre outros casos, de participação na morte do jornalista Slavko Curuvija e de quatro assessores do líder oposicionista Vuk Draskovic. "Por anos soube-mos que ocorriam coisas estranhas dentro do SDB e agora é a hora de esses segredos serem revelados", afirmou Natasa Kandic, presidente da organização não-governamental Centro de Direitos Humanos.

O chefe do SDB, Rade Markovic, se nega a deixar o cargo, argumentando que tem o direito legal de permanecer nele até as eleições parlamentares, marcadas para 23 de dezembro.

Os críticos, contudo, acreditam que esta é uma tentativa de dificultar a divulgação dos arquivos secretos.

"Ninguém sabe quantas provas existem sobre o trabalho ilegal da polícia secreta. Markovic levará tempo para destruir as evidências de todos os erros do passado", ataca o advogado Svetislav Djurdjevic.



Uma vaca lidera protesto de fazendeiros que exigem do governo francês a solução da crise causada pelo mal da vaca louca (Creutzfeldt-Jakob, doença neurodegenerativa). A doença vem gerando problemas políticos para os governantes da França, Inglaterra e União Européia, em geral, acusados de esconder informação sobre a epidemia. Um advogado de duas vítimas da doença planeja processar os governos dos dois países e da União Européia em função da falta de uma política de combate ao mal, desde o seu surgimento, na década de 80. Até agosto deste ano, o número de mortos pela doença na Inglaterra chegava a 69 pessoas

Fotos: AFP

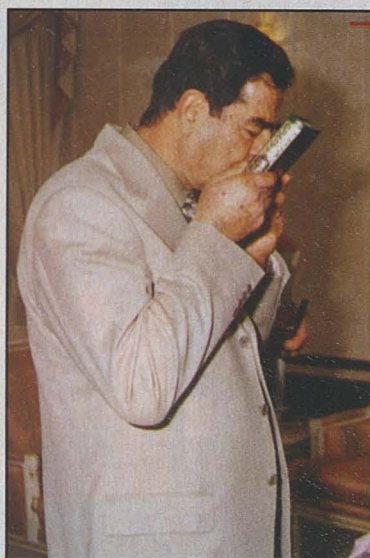


Viúva do ex-primeiro-ministro israelense Yitzhak Rabin, Leah Rabin faleceu de câncer no pulmão em 11 de novembro, em Jerusalém, aos 72 anos, e foi enterrada ao lado do marido. Ela se tornou figura importante no movimento pela paz com os árabes depois do assassinato de seu marido, em 1995. Defensora do diálogo com Yasser Arafat, Leah Rabin causou desconforto aos segmentos mais radicais da sociedade israelense em vários momentos, como na ocasião em que abraçou o líder da Autoridade Nacional Palestina carinhosamente durante uma cerimônia pública.

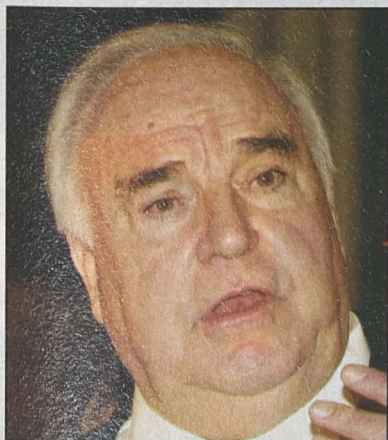
Milhares de israelenses carregando velas e flores fizeram fila por três horas para a despedida, na Praça Rabin, quando recebeu homenagens de várias personalidades estrangeiras e nacionais. Entre estes, Yasser Arafat e o ex-chanceler Benjamin Netanyahu, membro da direita israelense, a quem a ex-primeira-dama acusava de fomentar o clima de revolta que resultou no assassinato de seu marido por um extremista judeu. "Suas vidas foram e são parte da história de Israel. Seu legado deve ser o futuro de Israel", declarou a primeira-dama norte-americana, Hillary Clinton, presente ao funeral



A escritora Isabel Allende apresentou em novembro seu novo livro, 'Retrato em sépia', cuja história fecha o ciclo iniciado em 'A casa dos espíritos', seu famoso livro levado às telas do cinema, em 1993. O livro de Isabel, sobrinha do presidente socialista chileno Salvador Allende, assassinado em 1973, foi lançado em Madri



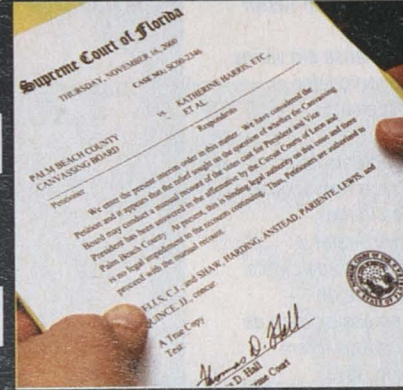
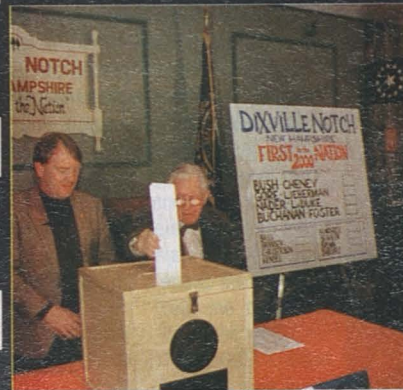
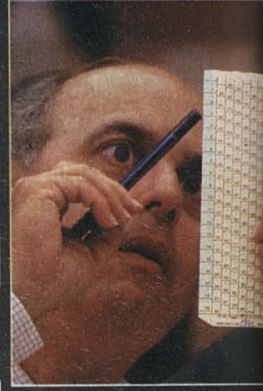
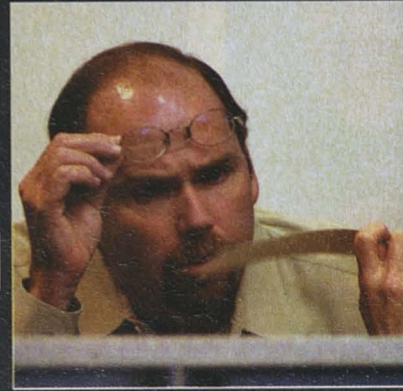
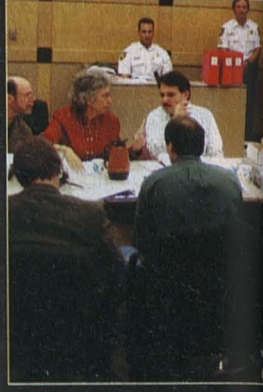
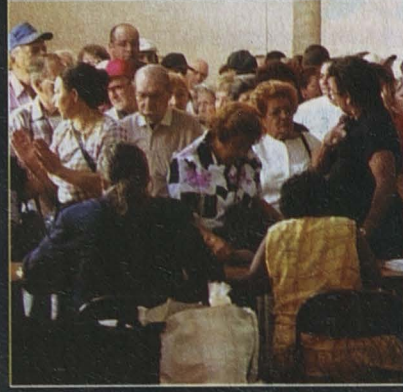
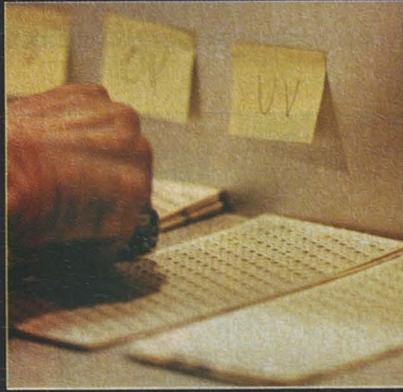
O presidente do Iraque, Saddam Hussein, beija o exemplar do 'Corão', o livro sagrado muçulmano, que recebeu de presente de palestinos feridos em confrontos com israelenses. Por meio de seu vice-presidente, Ezzat Ibrahim, Saddam enviou mensagem à Conferência Islâmica, sugerindo às nações do bloco o fim das relações com Israel e o lançamento de uma 'guerra santa' contra o Estado judeu para libertar a Palestina. O presidente iraquiano não viaja para fora de seu país desde o fim da Guerra do Golfo, em 1991



A francesa Marie Bremont, aos 114 anos de idade (foto de abril deste ano), tornou-se a pessoa mais idosa do mundo, desde novembro. Cientistas afirmam que no futuro o ser humano poderá ultrapassar os 200 anos de vida

O ex-primeiro-ministro alemão Helmut Kohl está escrevendo dois livros para apresentar a sua versão sobre o escândalo de corrupção em que foi envolvido, há um ano. Espera-se a abertura de novas feridas no caso. O ex-chanceler foi acusado de aceitar contribuições ilegais de um milhão de dólares para sua campanha eleitoral em 1998, quando foi derrotado por Gerhard Schröder





0
am



Casa Branca 2000: você já viu este filme

Sem carisma, sem diferenças nítidas entre suas propostas de governo, Al Gore e George Bush dividiram o país sem empolgar o eleitorado e acabaram provocando o maior vexame político que a superpotência viveu desde o fim da Guerra do Vietnã, ao expor até às entranhas um sistema de votação caótico e um eleitorado sem interesse

Argemiro Ferreira, de Nova Iorque

pastelão americano

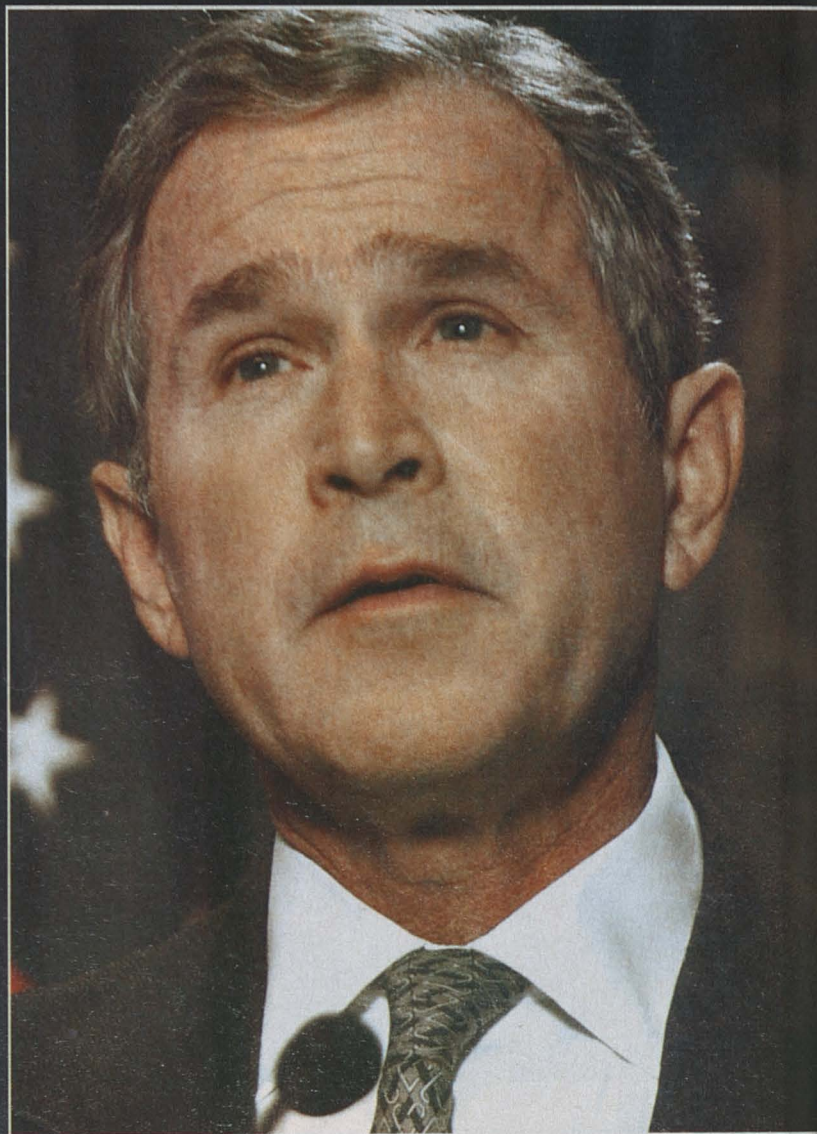
QUASE 20 DIAS DEPOIS DA ELEIÇÃO, com a crescente troca de ataques e insultos entre os partidários de Al Gore e George W. Bush nos canais da televisão a cabo dedicados a notícias, e sem qualquer luz no fundo do túnel, um cientista político ouvido pelo *Los Angeles Times* não conteve a irritação: "Mas isso é o *Impeachment, Parte 2.*"

Impeachment, Parte 2 - A Vingança poderia ser título na Hollywood de Ronald Reagan e John Wayne desse filme que o país e o mundo já viram antes - e que chega ao vivo e em cores graças ao milagre da televisão. A seqüela, como a versão original que tinha Monica Lewinsky em papel de destaque, pode bem ser confundida com uma comédia pastelão de Mack Sennett.

Os austeros ex-secretários de Estado James Baker e Warren Christopher lideram equipes de advogados pesos pesados, alguns dos mais bem pagos do país, a se enfrentarem em diferentes tribunais, dos de primeira instância na Flórida à Suprema Corte do país. Mas nas telas da TV - na CNN, Fox News e MSNBC - desfilam de novo personagens da novela do escândalo sexual.

Em matéria de obstinação e insultos, o nível da briga pouco difere do que caracteriza confrontos eleitorais no interior de Minas ou no Nordeste dos coronéis do PFL. Ou de brigas em repúblicas bananeiras usadas como pretexto para a política externa dos Estados Unidos justificar intervenções militares. Ou ainda das da Costa do Marfim, na África, ou de Slobodan Milosevic, na Iugoslávia.

A diferença está mais no terreno da tecnologia da informação que populariza aqui os *pundits* e *spin doctors* - profissionais da mídia a serviço de um ou de outro, a torcer a verdade para Bush ou Gore. Eles desfilam em



Herdeiro político - o avô foi senador e o pai, o ex-presidente George Bush, foi vice de Ronald Reagan e antecessor de Bill Clinton, além de ex-diretor da espionagem - o virtual presidente eleito, George W. Bush (foto acima), alcançou a maioria do colégio eleitoral com a discutida vitória na Flórida. Tal como Gore, não consolidou uma imagem política forte junto ao eleitorado.

Sem brilho intelectual e com um histórico de aluno displicente e farrista em Yale, deixa em muitos a desconfiança de que a Presidência será entregue a alguém limitado, que dependerá em muito da qualidade da assessoria que vier a montar.

Sobre o vexame da apuração, desde o início transformado em show de televisão, mas com repercussões desabonadoras mundo afora, Bush disse ser sincero ao julgar que não via "ameaça à imagem norte-americana no exterior." Considerado pouco versado em assuntos de política externa, tropeçou feio logo no início da campanha, ao confirmar desconhecer nomes de governantes de outros países. Mas tem uma típica opinião de falcão sobre o poderio militar norte-americano: "Quando os Estados Unidos utilizarem suas Forças Armadas no mundo, a causa deve ser justa, o objetivo deve ser claro e a vitória deve ser esmagadora."

Posicionamento desse teor aconselha a que se reze, para que um presidente contestado, que perdeu no voto direto e só ganhou a maioria do colégio eleitoral por poucas centenas de votos, depois de manobras duvidosas no estado governado por seu irmão, não se sinta tentado a buscar a popularidade interna em alguma aventura externa. Afinal, seu vice-presidente, Dick Cheney, chefiou a Defesa e um general, Collin Powell, é o mais cotado para dirigir sua política externa como secretário de Estado.



No caso da América Latina, a batata quente é a Colômbia, onde está em crescente curso o plano destinado, oficialmente, a estrangular o tráfico de cocaína e, veladamente, a desarticular a guerrilha socialista que ocupa quase metade do país. Transformada em nova doutrina de segurança continental, a guerra contra as drogas é o grande apelo de Washington para substituir a finada Guerra Fria como instrumento de alinhamento político-militar e pressões diplomáticas.

Segunda geração de políticos (o pai foi senador), Al Gore (foto acima), o vice-presidente de Bill Clinton, não faz o gênero esportista: no primeiro momento, decidiu contestar a proclamada - e decisiva - vitória do adversário na Flórida. Deixou claro que crê em fraude no estado governado pelo irmão do candidato republicano e onde perdeu a Presidência por poucas centenas de votos. Os críticos apontam que, apesar dos oito anos passados na vice-presidência e do razoável espaço em missões relevantes delegadas por Clinton, não conseguiu construir junto a opinião pública a imagem de homem indispensável. Alinhado ideologicamente com o presidente, é definido como "novo democrata", um ramo conservador que desenvolveu um discurso capaz de agradar até as correntes republicanas. É também apontado como muito sensível aos apelos dos falcões, o que o levou a apoiar intervenções externas, como no caso dos Bálcãs.

A disposição de lutar nos tribunais, para reverter a decisão da Flórida, insinua já a decisão de se manter como opção democrata para 2004, afirmando-se como espoliado e, com isso, procurando reduzir o espaço para uma nova candidatura de Bill Clinton ou - insinuam comentaristas mais ousados - da agora senadora Hillary Clinton.



duplas, às vezes até com a singularidade de um marido contra a mulher (caso de Mary Matalin, pró-Bush, e James Carville, pró-Gore).

Mas há ainda marido e mulher juntos - como os *bushistas* Barbara Olson e Joe Genova (este da equipe oficial de advogados do candidato). Ou solteiros agressivos, como a charmosa Ann Coulter, apontada numa pesquisa como a ultraconservadora mais bem dotada de físico para eventualmente ocupar as páginas centrais dobradas da revista *Playboy*.

O elenco é o mesmo que as redes de cabo dedicadas ao jornalismo usavam no jogo de ataque e defesa do presidente Clinton na novela de 13 meses do *impeachment*. Alguns, como a advogada Laura Ingraham, ganharam horário fixo na TV. Outros, como Lenny Davis, ex-assessor da Casa Branca, viraram *freelancers*, a serviço de qualquer canal, para defender os democratas.

Não por acaso, a campanha do candidato presidencial republicano apostou no desgaste de Clinton - e enfatizou a associação do rival Gore com ele. Caráter e moralidade centralizaram a pregação de Bush, que prometeu devolver à Casa Branca honestidade e integridade. No fundo, o candidato parecia consciente de que pouco havia para distingui-lo do adversário democrata.

De fato o paradoxo dessa eleição norte-americana é que o virtual empate dos candidatos dos dois grandes partidos - previsto até à véspera pela maioria das sondagens de opinião pública - resultou, ao menos em parte, da semelhança entre eles. Em 1992 e 1996, Bill Clinton vestia fantasia de "novo democrata" e abandonara certas posições progressistas tradicionais de seu partido.

Sua vitória, naquelas duas eleições, foi atribuída em parte a isso. Mas tanto em uma como na outra, os republicanos também cometeram o

erro de estreitar ao invés de ampliar. Depois de ver seu íbopo da Guerra do Golfo desmoronar, o então presidente George Bush, candidato à reeleição, cometeu o equívoco de acreditar que a retórica extremista da "guerra cultural" lhe daria a vitória.

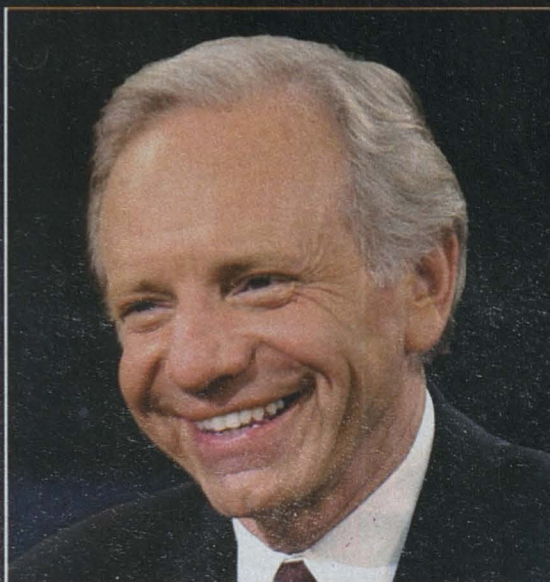
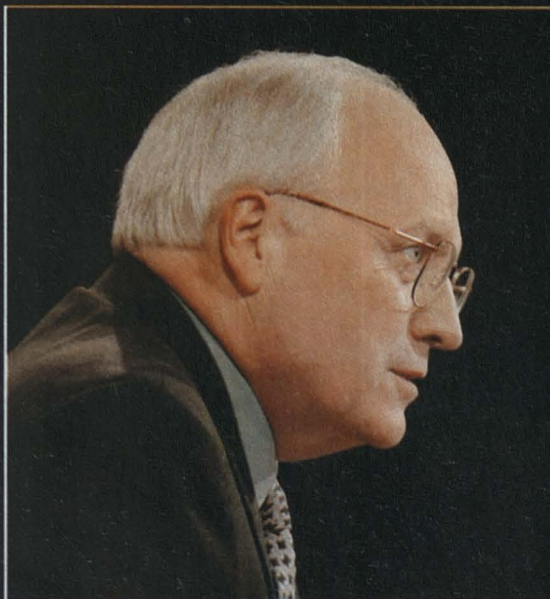
Essa expressão - lançada no discurso do ultraconservador Pat Buchanan na convenção nacional republicana que consagrou a candidatura Bush - refletia o processo de tomada do partido pela Direita religiosa, a chamada Coalizão Cristã. Na eleição seguinte, o senador Bob Dole nada fez para afastar o partido desse grupo extremista - e perdeu de novo, para o mesmo Clinton.

O mérito no ano 2000 de George W. Bush, o filho, foi o de ter percebido a lição das duas derrotas - até porque tivera papel relevante na campanha do pai e estudara a do adversário Clinton.

Desde que se tornou candidato potencial, já em 1998, passou a apostar na inclusão, ao invés da exclusão que a direita religiosa impusera ao partido com resultados desastrosos.

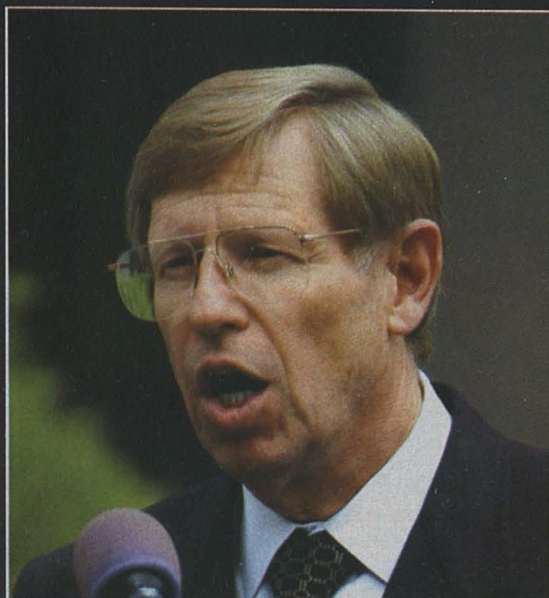
Dai a aproximação dos discursos democrata e republicano na eleição deste ano. Na fase das primárias, a facção de Bush ainda escorregou no extremismo religioso ao precisar do Sul reacionário para derrotar a força inesperada do senador John McCain, moderado e reformista. Vencida essa etapa, retomou o discurso anterior - que pouco diferia dos "novos democratas" de Clinton.

Tão iguais se tornaram Bush e Gore que o verde Ralph Nader - legítimo herói da sociedade norte-americana graças à luta contra o poder desmedido das grandes corporações, a partir do desafio à General Motors nos anos 50 - não hesitou em dizer ao país que um governo de Bush não conseguiria ser pior do que mais quatro anos de Partido Democrata com Gore.



O virtual vice-presidente Dick Cheney (foto de cima, à esq.) viveu emoções fortes, como as do período da Guerra do Golfo e aquelas outras, inerentes ao administrador militar da potência que considera de seu interesse cada canto do planeta. Mas a novela-pastelão na Flórida foi demais: Cheney viu-se obrigado a buscar socorro médico de emergência e internou-se com suspeita de infarte. Sua escolha para vice-presidente é apontada como influência do ex-presidente Bush, de quem Cheney foi secretário de Defesa, e como indicativo da natureza do grupo que se instalará na Casa Branca. Na foto de baixo, à esq., o candidato a vice de Gore, Joseph Lieberman, liderança da comunidade judaica americana.

Ao centro, a dupla da Flórida, o irmão Jeb Bush e sua secretária de Estado, Katherine Harris, uma prova viva do desleixado processo eleitoral norte-americano, onde o pleito pode ficar nas mãos de autoridades diretamente dispostas a decidir a favor de seus próprios interesses. O governador Jeb não se saiu muito bem, pois demonstrou possuir pouca força junto ao eleitorado local, não transformando em votos o apelo do parentesco. E o pior: foi considerado pela família como patrocinador de uma verdadeira tragicomédia, na qual a secretária Harris não se turtou a desempenhar o papel difícil de arbitrar numa questão em que sequer podia disfarçar seu partidarismo, uma vez que atuou na campanha republicana. Suas intervenções expressavam sempre a preocupação de impedir que novos prazos e novas recontagens viessem a ajudar o adversário Gore.



Suas intervenções, ao lado do primarismo do desenho das cédulas da Flórida, demonstraram a fragilidade do processo de votação norte-americano. Se metade das irregularidades que aconteceram na Flórida tivessem tido por cenário um país latino-americano, os EUA já teriam exigido a presença de alguma missão internacional para supervisionar o processo. Aliás, isso serviu para que muitos jornais do continente debochassem da eleição americana. O Granma, porta-voz oficial cubano, colocou uma manchete chamando os Estados Unidos de República Bananeira, que é a forma depreciativa com que os norte-americanos costumam rir das nações centro-americanas. Nas duas fotos à direita, os contendores nos tribunais: na de cima, o advogado republicano Theodore Olson, e na de baixo o representante dos democratas, Laurence Tribe.

Louçado constitucionalista de Harvard, Tribe atuou com sucesso no caso do relacionamento amoroso do presidente Bill Clinton com a estagiária Mônica Lewinsky, prestando um testemunho de especialista ante o Congresso e demonstrando que o caso não justificava um processo de impedimento. Nas três semanas que transcorreram entre o pleito e a proclamação oficial de que os votos da Flórida eram republicanos, os dois advogados atropelaram-se em recursos judiciais para recontagem ou não dos votos. Os gastos com as equipes jurídicas obrigaram os dois partidos a promover arrecadação extra de recursos junto aos simpatizantes.



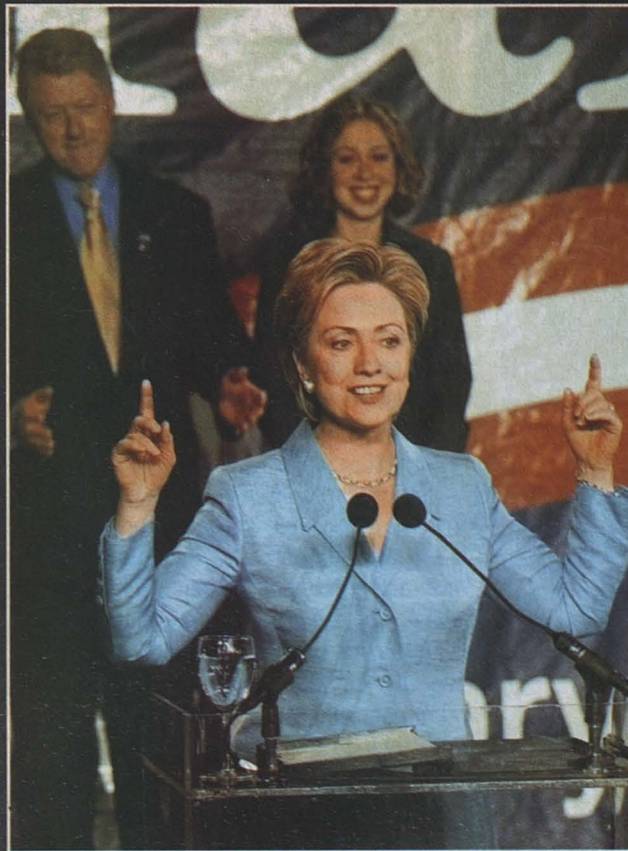
De fato os dois são parecidos até na biografia - herdeiros de famílias de dinheiro e poder. Ligado às finanças de Wall Street e a interesses petrolíferos, o pai de George W. - o Bush dos massacres do Golfo e do Panamá - circulou nos corredores do poder, antes de se tornar presidente, da mesma forma como o fez o pai de Al Jr., ex-deputado e ex-senador do Tennessee.

No discurso de campanha, George W. apresentou-se como candidato texano, distante do cinturão de Washington. Na verdade criara-se na capital, como o rival Al - e, como ele, estudara nas universidades da elite (um em Harvard; o outro em Yale), enquanto o pai era deputado, presidente do Partido Republicano, chefe da espionagem (CIA), embaixador na ONU e na China.

Bush e Gore insistiram nas diferenças das propostas, mas elas eram sutis, até em relação ao aborto - Gore a favor do direito de escolha da mulher; Bush a favor "da vida" e com a ressalva de que no partido havia espaço para o outro lado. Diferença mesmo só sobre a Suprema Corte: Bush prometeu mais juízes como Anthony Scalia e Clarence Thomas - a direita do tribunal.

Na política externa, Bush orgulhava-se de ter sido seu pai o presidente que propôs originalmente as áreas de livre comércio - tanto o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta - Estados Unidos, Canadá, México), como sua expansão, a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). E coube a Gore defendê-las publicamente, a pedido do presidente Clinton, inclusive num debate na televisão (com Ross Perot).

Ao mesmo tempo, Gore proclamou com orgulho na campanha ter sido um dos poucos parlamentares democratas a se pronunciarem - inclusive com seu voto - francamente a favor da guerra do velho Bush no Golfo, re-



A primeira-dama norte-americana Hillary Clinton comemora a eleição para o Senado, representando o estado de Nova Iorque. Decola para uma carreira política própria, livre da sombra do marido presidente e, segundo alguns analistas, já pensando em vôos mais ambiciosos, como a própria Presidência. Na decisão de Hillary de iniciar carreira política, vê-se a influência da crise conjugal determinada pelo romance de Clinton com a estagiária Mônica Lewinsky (foto acima). Publicamente perdoado, o presidente parece, no entanto, ter perdido a mulher para a política. A comédia da apuração eleitoral na Flórida chegou a ser chamada de Impeachment 2, por misturar surpresas, gafes e revelações de alto impacto ao lado de verdadeiras traquinagens adolescentes, como no caso de Clinton e Lewinsky, tudo ao vivo na TV, tornando-se um espetáculo divertido e barato para a massa norte-americana

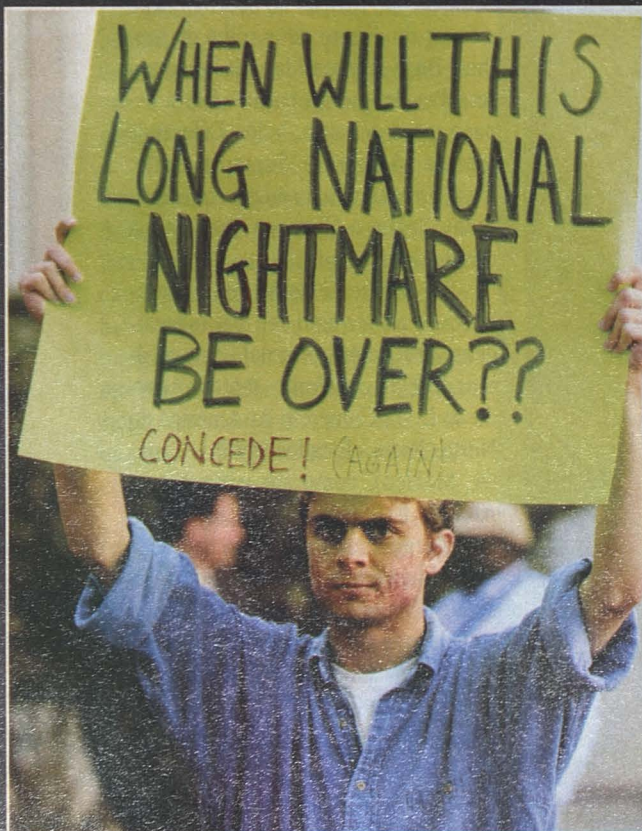
polls. return the ballot

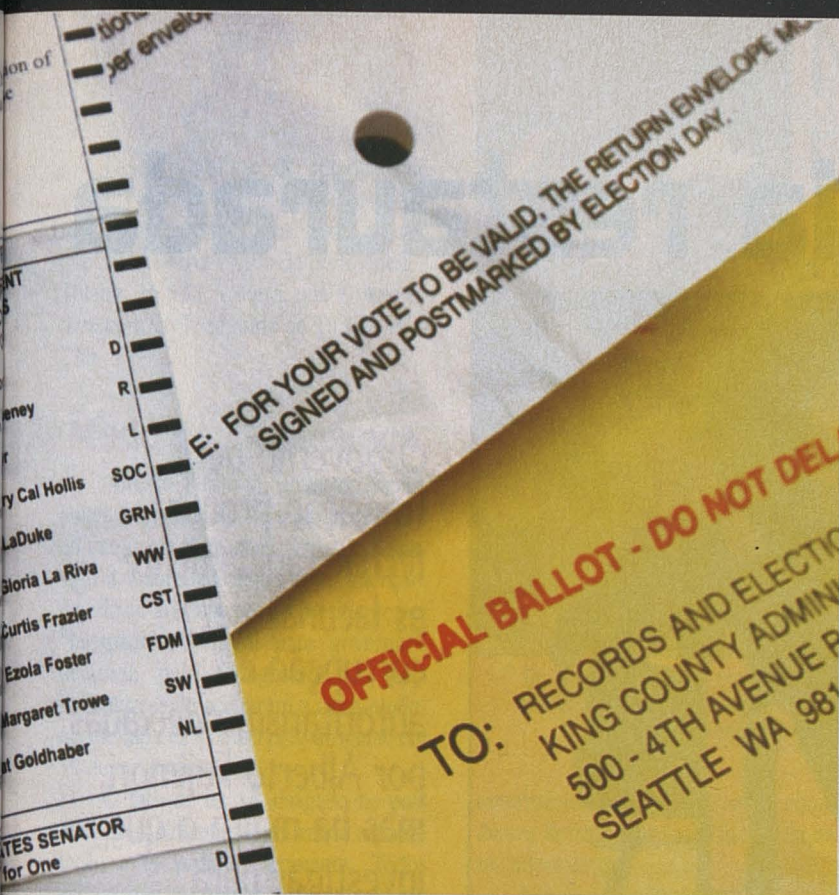
ice is partisan. print the
: in the name of a candid
vote.

the correct oval.

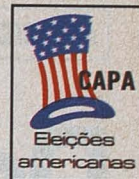
FEDERAL OF
PRESIDENT/VICE
OF THE UNITED
Vote for

- ☐ Al Gore / Joe Lie
- ☒ George W. Bush
- ☐ Harry Browne
- ☐ David McRey
- ☐ Ralph Nader
- ☐ Monica Mo
- ☐ Howard P
- ☐ Patrick B
- ☐ James F
- ☐ John H
- ☐ Write
- ☐ UN





No festival de equívocos das eleições norte-americanas, não faltaram sequer votos que chegaram pelo correio, sem carimbo dos Correios, nem mesmo votos, devidamente carimbados, mas entregues para apuração numa casa de família da cidade de Naesby, na Dinamarca, a 10 mil quilômetros da Flórida. O casal dinamarquês, Brian e Helle Kain, cumpriu a missão e apurou um dos votos: deu Bush, como mostra a cédula acima. Para evitar, porém, recursos judiciais que possivelmente as equipes de Bush e Gore lhes encaminhariam para julgamento - uns pedindo recontagem; outros argüindo de desobediência aos prazos e praxes da lei -, Brian e Helle bateram o martelo e evitaram abrir os demais envelopes. Nas fotos ao lado, estudantes na assembleia estadual da Flórida protestam contra a desorganização na apuração e um manifestante, envergonhado, pede o fim do pesadelo e sugere que Gore reconheça a vitória de Bush



pudiada pela maioria esmagadora do Partido Democrata. Até porque Gore sempre foi, no Senado, da linha militarista e reacionária de seu partido.

Sistema arcaico

Por que o espanto dos dois lados com o empate? Al Gore e George W. Bush pensam igual até sobre o Colégio Eleitoral obsoleto. Antes da eleição, temeroso de ganhar só na votação popular, Bush sugerira, através de assessores, que tentaria fazer valer tal resultado. E Gore reagira: "Só vale o Colégio." Ocorreu o contrário: o candidato republicano defende o Colégio enquanto seu adversário democrata lembra a votação popular.

A disputa pós-eleitoral meio ridícula neste país que sempre pretendeu dar ao mundo lições de democracia, pressuroso em impor às eleições alheias sua própria fiscalização duvidosa, expõe as entranhas de um sistema arcaico de eleger presidente, no qual nem as máquinas de votar funcionam - porque se poupa o gasto desde 1988, na certa para não aumentar o tamanho do Estado.

Não apenas no exterior o pastelão Bush-Gore é comparado às trapalhadas dos Keystone Kops de Mack Sennett. Os norte-americanos também riem com o resto do mundo, em especial, ao sintonizar a TV nas piadas de humoristas impiedosos - de Dave Letterman e Jay Leno, toda noite, ao devastador *Saturday Night Live*, nos fins de semana.

Exércitos de advogados trocam golpes nos tribunais e os telespectadores descobrem que ao menos são capazes de rir. A nova novela tem a vantagem de ser mais engraçada que as de Monica Lewinsky e Elian González e menos traumática que as de Jon Benet Ramsey e Nicole Simpson - assassinatos cuja impunidade também escandalizou o mundo e ampliou a audiência da TV. ■

Democracia restaurada



O presidente provisório Valentin Paniagua (2º à esq), congressista de oposição, e o primeiro-ministro Javier Pérez de Cuéllar (3º à esq), acompanhados por ativistas políticos, em frente ao Palácio de Governo, em Lima, no dia da posse da equipe de transição

Silvia Noronha

OFIM DA DÉCADA FUJIMORI está sendo marcado por um governo de transição que aglutina todas as forças de oposição do país. Com exceção da área econômica, cujo novo ministro, Javier Silva Ruete, adiantou que manterá a austeridade fiscal e as privatizações - política criticada por provocar recessão e desemprego -, as demais pastas foram ocupadas por pessoas comprometidas com mudanças.

O presidente provisório Valentin Paniagua, advogado e professor da Universidade Católica, do partido Ação Popular, e o primeiro-ministro Javier Pérez de Cuéllar, ex-secretário-geral da

Organização das Nações Unidas (ONU), líder da União pelo Peru, e sua equipe vão governar, até 28 de junho, quando tomará posse o primeiro dirigente nacional eleito pós-Fujimori. As eleições gerais foram confirmadas para 8 de abril.

Para garantir a restauração da democracia e a lisura do pleito, a equipe do governo provisório está promovendo reforma nos setores judiciário e militar, alicerces das manobras políticas e fraudes de Alberto Fujimori nos últimos dez anos. Assim, uma semana depois da queda de "El Chino", também haviam caído os 12 generais ligados ao ex-chefe do Serviço de Inteligência, Vlademiro Montesino, entre eles o chefe do comando conjunto das Forças Armadas e

O governo de transição procura fechar rapidamente as lacunas de corrupção e autoritarismo deixadas por Alberto Fujimori, mas há muito o que investigar para reescrever a história dos últimos dez anos

comandante-geral do Exército, Walter Chacín. O novo ministro da Defesa, Walter Ledesma, adiantou que sua principal tarefa será garantir a imparcialidade das Forças Armadas nas eleições e empreender o processo de despolitização do setor.

Os peruanos vivem a euforia de ter derrubado um dirigente autoritário, desgastado por sérias e graves suspeitas de corrupção. As candidaturas presidenciais estão sendo definidas, além do nome já garantido de Alejandro Toledo, que disputou com Fujimori este ano, quando desistiu de concorrer ao segundo turno devido às fraudes na votação. Outros que despontam na corrida são Lourdes Flores, líder do Partido Popular Cristão, também de oposição, e o ex-vice-presidente Francisco Tudela, que tenta agora manter um relativo distanciamento de Fujimori.

Duas pesquisas de intenção de votos realizadas em novembro dão resultados bem distintos. Uma apurou que Tudela teria 25,9% da preferência e Toledo, 16,6%. A outra, que Toledo lidera com 26%, seguido de Tudela, com 22%.

Medo de Montesinos

Alberto Fujimori, ainda do Japão, ameaçava voltar ao Peru para concorrer ao cargo em 8 de abril. Juristas avaliavam a viabilidade legal desta intenção, devido ao afastamento do presidente por "incapacidade moral para governar", decidida pelo Congresso. Os parlamentares não aceitaram a carta-renúncia enviada de Tóquio pelo dirigente em 19 de novembro.

O fato de ter se abrigado no país onde seus pais nasceram irritou a população e os políticos peruanos. Todos acham que ele tomou esta atitude por medo. As denúncias de corrupção e envolvimento com o narcotráfico - das quais Alberto Fujimori tentava se distanciar, procurando demonstrar que apenas seu ex-assessor devia ser responsabilizado -, começaram a respingar no ex-presidente. Montesinos ainda poderia soltar informações contra ele, provando o envolvimento do presidente em vários casos de corrupção.

Antes de sua queda, a Procuradoria peruana iniciou investigação sobre a doação de um milhão de dólares, que teria sido feita pelo traficante Pablo Escobar, ex-chefe do Cartel de Medellín, para a primeira campanha eleitoral, de 1990. A denúncia partiu do irmão de Pablo, Roberto Escobar, em entrevista à revista colombiana *Cambio*.

A imprensa nacional recordou que a primeira candidatura de Fujimori teve um início de parcos recursos, situação que mudou da noite para o dia, quando "El Chino", por exemplo, passou a ser transportado por avião privado. Naquela ocasião, creditaram a mudança a possíveis doações feitas por



Os grafites exigindo a condenação de Fujimori e de seu ex-assessor Montesinos espalham-se pela capital peruana. Ambos - fora do alcance da Justiça - estariam envolvidos em enriquecimento ilícito

empresários descontentes com a candidatura de Mario Vargas Llosa, seu então adversário.

Fujimori tentou derrubar o procurador José Ugaz, que já investigava Montesinos e começara a apurar também o então presidente. Não obtendo sucesso, "El Chino" saiu do país, despidando a imprensa e sem avisar ao Congresso. Foi para Brunei participar da Cúpula de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico e, ao invés de retornar ao Peru, fez rápida escala em Singapura e, em seguida, foi para o Japão.

Também pesam sobre o ex-presidente denúncias de que seria dono de duas empresas no Panamá - Infinity e Peripherif -, cujas ações teriam sido vendidas em Singapura, curiosamente onde Fujimori fez escala.

Em meio ao caos provocado pelas denúncias, houve rumores de que Fujimori aproveitaria a viagem para auto-exilar-se e evitar um possível processo judicial. E foi justamente o que aconteceu. Em Tóquio, ele negou todas as acusações, mas informou ter renunciado por causa da nova correlação de forças no Congresso. "Sou o primeiro a reconhecer que há um novo cenário político no país, uma delas é a nova corre-

lação de forças no Parlamento", admitiu em sua carta de demissão.

Enquanto isso, Vlademiro Montesinos continuava foragido. Além de ligações com o tráfico, ele é acusado de comandar esquadrões da morte, torturas, espionagem telefônica e atos de suborno. O ex-chefe da agência de informações do Peru teria contas e empresas fantasmas espalhadas em paraísos fiscais, com valores que chegariam a 1 bilhão de dólares. Na Suíça, já foram identificadas e bloqueadas contas bancárias que totalizam 48 milhões de dólares. Mas o montante espalhado pelo mundo seria bem maior. Autoridades suíças já têm indícios de outros 22 milhões de dólares.

O novo ministro do Interior, general Antonio Quetín Vidal, foi escalado para capturar Montesinos, embora haja suspeitas de que o ex-assessor tenha deixado o país ou até sido morto, num processo de "queima de arquivo". Vidal foi o homem que prendeu o líder do grupo Sendero Luminoso Abimael Guzmán, em 1992.

A Justiça peruana investiga ainda o destino dos nove bilhões de dólares arrecadados com a privatização de empresas públicas nos últimos anos, dos quais restam apenas 500 mil. Há

suspeita de enriquecimento ilícito do presidente e de Montesinos também por desvio deste dinheiro.

Brecha para volta de Fujimori

O constitucionalista peruano Francisco Eguiguren e a deputada da oposição Anel Townsend explicam que a "incapacidade moral" não implica inabilitação política automática. Esta é uma decisão que virá a posteriori, num segundo momento. Townsend diz que o país vai acelerar as investigações para descobrir as conexões de Fujimori com as contas secretas de Montesinos para submetê-lo a juízo político.

A decisão do Parlamento pela "incapacidade moral permanente" do presidente recebeu críticas de Eguiguren. Ele afirma que o Congresso deveria ter buscado outro caminho para impedir a volta de Fujimori à política nacional. Os parlamentares poderiam, por exemplo, considerar "abandono do cargo", porque o dirigente viajou ao Japão sem autorização.



Fujimori anuncia a sua renúncia para jornalistas, no Japão, terra natal de seus pais, onde se refugiou por tempo indeterminado. O ex-presidente diz que vai voltar ao Peru

"Fujimori aguarda o resultado das investigações sobre seus atos de corrupção e não voltará enquanto sentir-se inseguro. Mas quando tivermos informações que confirmem os indícios de seu envolvimento, pediremos sua extradição", diz o congressista Fernando Olivera. Resta saber se o Japão mandará de volta um cidadão japonês. Há suspeita, inclusive, de que ele teria nascido por lá.

A decisão do Congresso peruano foi tomada por 62 votos a favor, nove

contra e nove abstenções. Os 32 fujimoristas da casa se retiraram do plenário na hora da votação. Mas depois da atitude tomada, a bancada do ex-presidente diminuiu bastante e deverá reduzir-se ainda mais. O primeiro baque foi a saída de 14 congressistas do bloco da situação, que seriam controlados pelo ex-chefe do serviço secreto. Eles haviam passado recentemente para o oficialismo, mas voltaram atrás quando Fujimori negou apoio a Montesinos. Essa mudança fez com que o presidente perdesse de vez o controle do Parlamento, o que culminou com a sua renúncia.

O dirigente do partido Peru Possível, Carlos Ferrero, achou "curioso" que a DEA, a agência antidrogas norte-americana, tenha se calado tanto tempo a respeito das suspeitas de ligação do governo com o tráfico colombiano. "Todos sabemos que Fujimori no mínimo conhecia as atividades ilegais de Montesinos e suas relações com o narcotráfico", acentuou o dirigente oposicionista.

O fim da era Fujimori é atribuída em parte ao novo posicionamento do governo norte-americano em relação ao Peru. O governo de Washington apoiou Alberto Fujimori principalmente no combate ao narcotráfico e ainda na política econômica que o país adotou, passando a seguir a cartilha neoliberal do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial. ■



Dois homens disfarçados de Fujimori e Montesinos são colocados numa cela, enquanto outro os golpeia com jornais, durante ato simbólico que festejou o fim da década de autoritarismo neoliberal

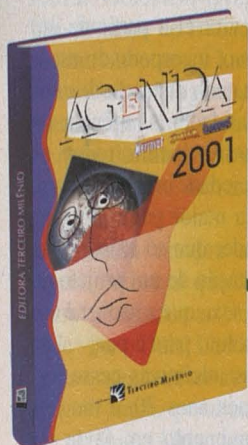


EDITORA
TERCEIRO
MILÊNIO



Ofertas de NATAL

VÁLIDA ATÉ 31/01/2001



Ganhe desconto de R\$5,90 na Agenda 2001
Na assinatura de 2 anos de 1 revista a sua escolha



Ganhe desconto de R\$6,00 na Camiseta
Na assinatura de 2 anos de 1 revista ou 2 assinaturas de 1 ano de 2 revistas de sua escolha



Ganhe um Chaveiro
Na assinatura de 2 anos de 1 revista a sua escolha

Ganhe grátis uma Camiseta
Na assinatura de 1 ano de 3 revistas

ESCOLHA A
OFERTA DA SUA
PREFERÊNCIA

Oferta A

Cadernos ()
Ecologia ()
Mercosul ()

À vista - R\$132,00

☐ 2xR\$68,00
☐ 3xR\$46,00
☐ 4xR\$39,00

Oferta B

Cadernos ()
Ecologia ()
Mercosul ()

À vista - R\$120,00

☐ 2xR\$62,00
☐ 3xR\$42,00
☐ 4xR\$33,00

Oferta C

Cadernos ()
Ecologia ()
Mercosul ()

À vista - R\$129,90

☐ 1xR\$71,90 + 1xR\$62,00
☐ 1xR\$61,90 + 2xR\$42,00
☐ 1xR\$42,90 + 3xR\$33,00

Oferta D

Cadernos ()
Ecologia ()
Mercosul ()

À vista - R\$180,00

☐ 2xR\$94,00
☐ 3xR\$63,00
☐ 4xR\$48,00

Faça o seu pedido pelo:

Tel.: (0xx21) 221-7511

Por Fax:

Fax: (0xx21) 252-8455

Ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br

PREENCHA E ENVIE ESTE CUPOM OU ENTRE EM CONTATO CONOSCO

Nome Nascimento / /
Endereço
Bairro Cidade UF
CEP Tel. Fax
E-mail Profissão CGC/CPF.....
Assinale a forma de pagamento:
() cheque nominal à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() boleto bancário () depósito bancário ao Banco do Brasil /agência: 3520-3 - CC: 1513->
() Cartão de Crédito: válido até /

data / / assinatura

* O prazo de validade do cartão de crédito é de 12 meses.

A paz é possível

Para acabar com as guerras e com a violência estrutural, é necessário redemocratizar as Nações Unidas e tornar a sociedade humana mais justa

Micaela Ramada

NA DECLARAÇÃO DE SEVILHA sobre a Violência, renomados cientistas afirmam que a paz é possível porque a guerra não é uma necessidade intrínseca ao ser humano e sim uma invenção social. A Declaração - escrita em 1986 por um grupo internacional de cientistas convocados pelas Nações Unidas a dar a sua contribuição para o Ano Internacional da Paz - foi adotada como documento oficial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) em 1989. A partir de então é considerada um marco no esforço para disse-

minar a consciência da necessidade de se construir a paz.

Inspirado no ensaio "A guerra é uma invenção, não uma necessidade biológica", publicado às vésperas da Segunda Guerra Mundial pela famosa antropóloga Margaret Mead, o documento, está dividido em cinco propostas, cada uma delas contestando um conceito equivocado em relação à natureza humana, usado para justificar a violência.

"Há quem afirme que a violência não pode terminar porque ela faz parte da nossa natureza biológica. Nós afirmamos que isso não é verdade. Antes, havia os que afirmavam que a escravidão e a dominação por causa da raça e do sexo eram parte da nossa biologia. E até reivindicavam o poder de prová-lo cientificamente. Hoje nós sabemos que estavam equivocados. A escravidão acabou e agora o mundo caminha para o fim da dominação por causa da raça e do sexo", diz a introdução do documento. Mas esses argumentos estão muito presentes no imaginário coletivo, como demonstra uma pesquisa de 1986, mostrando que 52% dos estudantes na Finlândia e 44% nos Estados Unidos acreditavam que "a guerra era algo intrínseco à natureza humana" e, portanto, pouco poderiam fazer por evitá-la.

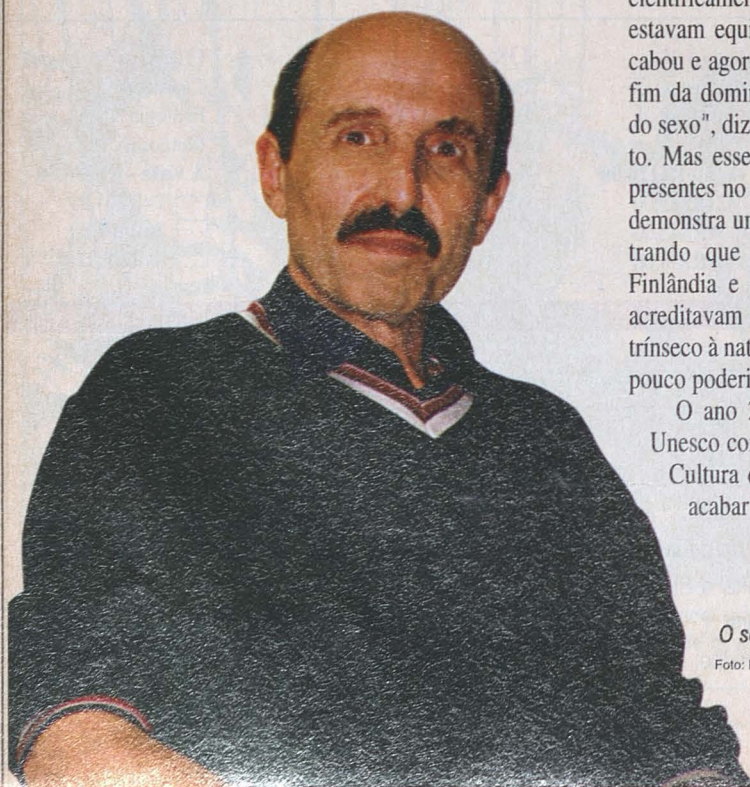
O ano 2000 foi proclamado pela Unesco como o Ano Internacional da Cultura da Paz, iniciativa que visa acabar com a mentalidade de que

a violência é inevitável a partir de um processo educativo, incorporando escolas e centros de estudo na tarefa de criar uma nova mentalidade. A agência da ONU procura assim incluir todos os segmentos da sociedade civil no debate, de forma a que a maior parte das pessoas possa entender que só existirá paz com a implementação de um projeto de justiça social; ou seja, que a justiça é um pré-requisito absoluto para a paz.

As primeiras iniciativas nesse terreno remontam aos anos 70, e um dos pioneiros do movimento em favor da paz foi Johan Galtung, fundador do Instituto Internacional de Paz, de Oslo. Cientista social norueguês, Galtung teve muita importância na América Latina naquela época, ao denunciar o Plano Camelot, sobre a ingerência política norte-americana no Chile, na época de Salvador Allende.

Hoje em dia, em vários países do mundo, há institutos inspirados na experiência de Galtung em Oslo. Um exemplo é a Rede de Cultura da Paz, que articula cerca de 20 associações e ONGs em Upsala, Suécia, e é coordenada pelo sociólogo peruano Azril Bacal, que mora há 20 anos no país escandinavo.

"A minha matriz é o Centro de Estudos e Trabalho da América Latina, formado por parte dos exilados latino-americanos em Upsala. É um centro que se apóia no movimento de comunicação popular e atua tanto localmente como com a população latina e sueca interessada. A nossa ação está inspirada no legado do educador brasileiro Paulo Freire, que vê a paz não como domesticação,



O sociólogo peruano Azril Bacal

Foto: Beatriz Bissio

mas como educação crítica transformadora. A paz como instrumento e trincheira da luta pela igualdade social e pela justiça", diz Bacal. "A nossa intenção - prossegue - é difundir a cultura da paz junto à opinião pública local, que depois poderá se manifestar no plano global".

Dois antropólogos foram convidados por Bacal a partilhar de suas experiências com a Rede de Cultura da Paz: Katrin Goldstein-Kyaga, docente da Universidade de Estocolmo, que estuda a cultura tibetana, e Lars Hagborg, doutor em Antropologia da Universidade de Upsala, que está pesquisando culturas do norte da Tanzânia. Ambos estudam o comportamento humano em situações de conflito.

"Katrin estudou a reeducação de jovens e crianças que chegam do Tibete como refugiados ao noroeste da Índia, onde vive o Dalai Lama", explica Bacal. "Eles costumam ter atitudes violentas e chegam muito perturbados pela opressão chinesa. (Aliás, constatar essa realidade foi para nós um choque, porque havíamos idealizado a China de outra forma. Ainda há muito para se aprender e defender da experiência chinesa, mas não a opressão no Tibete.) Depois de um período de um ano, mais ou menos, Katrin constatou que as crianças mudavam o seu comportamento, seus hábitos e atitudes e entravam em um processo de interação não-violento. Era o fruto do processo de reeducação - ou de educação no marco da Cultura da Paz -, dentro da concepção do budismo tibetano. Esta experiência pedagógica e terapêutica indica que é possível a transformação de uma cultura violenta em uma cultura da paz", explica o sociólogo peruano.

Já o outro antropólogo, Lars Hagborg, estudou uma experiência bem diferente, a relação conflitiva entre grupos que estavam envolvidos em violência intertribal e étnica na África e a possibilidade de superar os confrontos com uma medida radical: a separação física de ambas comunidades. "A separação das duas comunidades é uma medida



Fotos: AFP

"A reeducação de jovens refugiados do Tibete no noroeste da Índia, onde vive o Dalai Lama, fazendo com que eles abandonem as atitudes violentas e mudem o seu comportamento, dentro da concepção do budismo tibetano, é uma experiência pedagógica e terapêutica que indica ser possível a transformação de uma cultura violenta em uma cultura da paz"



"Não pode haver paz numa sociedade injusta. Essa visão está muito vigente na Colômbia, que é a sociedade mais violenta do mundo na atualidade. A população colombiana compreendeu que é impossível se pensar em construir a paz, o desenvolvimento humano ou o desenvolvimento sustentável, sem dar respostas às demandas de justiça social da sociedade"

cultural. Há outras fórmulas possíveis para se terminar com o conflito entre duas comunidades, mas a possibilidade de separar fisicamente as partes beligerantes para esfriar os ânimos é a forma concreta que estava sendo tentada nessa região da África. Depois de um longo processo de esfriamento dos ânimos, poderá vir a reconciliação, na qual Hagborg não acredita muito. Mas, se tivesse sido aplicada essa medida em Kosovo, por exemplo, não teria havido a violência racial que se viu. Com o ressentimento acumulado, qualquer fagulha facilita a explosão da violência racial."

A importância de se conhecer experiências concretas - como a africana e a tibetana - de comunidades expostas a situações de violência, estudando as suas reações e propostas de saída é, segundo Bacal, de grande importância para que a Humanidade possa encontrar respostas ao desafio do convívio não-violento. "Também há exemplos que devem ser estudados ao longo da história. Um deles é o caso da Alemanha e da França. Há 50 anos estavam em guerra; hoje são parceiras na União Européia." O importante, para o sociólogo, é não se deixar levar por uma visão estática e pessimista e entender a realidade como um processo, como um processo transformador.

A sociedade é a protagonista desse processo. "O basta tem que sair de nós. Nós somos os agentes do processo transformador; daí a importância de entendermos que o alimento da violência - da violência cotidiana, da violência estrutural, que se manifesta com armas, com drogas, com corrupção política - é a injustiça. Não pode haver paz numa sociedade injusta. Essa visão está muito vigente na Colômbia, que é a sociedade mais violenta do mundo na atualidade. A população colombiana compreendeu que é impossível se pensar em construir a paz, o desenvolvimento humano ou o desenvolvimento sustentável, sem dar respostas às demandas de justiça social da sociedade."

Dois enfoques

Em função dessa visão, Bacal assinala que existem hoje em dia dois enfoques para dar uma solução ao conflito na Colômbia, um com fundamento belicista; outro com

bases democráticas: o primeiro é o Plano Colômbia; o outro, a proposta apresentada pela Sociedade Civil Organizada pela Paz, uma tentativa "heróica", na suas palavras, de construir um projeto democrático, de baixo para cima. "Essa proposta - explica Bacal - busca envolver das as partes em conflito, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), o Exército de Libertação Nacional (ELN), o governo, as autoridades regionais e locais, a Igreja. E rejeita o argumento de que o combate ao narcotráfico justifica a intervenção militar norte-americana, até porque não há nenhuma iniciativa dos Estados Unidos visando diminuir o consumo de drogas no seu território, que seria a primeira medida a ser adotada se realmente estivesse em questão o combate ao narcotráfico. Uma proposta similar à da sociedade civil colombiana foi apresentada pelos zapatistas, no México, colocando na mesa de negociações um projeto de paz com justiça e dignidade, que permitiria dar solução ao conflito em Chiapas."

No Brasil, o parceiro da Rede de Cultura da Paz, de Upsala, é o Instituto Paulo Freire, de São Paulo. "Este ano trabalhamos na criação da Rede Universitária Paulo Freire, com o objetivo de globalizar a visão freiriana da educação como ferramenta do processo de transformar a sociedade para que seja mais humana, mais justa, e ambientalmente mais sadia. Nesse marco foi realizado em Portugal, em março passado, o Fórum de Ecopedagogia, que é o encontro entre o legado freiriano e a ecologia. E a nossa editora acaba de publicar um livro sobre a Educação da Terra, inspirado na Carta da Terra, produzida na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a Rio-92."

Aliás, é em relação à Organização das Nações Unidas que Bacal faz uma das suas críticas mais contundentes. A atuação da organização mundial, em particular a atuação do Conselho de Segurança - que ele chama de Conselho de Insegurança, porque aglutina os países mais ricos e poderosos, que são os que mais produzem e vendem armas - é vista pelo sociólogo peruano como um dos fatores que estão impedindo a



"A atuação da ONU, em particular a atuação do Conselho de Segurança - que poderia se chamar Conselho de Insegurança, pois aglutina os países mais ricos e poderosos, aqueles que mais produzem e vendem armas - é um dos fatores que impedem a construção da paz mundial. Sua atuação na Iugoslávia, na guerra do Kosovo, é ilustrativa"

O papel do camponês

Vindo ao Brasil para coordenar o recente **Congresso Mundial de Sociologia Rural**, no Rio de Janeiro, Azril Bacal afirma que esse evento, realizado a cada quatro anos, mostrou o renascimento da visão da sociologia rural comprometida com os camponeses, depois de um período de quase duas décadas nas quais a disciplina tinha se submetido aos projetos de modernização que vinham do Ocidente, em particular dos Estados Unidos.

Gerardo Gómez González, professor do Departamento de Sociologia Rural da Universidade Autónoma de Chapingo, no México, destacou a importância da ecologia para a sociedade rural e a necessidade de resgatar a identidade indígena de muitas comunidades camponesas latino-americanas. "Antes, os povos indígenas, tradicionalmente considerados camponeses, não faziam questão de dar ênfase à sua identidade étnica e aos seus valores culturais; mas agora isso está mudando e eles reivindicam o fato de terem sido as primeiras comunidades a povoarem o continente", assinala o professor.

Para a professora Ana Patricia Sosa Ferreira, do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Nacional Autónoma do México (Unam), um dos aspectos mais relevantes do Congresso foi a constatação de que a análise do setor rural exige um tratamento interdisciplinar. "Os sociólogos estão se aproximando de outras disciplinas - antropologia, ciências políticas, biologia - para entender a complexidade dos problemas sociais do meio rural", afirma. "Creio que depois de um longo período de crise das ciências sociais, quando ficamos atônitos diante das mudanças que estavam acontecendo, agora começamos a reagir e estamos voltando a entender a dinâmica particular das comunidades rurais."

"Quando o modelo neoliberal virou hegemônico, houve quem interpretou este momento como o fim da história", lembrou Azril Bacal. "Assim, estaríamos vivendo a etapa mais avançada do desenvolvimento, entendido em termos de modernização. Foram os camponeses, como os zapatistas, no México, e os sem-terra, no Brasil, que deram as primeiras respostas a essa visão errada, demonstrando que o desenvolvimento só pode existir quando os seus alicerces são propostas democráticas, com um sentido de democracia que supera a visão clássica, de eleições (ou camavais eleitorais) de quatro em quatro anos. E mais ainda: essa rebelião que veio da área rural trouxe, como protagonista fundamental, a mulher. Não que o tradicional machismo latino-americano tenha sido superado. Mas as mulheres conquistaram seu espaço, não se deixaram dobrar pelas atitudes machistas dos seus companheiros de

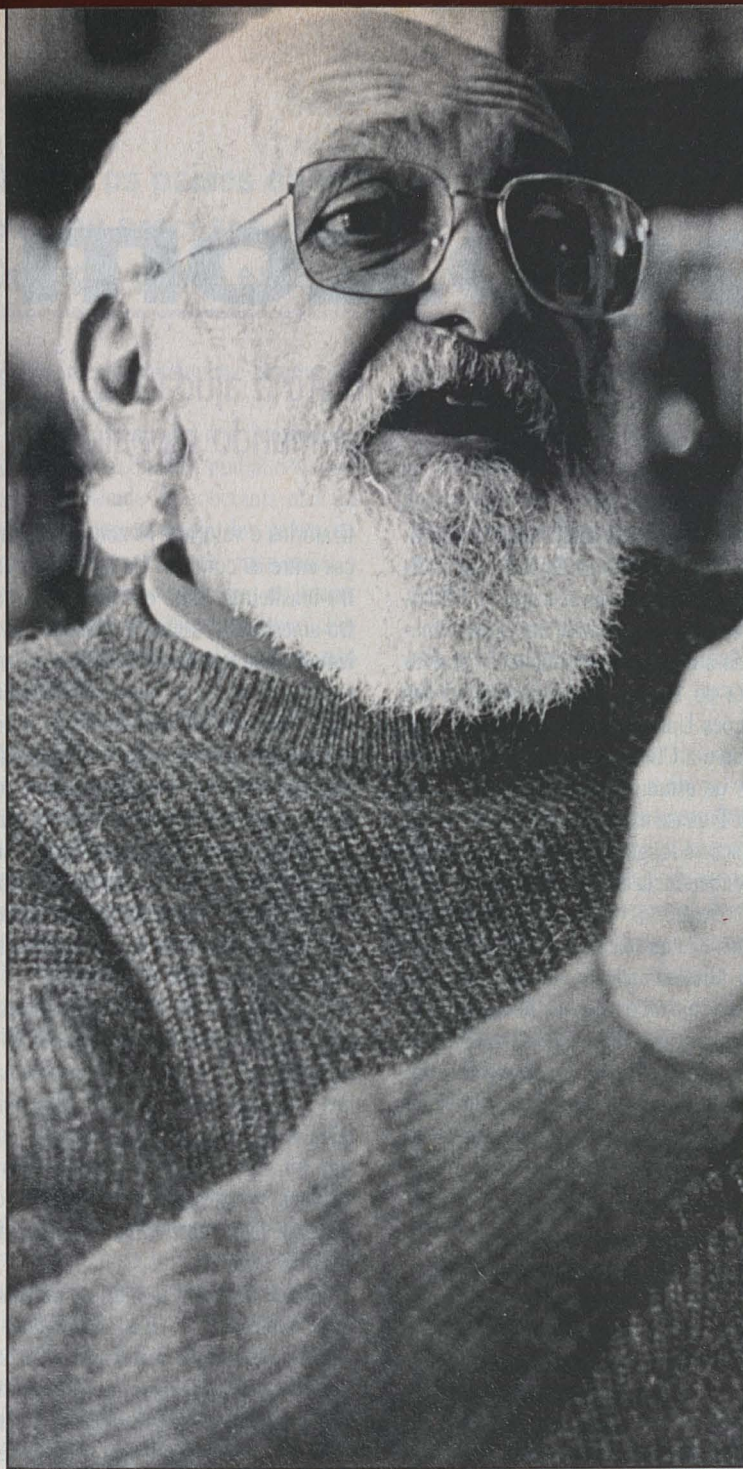


A sociologia rural frisa a importância da ecologia para os camponeses e ressalta a identidade indígena no campo

luta. É um processo de reeducação de todos. Em resumo, foram os camponeses que demonstraram que o progresso oferecido pelo modelo neoliberal não respondia às necessidades da maior parte da população".

O professor Geraldo Gómez González considera que o ressurgimento dos movimentos sociais com forte componente camponês e indígena tem, entre outras razões, a falta de opções no campo no sistema capitalista atual. "Hoje o camponês vê como saída a satisfação de suas necessidades na própria região, através de processos distributivos de terras e dos recursos naturais. E na sociologia rural uma das novidades é o surgimento de profissionais de origem indígena e camponesa. Atualmente, na sociologia rural, se entende que o fato de o morador do campo dar respostas criativas a determinadas situações questiona a crença tão disseminada no mundo acadêmico de que a tecnologia iria ser necessariamente a base do desenvolvimento. O conhecimento tradicional também é alavanca do desenvolvimento. E mais: o desenvolvimento tem que ser medido em termos de geração de um tipo de emprego que efetivamente diminua a pobreza e, sobretudo, a desigualdade social que origina a violência." O professor Geraldo Gomez lembra que o camponês tem tradição na promoção de uma economia solidária, de raiz profundamente popular. "A maioria dos grupos no campo tem como princípio a solidariedade e a ajuda mútua e sabe que trabalhar de forma autogestionária e participativa.

Outro tema muito debatido no Congresso de Sociologia Rural foi a situação de pobreza e miséria em que vive a maioria da população latino-americana. "Vários participantes se perguntaram com o é possível que, depois de décadas de projetos de desenvolvimento, a pobreza, em vez de diminuir, tenha aumentado. Isso nos mostra que é necessário procurar alternativas fora da economia de mercado, com participação dos grupos sociais da área rural", lembra Bacal.



Fotos: Cedoc

"A obra de Paulo Freire é importante porque nela o educador não apresenta uma esperança fantasiosa, mas um sonho fazendo frente a um pesadelo. Da mesma forma, se entendemos que é possível tornar realidade a utopia, não devemos ter temor em realizá-la"

DIPLOMACIA Norte-Sul

construção da paz mundial. "As potências que têm assento permanente e poder de veto no Conselho de Segurança são responsáveis pela venda das armas que alimentam as guerras, trazendo ainda mais insegurança ao mundo."

Enquanto não se tirar o poder de veto desses países, as Nações Unidas continuarão a ser uma instituição antagônica aos anseios de paz da maioria da Humanidade. "Um pré-requisito para a paz no mundo é a democratização das Nações Unidas", afirma Bacal.

Na estrutura das Nações Unidas, o sociólogo faz uma exceção para a Unesco, "uma ilha de pensamento um pouco mais livre, mas que também é necessário redemocratizar", e para o Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud), "que se atreveu a criticar o neoliberalismo". Bacal lembra que o ex-secretário-geral da Unesco, o espanhol Federico Mayor, em seu livro *A nova página*, fala da necessidade urgente de repensar a cultura bélica, que nos condicionou historicamente até agora, e convoca o leitor a fazer uma reflexão para contribuir para a cultura da paz.

"Para derrotarmos a grande apatia cívica e a desesperança que está tomando conta de uma boa parcela das nossas sociedades - que são a arma mais poderosa das classes dominantes para seguir governando em seu próprio benefício - temos que acreditar que a superação da violência é possível," afirma. E conclui: "Por isso a obra de Paulo Freire é tão importante. Porque começa com a Pedagogia do Oprimido e termina com a Pedagogia da Esperança, a última obra que escreveu antes de morrer.

Nela, o educador não apresenta uma esperança fantasiosa, mas um sonho fazendo frente a um pesadelo.

Da mesma forma, se entendemos que é possível tornar realidade a utopia, não devemos ter temor em realizá-la." ■

Diálogo.com

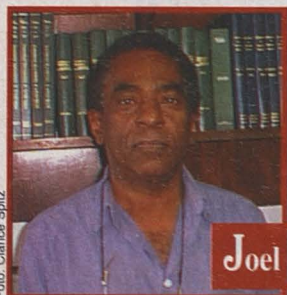


Foto: Clarice Spitz

Joel Rufino*

Pensadores africanos e brasileiros têm muito a ajudar no debate sobre o papel da nossa cultura no mundo globalizado

Esse texto visa a sugerir alguns temas para um diálogo *on-line* entre pensadores africanos e brasileiros. Na extensão e profundidade em que o sugerimos aqui, é inédito. A África é a parte do mundo menos conhecida no Brasil. Sabatinadas, poucas pessoas, mesmo as de cultura geral, iriam além dos estereótipos: natureza exuberante mas pobre, ausência de história, atraso milenar; feitiçaria. Superar essa tarzanição da África, como lhe chamou o escritor nigeriano Wole Soyinka, Prêmio Nobel de Literatura de 1986, seria, portanto, para os brasileiros, o objetivo implícito de um diálogo entre pensadores africanos e brasileiros, qualquer que seja a sua pauta.

Trata-se de hospedar - mais do que reconhecer - o pensamento africano a respeito das questões que nos afligem sobre o processo civilizatório diferenciado e para o qual os povos africanos contribuíram tanto quanto os europeus e ameríndios - e em alguns aspectos mais. Nosso propósito é dialogar tanto sobre o que temos em comum quanto sobre o que nos distingue.

O intercâmbio entre nossos pensadores é incipiente. As universidades brasileiras, especialmente a da Bahia, têm tido algum intercâmbio com as africanas, especialmente as do Benin e da Nigéria, circunscritos, porém, a estudos

lingüísticos e de tradição religiosa; grupos de artistas têm participado esporadicamente de festivais africanos; e há, hoje, entre pesquisadores, um certo número de africanistas, no âmbito do projeto Rota do Escravo, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), ou de centros de estudos africanos e afro-orientais. É quase nada, levando-se em consideração a longa duração e profundidade da experiência afro-brasileira.

Dentre os países da diáspora, o Brasil é, com efeito, o de maior população afrodescendente, o que por mais tempo manteve relações bilaterais com a África e, portanto, aquele cujo processo civilizatório pode ser descrito como desdobramento do africano. Do lugar dessa experiência é que convidamos os africanos a esse diálogo *on-line*.

O pensamento africano e brasileiro

Um primeiro tema geral de diálogo poderia ser o papel do pensamento africano e brasileiro na atualidade. "Vivemos na idade da ciência, porque é a ciência que determina o ser e a verdade do real." A ser verdadeira essa proposição, africanos e latino-americanos, limitados, por razões conjunturais, a consumidores da ciência e tecnologia do Primeiro Mundo, não se autodeterminariam; e a verdade do nosso real seria uma não-verdade. Esse dilema atravessa a história do pensamento brasileiro, como o do chamado Terceiro Mundo.

Hoje, por compensação, busca-se ressaltar a unicidade dos processos civi-

lizatórios e valorizar as zonas fronteiriças entre as culturas. Os intelectuais afro-brasileiros, tanto ou mais que os afro-americanos, estão em posição privilegiada para travar esse debate: são intelectuais fronteiriços; desenvolveram um olhar heterodoxo, multicultural, sobre as questões que nos afligem: identidade nacional, ideologias raciais, cultura popular, o mito da democracia racial, etc.

Não teríamos aqui, dessa forma, um segundo tema geral de diálogo? O lugar do pensador é preferencialmente o interior das culturas, onde se afastam, ou nas suas fronteiras, onde se hibridam?

Em 1979, em Bancoc, a Unesco realizou um seminário-consulta sobre a seguinte questão: "São os direitos humanos um conceito ocidental?" Um bom número de especialistas concordou que sim. Junto com o racionalismo, o individualismo, o antropocentrismo e o tecnologismo, eles constituiriam o *ethos* do ocidente moderno.

Pode-se fazer a mesma pergunta para "democracia". Vivemos, em todo o mundo, uma ânsia democrática. Generaliza-se, por toda parte, a oposição ao partido único, ao partido-Estado, à centralização do poder, à sua confiscação por uma minoria - mas a questão não termina aí. Democracia entendida como um modelo a copiar é um nada sonoro; democracia imposta não é mais democracia, mas exercício de hegemonismo. Que acentos novos poderiam, pois, latino-americanos e africanos acrescentar ao velho conceito ocidental que agora renasce como objetivo universal? Que papel pode desempenhar a democracia, assim transculturada, em nossas estratégias

Dentre os países da diáspora, o Brasil é o de maior população afrodescendente, e o seu processo civilizatório pode ser descrito como desdobramento do africano. Do lugar dessa experiência, convidamos os africanos a uma reflexão conjunta

de crescimento econômico e desenvolvimento social?

Se a África não é o "continente perdido" dos clichês midiáticos, por que meio século de soberania não foi suficiente para a média dos países do continente tomar nas próprias mãos o seu destino, como sonharam os líderes e intelectuais da independência? Em que consiste o atraso real da África, não o suposto?

Perguntas semelhantes nos fazemos os brasileiros. Somos um caso de nação inconclusa - no sentido em que a maior parte da nossa população não se converteu até aqui em povo. Não realizamos qualquer projeto de nação moderna, apesar de nossas ilhas de desenvolvimento. É de supor que tendo problemas em parte distintos, em parte comuns, brasileiros e africanos possamos dialogar com objetividade.

O papel da ciência social

Tomemos a falência das políticas públicas em nossos países. O fracasso de cada experiência política pós-colonial é assunto de ciência social - cabe-lhe reunir a massa de dados referente a isso, país por país, região por região, organizá-los cientificamente (o que inclui, por exemplo, o recurso à história comparada).

Ficam, entretanto, fora do seu alcance diversas questões, a começar pelo significado humano do conhecimento que se acumulou, seu valor para a autoconsciência dos povos. Esses questionamentos a rigor não são perguntas à realidade, mas ao valor do conhecimento sobre a realidade. Por outro lado, o objetivo de toda pesquisa em ciência social é saber como a sociedade funciona. Tome-mos o exemplo das guerras africanas. São 50 anos de conflitos armados, guer-

ras civis, rivalidades étnicas, exploração partidária da religião. Ou as tomamos como epifenômenos ou como tendência de fundo que cumpre inverter. Quais os fundamentos de uma e outra dessas abordagens? O que fazer com seus resultados? São perguntas da ordem do pensamento.

Parece ressaltar daí um outro tema para o diálogo proposto: o papel da filosofia e da ética - da cultura - no desenvolvimento do Terceiro Mundo.

Os especialistas da ciência e da técnica tendem a encarar a cultura como metadesenvolvimento, algo a ser alcançado adiante, como fim - daí a sua ênfase nos produtos culturais. Ela pode ser encarada, porém, como paradesenvolvimento, algo que acompanha, endogenamente o desenvolvimento. Daí a ênfase dos que pensam assim, nos processos culturais. Dito de outra forma: que políticas culturais interessam às nações do Terceiro Mundo? A África e a América Latina são produtores incessantes de invenções, idéias, valores e referências - de cultura, numa palavra. Como tudo isso será incorporado à civilização planetária?

Por trás da globalização

Eis a essa altura um subtema: que podem os pensadores africanos e brasileiros acrescentar aos velhos conceitos de história e de cultura? Outro: o papel da universidade. Após um período de expansão de cerca de vinte anos, o ensino e a formação atuais, em nossos países, parecem reforçar as disparidades entre ricos e pobres, cidade e campo, moças e rapazes.

Essa avaliação da universidade cabe, naturalmente, a disciplinas específicas, enquanto os males decorrentes devem ser enfrentados por políticas públicas. Aos pensadores caberia questio-

nar o modelo de universidade que temos tido e sugerir ações que a ponham de fato a serviço da autoconsciência.

Chegamos a um quarto tema: o que se esconde por trás da globalização? Aqui, nos perguntaríamos tanto pelo valor epistemológico dos saberes sobre a globalização - nos campos específicos da economia, das relações internacionais, da geopolítica, da telemática, etc. - quanto sobre o seu valor político.

Como a África e o Brasil "sofrem" a globalização? Com a globalização dos mercados e o reforço crescente dos blocos regionais, o mundo entrou em exacerbada competição comercial, financeira, cultural, numa rivalidade científica e tecnológica de amplitude nunca vista. Com que forças a África e a América Latina contarão para sobreviver a essa voragem, extraindo dela - mais uma vez - o sentido do humano?

Um quinto tema pode ser a africanidade, tanto na sua face interna ao continente, quanto naquela que se convencionou chamar de diáspora. Os dois termos (africanidade e diáspora), acusados frequentemente de imprecisão e subjetividade, são da ordem do pensamento. Só se pode chegar a eles a partir de disciplinas específicas. Contudo, nenhuma dessas disciplinas *per se* está apta a questionar, por exemplo, o pan-africanismo e suas vicissitudes, a negritude (que renasceu no movimento dos blocos carnavalescos afro, de Salvador, Bahia), os avatares da tradição africana dos orixás no Brasil e no Caribe e assim por diante.

Há diversos outros temas gerais para o diálogo entre pensadores africanos e brasileiros. A própria pauta já nos permitiria uma primeira conversa. O importante é dar o primeiro passo e ele está dado. ■

*PhD em Comunicação e Cultura
Historiador e escritor*



Foto: AFP

Grupos de defesa dos direitos humanos denunciam como preocupante a crescente militarização dos países centro-americanos promovida pelos Estados Unidos

Narcotráfico como álibi

Um a um, os países centro-americanos estão assinando tratados com os EUA, similares ao da Colômbia

DIANTE DA IMPOSSIBILIDADE de os governos centro-americanos chegarem a um acordo para desenvolver a luta antidrogas de forma conjunta, cada governo a título individual está aceitando assinar convênios bilaterais com os Estados Unidos. Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras e Nicarágua iniciaram a cooperação com Washington, no combate ao narcotráfico, em diversos graus.

"Se nos anos 80 a justificativa para a intervenção norte-americana era combater a subversão, agora é a luta contra o tráfico de drogas", disse Celia Medrano, coordenadora-geral da Comissão para a Defesa dos Direitos Humanos na América Central. Tanto as Forças Armadas da maior potência econômica do mundo como as centro-americanas estão profundamente envolvidas nos acordos.

No Panamá a questão está paralisada por diferenças políticas entre os partidos principais. Os críticos afirmam que os países renunciaram à sua soberania e deram um pretexto para a presença militar dos Estados Unidos na região.

Na Costa Rica, no ano passado, os legisladores aprovaram um tratado que permite aos EUA patrulhar o território e as águas costeiras do país. As patrulhas começaram a operar em 3 de março, no Pacífico e no Caribe. Os agentes abordaram 104 embarcações, mas não encontraram substâncias ilegais.

Em 26 de março, foi a vez de Honduras assinar um acordo e em 14 de junho comandos conjuntos iniciaram manobras militares. No final de março, El Salvador assinou outro acordo, através do qual os EUA passaram a usar o aeroporto internacional de Comalapa como base para a interdição de vôos.

Na Guatemala, foi em meados de abril que o Congresso aprovou um acordo autorizando os militares norte-americanos a participarem de uma operação de interdição às drogas chamada Maya Jaguar. A Nicarágua, por sua vez, dispõe de um tratado - informal, porque não houve aprovação do Congresso - que permite a atuação do Departamento Antidrogas (DEA) no país.

Em julho, o Congresso nicaragüense aprovou a medida por maioria sim-

ples, mas a Frente Frabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) apresentou um recurso de inconstitucionalidade à Suprema Corte. A organização alega tratar-se de assunto de soberania nacional, o qual requer a aprovação de pelo menos 75% dos parlamentares.

Jorge Schafick Handal, líder da bancada parlamentar da FMLN, qualificou o pacto como um "profundo estrago na soberania nacional" e denunciou que o mesmo permite ao corpo militar estrangeiro levar armas, vestir uniformes e entrar em diferentes instalações governamentais junto ao aeroporto, abrindo caminho para uma eventual ocupação norte-americana.

Outros analistas temem que os Estados Unidos se convertam em autoridades executoras da lei.

Inconstitucionalidade

Quando fracassaram as negociações para a instalação de uma base antidrogas no Panamá em 1988, os Estados Unidos assinaram acordos para utilizar bases em Curaçao e Aruba, nas Antilhas Holandesas, e em Manta, no Equador. Mas o Panamá está buscando substituir a força antidrogas dos EUA, que deverá retirar-se em 31 de dezembro.

O ministro da Justiça, Winston Spadafora, disse que o país realizará sua própria luta contra o tráfico sob a orientação de um novo plano de segurança nacional, mas o Ministério das Relações Exteriores continua explorando possíveis acertos multilaterais.

Ninguém duvida de que o fluxo de drogas para os Estados Unidos deve ser freado, mas ativistas, como Celia Medrano, consideram que a ajuda deveria ser destinada ao fortalecimento das instituições democráticas e ao combate à corrupção, em lugar de aumentar a intervenção militar. "Estamos de acordo sobre a necessidade de combater o tráfico de drogas, mas não desta maneira", disse Medrano. (Notícias Aliadas, com LADB, Mesoamérica e IPS)

MAGIA CULTURAL,
PRAIAS, SOL DIRETO,
BRISA CONSTANTE,
PATRIMÔNIO HISTÓRICO
QUE FAZ
VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
VEM SÓ A NEGÓCIOS.



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj

